



**MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA
CENTRO DE ESTUDOS DA SAÚDE DO TRABALHADOR E
ECOLOGIA HUMANA**

TESE DE DOUTORADO

**PRODUÇÃO AGRÍCOLA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE EM ÁREAS
RURAIS DE NOVA FRIBURGO, RJ: CONFLITOS E
NEGOCIAÇÕES.**

Leandro De Martino Mota

2009

**MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA
CENTRO DE ESTUDOS DA SAÚDE DO TRABALHADOR E
ECOLOGIA HUMANA**

**PRODUÇÃO AGRÍCOLA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE EM ÁREAS RURAIS DE
NOVA FRIBURGO, RJ: CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES.**

LEANDRO DE MARTINO MOTA

Sob a orientação do Professor

Carlos Minayo Gomez

Tese submetida como requisito parcial
para a obtenção do grau de Doutor em
Ciências da Saúde Pública no curso de
Doutorado em Saúde Pública, subárea:
Saúde, trabalho e ambiente.

Rio de Janeiro

Julho de 2009

M917 Mota, Leandro De Martino

Produção agrícola, meio ambiente e saúde em áreas rurais de Nova Friburgo, RJ: conflitos e negociações. Rio de Janeiro : s.n., 2009.

155 f., il., mapas

Orientador: Minayo Gomez, Carlos

Tese (Doutorado) Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

1. Conflitos Socioambientais. 2. Meio Ambiente. 3. Agricultura. 4. Saúde.
5. Proteção Ambiental. 6. Zonas Rurais. I. Título.

CDD – 22.ed. – 363.7098153

A Giovanna, Adriana, Ileana e Alessandra:
mulheres de minha vida.

Agradecimentos,

O desenvolvimento desta pesquisa só foi possível devido à colaboração de várias pessoas divididas entre: familiares, amigos e instituições.

Em primeiro lugar, agradeço o meu orientador Prof. Dr. Carlos Minayo, pela paciência, humor e confiança depositados durante essa jornada, mas, principalmente, por ter sido um orientador para a minha vida.

Ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela bolsa concedida na segunda metade do curso de doutorado e aos funcionários da ENSP/FIOCRUZ, sempre aptos a ajudar.

Aos Professores Doutores Brani Rozemberg e Carlos Saldanha, pelas contribuições durante o Exame de Qualificação do projeto de tese, e a todos os outros professores que direta e indiretamente participaram de minha formação.

Um agradecimento mais que especial à Professora Doutora Carmem Marinho, pois, se não a tivesse conhecido, não teria me convencido de fazer o doutorado no CESTE – Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana.

Aos meus irmãos, incluindo meus cunhados.

Aos agricultores e ambientalistas de Nova Friburgo.

A Deus.

RESUMO

Este estudo foi realizado com o objetivo de analisar alguns conflitos socioambientais entre a produção agrícola e a preservação ambiental em áreas rurais de Nova Friburgo. Buscou-se entender a forma como se expressam e se negociam as situações conflitivas referentes ao uso e ao modo de apropriação dos recursos naturais. Parte-se da compreensão de que os recursos naturais se materializam enquanto uma arena de disputas políticas, ideológicas e culturais. Sob esta perspectiva, focalizamos a criação de um parque estadual e uma área de proteção federal com vistas à preservação das vegetações remanescentes da Mata Atlântica. Realizou-se uma pesquisa qualitativa com intuito de compreender o posicionamento de representantes de instituições públicas de meio ambiente, agricultura, saúde, bem como com agricultores, técnicos e ambientalistas, perante a essa problemática. A perspectiva ambiental, no entanto, não tem preocupação explícita com a promoção da saúde no meio rural. Constatou-se que preservação ambiental se tornou um dos vetores para a repressão ao trabalhador rural e o gerador de um clima hostil na relação entre agricultores e representantes de órgãos públicos de meio ambiente. Contrariamente à prática agrícola convencional, a prática agrícola orgânica se vincula à promoção da saúde e à preservação do meio ambiente. As situações de conflito vêm ampliando a visibilidade política dos atores, com a capacidade de negociação em diversos espaços de mobilização social. Conclui-se que compatibilizar o desenvolvimento rural com a preservação ambiental requer superar a visão de natureza intocada das políticas de meio ambiente e à conversão da produção convencional para uma produção sustentável, visando à manutenção da biodiversidade e à melhoria na qualidade de vida do trabalhador e da comunidade rural.

Palavras-chave: conflitos socioambientais, produção agrícola, saúde e meio ambiente.

ABSTRACT

This study was carried out to examine some social conflicts between agricultural production and environmental preservation in rural areas of Nova Friburgo. We tried to understand how to express and to negotiate the conflicting positions regarding the use and the mode of appropriation of natural resources. It is the understanding that natural resources are materialized as an arena for political disputes, ideological and cultural. From this perspective, we focus to create a state park and an area of federal protection in order to preserve the remnants of Atlantic Forest vegetation. There was a qualitative research in order to understand the position of representatives of public institutions for the environment, agriculture, health, and with farmers, environmentalists and technicians, to this problem. The environmental perspective, however, has no explicit concern with health promotion in rural areas. It was found that environmental preservation has become one of the vectors to prevent the rural worker and for a hostile climate in the relationship between farmers and representatives of public bodies of the environment. Contrary to conventional agricultural practice, practice organic farming is linked to health promotion and preservation of the environment. The situations of conflict are increasing the political visibility of the actors with the ability to trade in various areas of social mobilization. It is compatible with the rural environmental preservation requires overcoming the vision of untouched nature of policies on the environment and the conversion of conventional production for sustainable production, aiming to maintain biodiversity and to improve the quality of life of the worker and the rural community.

Key-words: social conflict, agricultural production, health and environment.

Sumário

Apresentação-----	013
Cap. 1 – Meio ambiente e agricultura: uma relação conflitiva-----	016
1.1 – A questão ambiental revisitada-----	017
1.2 – Conflitos sócioambientais-----	027
1.3 – Estudos analíticos sobre conflitos sócioambientais: alguns casos internacionais e brasileiros -----	029
1.4 – A questão da saúde na produção agrícola-----	035
Cap. 2 – Uma etnografia dos conflitos socioambientais -----	037
2.1 – O município de Nova Friburgo-----	039
2.2 – Meio ambiente, produção agrícola e saúde -----	042
Cap. 3 – Conflitos e negociações na área rural de Nova Friburgo-----	047
3.1 – Conflitos e negociações-----	047
3.2 – Cenário de conflitos: o Parque Estadual dos Três Picos e a Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima, Nova Friburgo, RJ-----	072
3.3 – Versões em torno da produção agrícola-----	077
3.4 – Produção orgânica -----	083
3.5 – Produção convencional e agrotóxicos-----	094
3.6 - Cuidados em saúde -----	100
3.7 – Problemas ambientais -----	109
3.8 – Ações institucionais-----	118
Cap. 4 – Considerações finais-----	128
Referências bibliográficas-----	133
Anexos-----	143
Termo Consentimento Livre e Esclarecido-----	144
Roteiro orientador Entrevistas-----	145

Lista de ilustrações, tabelas, quadros e figuras

Figura 1: Mapa de Nova Friburgo -----	041
Figura 2: Mapa das Bacias Hidrográficas de Nova Friburgo -----	044
Figura 3: Área agrícola com floresta densa ao fundo em São Lourenço-----	045
Figura 4: Agricultor em área rural de Nova Friburgo-----	046
Figura 5: Unidades de Conservação de Nova Friburgo-----	072

Lista de abreviaturas, siglas e símbolos

AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção do Meio Ambiente Natural

AGRINATURA – Certificadora de Agricultura Orgânica

ALERJ – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Proteção Permanente

BPFMERJ – Batalhão Florestal da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

CAENF – Concessionária de Água e Esgoto de Nova Friburgo

CDSV - Coordenadoria de Defesa Sanitária e Vegetal

CEASA – Central de Abastecimento de Alimentos

CECNA – Centro de Estudos e de Conservação da Natureza

CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

CIDE – Fundação Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro

COMPERJ – Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro

CONRURAL – Conselho dos Produtores Rurais

COPPE – Coordenação de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia

CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EIR – Executive Intelligence Review

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública

EPI – Equipamento de Proteção Individual

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FAO – Food and Alimentation Organization

FEEMA – Fundação Estadual de Meio Ambiente

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FMS – Fundação Municipal de Saúde de Nova Friburgo

FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBDF – Instituto Brasileiro de Defesa Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS-Verde – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços/meio ambiente

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEF – Instituto Estadual de Florestas

INCA – Instituto Nacional do Câncer

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OMS – Organização Mundial para a Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAM – Produção Anual dos Municípios

PAP – Parcela de Área Protegida

PARA – Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos

PESAGRO – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

PSF – Programa Saúde da Família

RADIS – Reunião, Análise e Difusão de Informações em Saúde

REBRAF – Revista Brasileira Agroflorestal

RENTAS – Relatório Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Interior

SERLA – Superintendência de Rios e Lagoas

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

SISNAN – Sistema Nacional de Notificação

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

TERMORIO – Usina Termoelétrica do Rio de Janeiro

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade federal Rural do Rio de Janeiro

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFT – União de Famílias da Terra

UNACOOP – União de Cooperativas de Friburgo

Apresentação

Este estudo se propôs a analisar a interação entre a produção agrícola, o meio ambiente e a saúde em áreas rurais de Nova Friburgo, região serrana do Estado do Rio de Janeiro, a partir da identificação de diferentes formas de se associar agricultura e meio ambiente. Para uma compreensão ampla buscamos entender a importância da produtividade agrícola para as comunidades rurais juntamente com a questão do uso de agroquímicos e à preservação ambiental.

Dessa maneira, visamos à análise de uma problemática sócioambiental na região que tem levado, há quase duas décadas, trabalhadores rurais e órgãos públicos de meio ambiente a situações conflitivas de diferentes níveis de intensidade nessa região. Para tanto, foram buscadas na região alternativas de produção agrícola convencional, particularmente, através da produção orgânica. Além disso, incluiu-se as versões que existem a respeito de questões embricadas à produção agrícola, como às relativas à saúde e ao meio ambiente. Os conflitos socioambientais, assim, foram compreendidos a partir da interpretação da população rural, gestores institucionais, bem como por ambientalistas.

De uma forma geral, identificamos que tem aumentado o número de estudos sobre conflitos socioambientais, contextualizados em diferentes partes do Brasil e do mundo. Na maior parte dos casos estão presentes e relacionados nesta *arena* diferentes processos, como a territorialização, os usos que os atores fazem da terra, além de identidades socioculturais co-relacionadas com a natureza.

No campo acadêmico e no campo político, diversos trabalhos e ações têm se realizado em torno a esta questão, entretanto, apenas em abril de 2008 ocorreu o I Seminário Nacional sobre Desenvolvimento e Conflitos Ambientais, na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. O evento contou com a presença de estudiosos e

pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento que debateram e analisaram as possíveis articulações desta temática. O movimento pela justiça ambiental vem ampliando esse campo, que tem realizado periodicamente seminários que discutem os conflitos ambientais.

Na área específica das ciências sociais, já há uma década aproximadamente, os congressos da ANPOCS – Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais, contam com significativa adesão para o tema sobre conflitos sociais e ambientais, que tem produzido diferentes artigos e trabalhos cujas abordagens ampliam ainda mais a compreensão desse complexo tema.

Dentro dessa compreensão, esta tese foi desenvolvida a partir de uma análise crítica acerca das inter-relações entre a produção agrícola, o meio ambiente e a saúde na área rural do município de Nova Friburgo, sob o pressuposto de que existe uma correspondência entre muitos problemas ambientais e de saúde.

Para tanto, o estudo foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresentam-se os temas referentes às situações conflitivas entre meio ambiente e agricultura, através da discussão entre a defesa da biodiversidade e a sobrevivência das comunidades rurais. Procede-se a uma revisão da questão ambiental, relativa às abordagens das ciências sociais e de saúde. Descrevem-se os conflitos socioambientais, a partir de alguns estudos internacionais e brasileiros e a questão da saúde na produção agrícola. No segundo capítulo se apresenta uma etnografia dos conflitos socioambientais, apresentamos algumas relações entre agricultura, meio ambiente e saúde na área rural de Nova Friburgo, e é destacado o caminho metodológico, através da compreensão dos conflitos socioambientais de Nova Friburgo. No terceiro capítulo destacamos os conflitos e as negociações, o cenário das áreas protegidas e dos conflitos; as versões em torno da

produção agrícola; o uso de agrotóxicos; os problemas de saúde; os problemas ambientais e as ações institucionais. No quarto capítulo elaboramos as considerações finais.

Cap. 1 – Meio ambiente e agricultura: uma relação conflitiva

Dentro do que se convencionou chamar de *proteção ambiental*, um dos temas que permanece na agenda pública há mais de três décadas após a sua difusão, em 1972, em Estocolmo, é a preservação da biodiversidade. Biodiversidade esta compreendida como um gigantesco legado multidimensional, inter-relacionada com a sociodiversidade que merece ser preservada por variados aspectos. Entre eles, a manutenção das fontes de recursos naturais, a preservação da identidade cultural e da atividade produtiva das comunidades, além do auxílio à promoção de satisfatória qualidade de vida.

Diferentemente de algumas décadas atrás, no campo acadêmico já se reconhece a complementaridade entre homem-natureza, não mais visto com subordinação de um pelo outro. Observa-se também em algumas áreas e regiões que o *modus vivendi* de suas comunidades auxiliaram no melhoramento genético de algumas espécies vegetais, animais e na manutenção da biodiversidade, principalmente, através da conservação de solos, nascentes de água, matas e de culturas humanas tradicionais, como a produção agrícola familiar.

Não tem sido linear a história de áreas protegidas criadas a partir da implementação das políticas ambientais brasileiras, iniciadas há mais de duas décadas, com a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 6.938, de 1981, que criou o SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente. Entretanto, a legislação ambiental brasileira se originou em 1986 e sua ratificação ocorreu na Constituição Federal de 1988. Essas leis foram precedidas de várias situações de conflito, longos debates e estudos de diferentes naturezas, cujos resultados geraram normatizações visando à constituição de áreas de proteção ambiental, de proteção permanente, além de unidades de conservação¹. Neste processo também tem sido visível o esforço de setores da atividade econômica ligadas ao “consumo verde” em desenvolver outra modalidade de proteção ambiental, no caso, com as reservas particulares do patrimônio natural ou nos incentivos à proteção de áreas para empreendimentos imobiliários. Desse modo, a biodiversidade passou a despertar, além de estudiosos e especialistas, capitalistas interessados no cálculo e na valoração econômica da sua riqueza natural.

Durante décadas, a dimensão humana da biodiversidade não foi muito debatida devido, em parte, ao fato de as investigações acadêmicas no âmbito das ciências naturais privilegiarem em seus estudos as áreas supostamente intocadas, desprovidas de grupos

humanos. Posteriormente, estes estudos serviram para a produção e reprodução de conceitos em políticas de proteção ambiental, como bem expressou Diegues², através do mito de uma natureza intocada, motivo pelo qual se criou o Parque de Yellowstone, em 1872. A partir de então se desenvolveu a ideologia preservacionista, porém, desatenta à correlação homem-natureza.

Historicamente cabe dizer que, em algumas destas áreas geográficas, grupos sociais e comunidades estiveram *enraizados* em diferentes regiões por séculos, auxiliando à preservação da biodiversidade, a partir da preservação de recursos naturais importantes para a sua sobrevivência. Nas últimas décadas, algumas políticas públicas, especificamente na área de meio ambiente, não privilegiaram a interação homem-ambiente, o que influenciou o exercício de práticas de fiscalização e controle repressivas. Uma das reações identificadas pela literatura têm sido o rancor e a rejeição aos “preceitos ambientais”.

Como já foi citado anteriormente, nos últimos anos tem havido um aumento no número de publicações acadêmicas que vêm abordando os constantes desafios do século 21 nas relações homem-ambiente ou grupos sociais-unidades de conservação. Entretanto, a complexa disputa entre diferentes atores sociais inseridos no mesmo bioma não estão presentes na agenda “oficial” propositiva da defesa da biodiversidade. Nesse sentido, cabe perguntar se em algumas ocasiões os conflitos socioambientais não deixam de refletir uma histórica e injusta relação de poder entre aqueles que têm a lei e o recurso econômico e os que têm a terra e o trabalho com ela.

1.1 – A questão ambiental revisitada

A gênese de uma das linhas teóricas originais da questão ambiental remonta, historicamente, aos anos 1960, através do conceito de *Oikoumenê*, que questionava as teses sobre o determinismo geográfico vigente nesta época, considerando como fundamental para se compreender as ações humanas, a relação entre os povos e os ecossistemas³. O termo grego “oikoumene” traduz-se por “todo” a partir de algumas passagens bíblicas. A palavra “ecumenismo” originou-se de “oikoumene”, que designava “o mundo habitado ou civilizado”, em oposição ao “mundo bárbaro”, no entendimento da cultura grega⁴. As contendas sobre o lugar da ética, da ciência e da natureza, que já apareciam em Platão e em Aristóteles, na Grécia Antiga, se originaram com os sofistas e pré-socráticos, antes mesmo da filosofia do século V a.C, ao debaterem a origem da vida, da natureza e do universo⁴.

Atualmente, não cabe mais dissociar a questão ambiental da elaboração de políticas públicas como as políticas de saúde.

Do meio para o fim do século 19, o *darwinismo* foi um dos pioneiros do pensamento ambiental junto ao trabalho de naturalistas europeus. Sua intenção era desvendar os “mistérios” da evolução das espécies, a partir da teoria da seleção natural, da competição das espécies vivas, embora sem conseguir compreender a variedade e a complexidade das mesmas, e nem a sua origem, mas, especificamente, os seus hábitos⁵. Nesta mesma época, Marx, na *Ideologia Alemã*, destacava em tom crítico que “o comportamento tacanho do homem com a natureza condicionava o comportamento tacanho dos homens entre si”. Mesmo assim, o autor tem recebido ao longo dos anos resistências quanto ao seu ecologismo⁶. Muitos esforços teóricos se desenvolveram para tentar superar a dicotomia natureza-cultura, evidenciando que a alienação dos séculos vinte e vinte um não são mais apenas da expropriação da mais-valia, mas da alienação entre a sociedade industrial e moderna e o ambiente⁷.

Pádua⁸ faz referência à evolução da preocupação ambiental enquanto tema, a partir do processo de constituição e da discussão de algumas de suas correntes. No âmbito sociológico, o desenvolvimento da ecologia social ocorreu especificamente na Escola de Chicago, no início do século vinte. Posteriormente, nas ciências naturais, iniciaram-se as primeiras discussões sobre o ecossistema e suas inter-relações, conceito que representou uma revolução epistemológica, por romper com o mecanicismo e o reducionismo científico característico de algumas abordagens biologicistas até esta época. Durante a década de 1960, desenvolveu-se o primeiro esboço de uma ecologia política, principalmente, de uma ecologia dos sistemas políticos, que foi posteriormente entendida como uma tese restrita ao campo da política. Mais tarde, os estudos convergiram para uma política da sobrevivência ecológica, a partir de uma perspectiva antropológica, das relações com os valores e a cultura. Depois, destacaram-se as relações de poder na apropriação da natureza, a partir da problemática da catástrofe ambiental, o que posteriormente foi considerado como uma tese puramente conservacionista da natureza. Ainda de acordo com o Pádua, apenas no final dos anos 1970 desenvolveu-se um projeto que buscava garantir a sobrevivência humana vinculado à justiça social.

No âmbito internacional, a problemática ambiental é recente, tendo iniciada a sua preocupação em 1972, a partir da Conferência de Estocolmo, que marcou também a origem do meio ambiente como um campo propício para os estudos das ciências sociais⁹.A

mensagem de Estocolmo foi caracterizada pela constatação de que não seria possível haver uma luta eficiente contra a pobreza e as desigualdades sociais se não fosse levada em conta a dimensão ambiental. Esta perspectiva inovadora dentro da história do paradigma ambiental recebeu resistências inclusive entre ambientalistas que tradicionalmente viam o desenvolvimento do pensamento ambientalista a partir do que pregavam as primeiras organizações conservacionistas, ou seja, de entidades de proteção dos animais e do desenvolvimento de parques selvagens, porém desabitados por seres humanos. O contraditório é que muitos destes territórios eram de domínio indígena originalmente, como é o caso de Yellowstone. A crise sócio-ambiental pode ser percebida ainda pela inadequação de tradicionais abordagens de causa e efeito em analisar problemas socioeconômicos e ambientais de forma interligada, o que deixa clara a necessidade de nova abordagem científica. Ao separar as várias dimensões e desintegrar as suas partes constitutivas, têm-se uma dificuldade em lidar com fenômenos e questões entrelaçadas. A própria idéia de modernidade assumiu uma racionalidade instrumental, que coisificou e fragmentou o universo em partes separadas^{10,11}.

Na atualidade, o meio ambiente tem sido compreendido por diferentes ângulos e, por transcender o objeto de uma única ciência, tem requerido abordagens de diferentes áreas de conhecimento. As questões em torno do meio ambiente ilustram tanto uma atitude quanto uma visão de mundo. O que pode se perceber nos mais variados estudos é que a questão ambiental representa um campo de vasta produção de estudos científicos, de correntes e conceitos diferentes. Constitui também um terreno de diversas manifestações de luta política ou de agendas propositivas, como, por exemplo, os manifestos para a sobrevivência, o eco-desenvolvimento, as políticas verdes, a economia de estado estacionário, o crescimento zero, o desenvolvimento em escala humana ou o desenvolvimento sustentável.

O ambientalismo emergiu do processo histórico do século vinte, originando diferentes linhas, cujo *ethos* tornou claro o impasse civilizatório criado pelo “paradigma da modernidade”. A magnitude do ambientalismo também se expressa pelo alcance de juntar em um encontro pessoas de origem e atuação diferenciadas mas com a mesma preocupação: um religioso, Dalai Lama, uma artista, Madonna, um filósofo, Ilya Prigogine e o multimilionário da informática, Bill Gates¹². Até recentemente, o ambiente era praticamente invisível para a política, o que pode ser explicado pela tradição filosófica racionalista cartesiana que desenvolveu o conhecimento sobre a sociedade e a natureza

distanciadas para melhor compreendê-las, além da intenção em manipular, controlar e modificar a ordem do universo¹³.

Vale dizer que, com o abientalismo, a sociedade contemporânea recolocou o clássico problema da relação homem-natureza nas condições que nunca estiveram antes. Para a análise desta problemática, tem se destacado abordagens que estudam diversos problemas co-relacionados. Enquanto corrente teórica, o ambientalismo, conseguiu ultrapassar os limites do conhecimento ecológico clássico, predominantemente biologicista, sendo reivindicado e manifestado pelos mais diferentes setores da sociedade. Do ponto de vista do conhecimento, o ecologismo-ambientalismo, ao abordar seus objetos por vezes de forma sistêmica, conseguiu ultrapassar as características do conhecimento especializado e fragmentado que a ciência moderna defendia.

Nas últimas décadas do século 20 transformações condicionaram a mudança de perspectiva do paradigma ambiental, que já esteve fixado num modelo de ciência mecânica e positivista. Esta perspectiva se originou dos estudos de zoologia que Haeckel batizou de ecologia, em 1866, direcionando, inicialmente, sua preocupação com o mundo biótico, privilegiando as relações entre animais e plantas, sem a presença humana. Já nas últimas décadas do século 20, algumas teorias passaram a questionar a ecologia clássica e a discutir a co-evolução homem-ambiente de forma integrada e não de maneira subordinada¹⁴. Outro fator de influência na mudança do paradigma ambiental veio do campo político, principalmente com o movimento ecológico-ambiental, oriundo das décadas de 1960 e 1970, considerados como novos movimentos sociais, que associavam às reivindicações sociais e políticas reivindicações ambientais¹⁵.

Tratar do paradigma ambiental na atualidade é abordar um conjunto de conceitos e pressupostos que re-orientam o pensamento e a ação humana pra uma ética da sobrevivência e do desenvolvimento humano e não especificamente o econômico. Nesse panorama, o que ainda necessita se ampliar no paradigma ambiental é a integração de questões relativas à saúde coletiva¹⁶, de modo a superar-se a dicotomia saúde-doença clássica do tradicional modelo biomédico positivista. Um problema ambiental pode ser concebido como um problema socioambiental assim como um problema de saúde coletiva. E os conflitos que dele emergem também se desdobram em conflitos sociais, políticos, culturais, dentre outros tipos.

O reconhecimento dos limites naturais para o crescimento econômico e para o desenvolvimento da agricultura *ad infinitum* trouxe a público que estes limites não podem

ser definidos apenas pelo movimento livre do mercado. Eles originaram-se, de um lado, pelo desgaste da uniformização do capitalismo de mercado desenvolvido pela mundialização do capital, que acirrou os embates sociais e ecológicos entre os hemisférios Norte-Sul, aumentando a concentração da riqueza para poucos e a pobreza para muitos. Por outro lado, pelas ações desenvolvidas sem atenção à existência do ambiente, o que passou a acarretar em maior escala problemas sociais, ambientais e de saúde.

É possível encontrar uma relação entre os padrões de desenvolvimento industrial, de crescimento econômico, de produção agrícola, o aumento da população e o aumento da pobreza e das desigualdades sociais, principalmente nos países do hemisfério sul^{17,18,11}. A complexidade da relação entre os fatores sociais e as questões ambientais demonstra a identificação de crises sócio-econômicas e problemas ambientais em pólos interligados. Esta problemática, ao nível dos recursos naturais, ressalta que se todos os países se tornarem industrializados e desenvolvidos economicamente como países do hemisfério norte, seriam necessários cinco planetas Terra¹⁹. Uma equação equivocada do ponto de vista ético, energético e ecológico.

Dessa maneira, em relação ao meio ambiente, ultrapassamos o entendimento da visão clássica e dicotômica expressa, de um lado, pelos defensores do meio ambiente – com as retóricas meramente conservacionistas ou preservacionistas – e, de outro, pelos que consideram o desenvolvimento econômico *ad infinitum* harmonizável com a preservação dos recursos naturais e a qualidade de vida satisfatória, ou seja, os divulgadores do *desenvolvimento sustentável*. O conceito de desenvolvimento sustentável que se tornou conhecido dentro e fora do mundo acadêmico a partir da Conferência Rio-92, nasceu das teses do Relatório Brundtland, da Comissão sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, da ONU, em 1987, que asseveravam à pobreza como a principal causa da degradação ambiental, fato que levou alguns autores a considerarem essa tese como um ecologismo tecnocrático, pois a pressão e o impacto das atividades econômicas não foram consideradas da mesma forma¹⁷. Dentro dessa perspectiva, convém destacar que o próprio conceito de desenvolvimento sustentável esbarra na desconsideração dos limites físicos da natureza²⁰, o que acaba tornando o desenvolvimento econômico contrário à natureza¹⁸.

A relevância da preservação ambiental tem recebido cada vez mais atenção por parte de estudiosos e por segmentos da vida política nacional e internacional, devido ao incremento da degradação de muitos recursos naturais, alguns deles já em declínio, como imensos desflorestamentos, diminuição de mananciais e nascentes de água, ou em

mudança estrutural, no caso de erosões, assoreamentos e desertificações. Ao mesmo tempo, observa-se, em partes do globo e no Brasil, o vertiginoso tamanho de área em terras, matas e biodiversidade, que a cada ano tem sido consumido através do aumento das fronteiras agrícolas, para se produzir, principalmente as monoculturas de *commodities* soja, milho e algodão. Somente nos últimos 10 anos foram consumidos cinco milhões de hectares de matas e florestas²¹.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006, entre 1970 e 2006, a utilização de terras (em ha) oriundas de matas e florestas no país passou de aproximadamente 58 milhões para aproximadamente 100 milhões de hectares. Na região sudeste, os dados subiram de cerca de sete milhões para 12 milhões de ha de terra utilizadas para a agropecuária. No caso específico do Rio de Janeiro, o quantitativo diminuiu, passando de pouco mais de 400 mil ha para pouco mais de 300 mil ha e demonstra a participação tímida em relação ao quadro nacional de produção agropecuária, assim como no baixo incremento da sua produtividade.

O crescimento da produção de grãos no Brasil está contextualizado na economia mundial de alimentos, especificamente, no agronegócio, principal responsável hoje não apenas pela agro-exportação, mas das exportações como um todo do país. Por outro lado, tal aumento não tem representado incremento da mão-de-obra no campo, visto na mesma proporção e menos ainda na preservação do ambiente. O pessoal ocupado no país, nos últimos 36 anos, segundo os dados do IBGE, passou de pouco mais de 17 milhões para pouco mais de 16 milhões, sendo percebido este decréscimo, principalmente, a partir dos anos 90. Os valores relativos à região sudeste acompanham este decréscimo e apresentam cerca de quatro milhões de pessoas ocupadas no campo para pouco mais de três milhões. O declínio do pessoal ocupado no Rio de Janeiro nos últimos 36 anos acompanhou a tendência e passou de mais de 240 mil pessoas para cerca de 150 mil.

Nos últimos anos, com a produção de energia gerada a partir da biomassa, como o biodiesel e o etanol, uma alternativa condicionada pelo esgotamento da energia fóssil mais utilizada em todo o mundo, circulam as promessas de uma nova migração para o campo, para a realização de lavouras de cana-de-açúcar e de plantas oleaginosas destinadas à produção de combustíveis renováveis. Uma das regiões que vêm sendo cotadas para este incentivo é o município fluminense de Cachoeiras de Macacu. O que deve ser acrescentado é o fato destas lavouras serem monoculturas, cujo modelo convencional de produção tem acarretado riscos sociais, ambientais e de saúde em diferentes regiões do Brasil e de outros

países devido, principalmente, à contaminação ocupacional e ambiental pela utilização de agrotóxicos. Neste sentido, cabe ponderar sobre o caráter sustentável, do ponto de vista ecológico, dos chamados bio-combustíveis.

A questão ambiental, incluindo a preservação da biodiversidade, na atualidade compreende, tanto ao nível micro, quanto no macro, as dimensões que não estão localizadas apenas no mundo biológico. Mas, junto ao biológico, nas relações sociais, econômicas, além das interações históricas entre as comunidades humanas e os seus espaços circundantes. Nesse sentido, destacam-se regiões com predominante concentração de agricultura familiar e reservas de matas nativas ao mesmo tempo. A partir desta compreensão, é possível afirmar que, quando não há uma compatibilidade de interesses entre a necessária atividade agrícola e a importância da preservação ambiental, temos um cenário propício para o surgimento de situações conflitivas entre os diferentes atores sociais. Além disso, agravos à saúde do trabalhador rural podem ser potencializados pelo manejo agrícola que incentiva a produção agroquímica.

A agricultura química contempla produções convencionais de grande, médio ou pequeno porte. Mas, o que os muitos estudos têm demonstrado ao longo das últimas décadas se refere, principalmente, às questões que envolvem a contaminação ocupacional direta e indireta de trabalhadores rurais por agrotóxicos vinculados aos seus processos de trabalho.

Um aspecto de relevância para a saúde, no contexto daqueles que produzem lavouras convencionais, é um quadro de “adoecimento psíquico”, resultante do convencimento e da dependência em utilizar constantemente agrotóxico e outros insumos químicos, mesmo quando não indicados. São efetuadas misturas muitas vezes feitas equivocadamente, juntamente com a forma e o momento de aplicação destas substâncias, atitudes que mesmo consideradas inadequadas tecnicamente e, sobretudo, do ponto de vista da saúde humana e ambiental, geram uma “tranquilidade” em relação ao destino futuro da produção do produtor rural, especificamente, o meeiro. Neste sentido, Veiga²² oferece abordagem distinta das convencionais, ao analisar a relação entre a diminuição dos danos humanos e ambientais, com a diminuição do uso de agrotóxicos. Por outro lado, há aumento dos prejuízos econômicos nesta situação que a compatibilização entre eficiência econômica e a qualidade de vida do trabalhador rural ainda representa um projeto complexo a ser perseguido. Pois, no sistema convencional, para diminuir a sua contaminação, o produtor precisa produzir menos, diminuindo a sua renda.

Uma referência acerca da questão ambiental, no entanto, antípoda à maior parte das publicações e estudos desta vasta área, se tornou bastante peculiar no início dos anos 2000. O livro *A Máfia Verde*, coordenado por Lourenço Carrasco, denuncia o ambientalismo como um braço forte a serviço do Governo Mundial, que tem como pressuposto à diminuição da soberania do Estado Nacional. Não considera a tese ambientalista oriunda das necessidades de se compatibilizar as ações humanas e a preservação do ambiente, mas como um “aríete” (máquina antiga de guerra) contrário à expansão da civilização industrial, que considera a sua composição feita por “forças oligárquicas” e por uma rede internacional de organizações. Esta obra parte do princípio de que não existe crise ambiental e os problemas ambientais são, na gênese, de âmbito local ou regional e devem ser resolvidos à luz da ciência e do desenvolvimento, que considera natural e neutro.

O texto, publicado por uma organização internacional EIR (Executive Intelligence Review), sediada em Washington, DC, tenta fazer uma análise sobre o cerceamento para o desenvolvimento que alguns preceitos do ambientalismo proporcionam, principalmente, em países pobres e dotados de grande biodiversidade. Isso se expressaria, em um exemplo, na possibilidade de um país pobre *poder* poluir em virtude de seu desejável crescimento econômico, contrariamente aos países ricos, que precisariam diminuir sua produção e poluição ocasionadas. Mas, a forma extremamente apaixonada da narrativa que, por vezes, oferece um entendimento a partir de uma teorização conspiratória para a perpetuação das desigualdades sociais, esvazia a compreensão do texto e o debate de idéias divergentes. Trata-se de uma heterodoxa referência que , ilustra a diversidade cada vez maior do “campo ambiental”.

1.2 – Conflitos sócioambientais.

• Conflitos e consensos

O termo *conflito* tem sido usado por diferentes áreas de conhecimento, como nas ciências políticas, na psicologia, sociologia e antropologia, entre outras, com referência à tensão que pode explodir em violência física, hostilidade e em insegurança. Na maior parte dos casos o conflito é fruto de uma situação de divergência que, de acordo com o nível de

complexidade identificada, pode ser compreendida de diferentes maneiras pelos atores divergentes.

Os conflitos envolvem quase sempre relações antagônicas entre idéias, interesses e indivíduos. Podem ocorrer em diferentes níveis; interno, pessoal, interpessoal, entre grupos, em larga escala, entre organizações, estados, entre outros. Além disso, toma diferentes formas, desde um silêncio mal-humorado, até um debate verbal, desde a violência interpessoal até um conflito armado.

De acordo com Heyman²³, conflito e consenso formam o principal eixo de teorias das ciências sociais. Para o autor, a antropologia, devido ao seu escopo de comparação, está acostumada a distinguir os diferentes tipos de conflito, investigando cada um como parte integrante de um todo complexo. Algumas teorias sobre conflitos exploram o conflito de forma padronizada, de modo a formar uma arquitetura de relações sociais, onde se tensionam atores individuais engajados nas disputas e manobras sob as quais os padrões sociais emergem. Outras teorias enfatizam grupos que agem em profundidade através de interesses e idéias, como, por exemplo, a teoria marxista sobre a luta de classes.

Teorias sobre consensos, por outro lado, enfatizam idéias e interesses compartilhados que resultam em uma atividade humana muitas vezes coordenada. As abordagens com padrões funcionalistas e culturalistas representam o maior consenso entre as teorias na antropologia. Entretanto, conflito e consenso não têm essa exclusividade acadêmica. Podemos dizer que os seres humanos possuem, biologicamente, capacidade para o conflito, incluindo as relações de dominação, resistência e rivalidade, nesses casos, compartilhando isso com outros primatas. Como sugeriu Heyman²², trata-se de importantes elementos de antagonismos de intimidade, como entre companheiros, casais, pais e crianças.

Na realidade, a relação humana com o conflito é flexível e é mais evidente na extensão dos mecanismos elaborados para atenuá-los ou agravá-los. Isto inclui o maior recurso em separar grupos e, em menor ênfase, a luta entre os grupos, com redes de amizades e casamentos, que Levi Strauss sugeriu que fosse um instrumento na emergência da cultura humana. Teorias clássicas sobre consensos, especificamente o funcionalismo inglês, acham as evidências em mecanismos para resolução de disputas públicas, porém, por outro lado, ignoram conflitos sem resolução. Desenvolvida como uma reação ao funcionalismo estrutural, a Escola de Manchester explorou teoricamente os conflitos para a estrutura social. A esse respeito M. Gluckman debateu por um ponto de vista cíclico, no qual se investigaram quais rituais foram pioneiros e, posteriormente, resultando em

clivagens sociais. Mas estes estudos abordaram conflitos em transformação, como as lutas contra o colonialismo e a hierarquia social no sudeste africano²². O conflito pode assim ser compreendido como a base para a transição de uma cultura ou sociedade estática para a construção e reconstrução da sociedade ou cultura, dinamicamente, ao longo do tempo.

Relações entre diferentes classes são parte constitutiva dos conflitos influenciados por relações sociais iníquas e desiguais. Marx viu a luta de classes enquanto a força para mover a transformação social ao longo da História. Porém, a noção de luta de classes foi inerente à natureza iníqua das relações sociais daquela época e emergiu em conflitos que se concretizaram com a revolução bolchevique. Pois, para Marx, o conflito não é apenas uma questão a ser resolvida, mas uma força na direção da mudança para novas relações sociais²².

De acordo com autores modernos, o consenso representa o fator que caracteriza a existência da própria modernidade. Neste sentido, em textos filosóficos e sociológicos de Habermas encontramos o consenso como pilar fundamental para a comunicação e para a institucionalização da modernidade²⁴. A partir da fragmentação dos desígnios da tradição religiosa e da elaboração de uma cultura de valores racionais, se desenvolveu a dimensão de atuação pública centrada no campo ético-moral e do poder. Este é o ambiente para que Esteves²³ assegure a consagração institucional da constituição do Estado de Direito (burguês), voltado para a transformação social da época pré-moderna. Em outros termos, trata-se de uma justificação racional para a elaboração de leis que viabilizem o consenso.

Outras formas de consenso poderiam ainda ser destacadas, como ao nível dos mercados, através do polêmico Consenso de Washington, estabelecendo as diretrizes para uma organização de comércio mundial pretensamente democrática. Se passarmos à constituição dos Direitos Humanos, encontraremos a elaboração de um consenso universal de defesa dos direitos da pessoa humana, absolutamente influenciado pelas conseqüências negativas das guerras mundiais e do nazismo, que também podem ser compreendidos como criadores de consensos nas suas respectivas épocas.

No mundo rural, as relações entre as classes sociais foram rapidamente se modificando, tanto pelo advento e utilização de novas tecnologias de cultivo, quanto pela mecanização e muitas vezes precarização do trabalho humano. A partir da adoção dos pressupostos da Revolução Verde, rapidamente suas ideologias se tornaram um consenso no “mundo rural”, mas, posteriormente, conheceram épocas de crise social e ambiental. De uma maneira geral, em cada caso sobre conflitos há um nível de normalidade e de

consenso visíveis na superfície, e a tarefa analítica passa a ser demonstrar as clivagens e lutas que se escondem no contexto da mudança social que pode estar em curso.

1.3 – Estudos analíticos sobre conflitos sócioambientais

- **Alguns casos internacionais.**

Na literatura sobre conflitos ambientais, a supressão de recursos naturais e sua degradação representam desencadeadores significativos para a constituição de conflitos entre diferentes grupos sociais²⁵. As crises ambientais podem ser compreendidas conceitualmente como causadoras em potencial de futuros conflitos socioambientais entre grupos humanos, particularmente, no caso de diferentes impactos sociais e econômicos ocasionados pela degradação e desertificação do solo, poluição do ar ou da água, contaminação humana, entre outras implicações.

A partir da década de 1990 começaram a se desenvolver os primeiros estudos sobre os conflitos ambientais, evidenciando que a questão ambiental não podia ser reduzida a movimentos e instituições ligadas ao meio ambiente. Recentes perspectivas fazem a opção de focar a questão ambiental junto às ciências sociais de modo a se mapear atores e arenas e os processos de constituição e solução dos embates e conflitos centrais na construção dessas identidades²⁶. Para Acselrad⁷, os conflitos ambientais são aqueles em que divergem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do espaço territorial. Eles se originam quando pelo menos um deles reproduz as formas sociais de apropriação do espaço, e desenvolve ameaças através de impactos indesejados e transmitidos aos recursos naturais e aos seres humanos, ocasionando as situações de tensionamentos.

Os conflitos sócioambientais são vistos como um conjunto complexo de situações de embate entre diferentes grupos sociais e suas distintas maneiras de se inter-relacionarem com o ambiente. Podem estar associados aos modelos de desenvolvimento econômico, emergir das atividades econômicas que produzem um efeito maléfico sobre os recursos naturais e sobre a qualidade de vida de um determinado grupo, entre outras possibilidades. A perspectiva construtivista do conflito sócio-ambiental vem se estabelecendo recentemente e privilegia a maneira pela qual os diferentes atores constroem aquilo que

depois tornam-se os “problemas ambientais” e uma vez equacionados, surgem os diferentes interesses e o posterior conflito²⁷.

Para alguns destes estudos, como Cunha²⁸, existem três dimensões básicas a serem consideradas no entendimento e na análise dos conflitos sócioambientais: a dimensão do mundo biofísico e os ciclos naturais, a dimensão do mundo humano e suas culturas sociais, e o relacionamento dinâmico, interdependente entre estes dois pólos. Desses conflitos, podemos destacar a posse e o controle de recursos naturais, conflitos derivados de impactos ambientais, sociais e de saúde, decorrentes de determinados usos e apropriações de conhecimentos sobre o ambiente.

Em 2004, na Suíça, foi divulgado o relatório “*Child Pesticide Poisoning: Informations for Advocacy and Action*”, da OMS – Organização Mundial da Saúde, em parceria com a FAO, Food and Agriculture Organization, entidade de agricultura e alimentação ligada à ONU, Organização das Nações Unidas. Para o relatório, as crianças estão frente ao alto risco de contaminação e envenenamento, particularmente, em países em desenvolvimento, segundo o relatório, onde, tipicamente, a fiscalização é precária ou inexistente. Nestes países, ocorre o consumo de 25% dos agrotóxicos de todo o mundo, mas, em relação às mortes vinculadas a essas substâncias, 99% delas ocorre nos países em desenvolvimento, cujos impactos negativos da *revolução verde* ainda estão bem visíveis.

Em 2004 a OMS estimava em cinco milhões os casos de envenenamento ou contaminação que ocorrem anualmente, resultando em milhares de fatalidades. As crianças são consideradas mais suscetíveis aos envenenamentos que os adultos nestes contextos devido a seu comportamento ativo, incluindo as brincadeiras, e muitas vezes, desconhecendo os riscos de locais ou de embalagens, o que resulta em alto potencial de exposição. Mas, por outro lado, são geralmente nestes países que crianças e adolescentes auxiliam os pais na lavoura, elevando essa situação a um conflito entre a agricultura familiar e promoção da saúde das crianças.

O relatório acrescentou ainda que a baixa nutrição e a desidratação aumentam a sensibilidade para os agrotóxicos. Nestes países existem cerca de duzentos milhões de crianças sofrendo de desnutrição. A intoxicação por agrotóxicos em crianças pode levar a fadiga, tonteira, náuseas e vômitos, além de implicações neurológicas e respiratórias. Um nível baixo, porém crônico de exposição a agrotóxicos tem sido associados com alguns tipos de câncer, malformações de fetos, problemas ligados ao sistema nervoso e ao sistema endócrino²⁹.

Na Inglaterra, Raine³⁰ elaborou um estudo qualitativo que abordou as causas e efeitos do estresse em agricultores, a partir de três categorias: percepção do agricultor sobre o estresse na agricultura, causas do estresse e efeitos individuais do estresse. A partir deste estudo avaliou-se que a agricultura tem sido percebida como atividade iminentemente estressante, cuja quantidade de tempo destinada a ela é proporcional ao estresse por ela causado. Entretanto, a questão dos agrotóxicos não é destacada como um fator potencializador, como normalmente os estudos do Brasil e da América Latina apontam, possivelmente, pelo controle e fiscalização serem mais intensos sobre estas substâncias ou não serem amplamente difundidas naquela realidade rural.

- **Alguns casos brasileiros**

No Brasil pode-se verificar, historicamente, enquanto grave problema para o ambiente parte da produção agrícola, particularmente, as monoculturas de cana-de-açúcar, no Nordeste, de café, no Vale do Paraíba, da borracha na Amazônia e, mais recentemente, no Cerrado e na Amazônia, com a soja, todas voltadas para o modelo agro-exportador. Essas premissas não são recentes na produção acadêmica brasileira e podem ser resgatadas a partir das idéias abolicionistas (e ecológicas) de José Bonifácio, ainda no século dezanove³¹. Para Bonifácio, o binômio escravismo-monocultura latifundiária era danoso ao homem e à natureza, além disso, constituiu uma das características da história da formação da sociedade e da economia brasileira³².

Na área do meio ambiente não há uma tradição literária que aborde a negociação de conflitos, que, na literatura, algumas vezes se apresentam como elementos que constituíram a política ambiental. De acordo com Guimarães³³, o conflito de uma fábrica de papel (Borregard-Riocell), na cidade de Porto Alegre, no início da década de 1970, possibilitou a edição do decreto de criação da SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Interior - no ano de 1973, entidade à época gestora da Política Nacional do Meio Ambiente no Brasil até a criação, em 1989, do IBAMA em substituição ao antigo IBDF (Instituto Brasileiro de Defesa Florestal). Este conflito está vinculado ao desenvolvimento da Associação Gaúcha de Proteção do Meio Ambiente Natural (AGAPAN), considerada por Pádua⁸ como marco fundador do movimento ambientalista brasileiro. De acordo com Schmitt³², o conflito da Borregard foi um dos primeiros embates vividos pelos ambientalistas gaúchos liderados pela AGAPAN e, nesse sentido, os

conflitos representaram a base para o surgimento e desenvolvimento do movimento ambientalista a partir da década de 1970.

A inter-relação entre conflito ambiental e política pública pode ser localizada no Brasil a partir da política de controle da poluição industrial, de acordo com o decreto-lei 1413, de agosto de 1975, decreto este que se originou de um conflito em torno do fechamento da fábrica de cimento Itaú, na cidade de Contagem, em Minas Gerais. O fechamento da fábrica foi realizado pela Prefeitura Municipal, em atendimento a pressões da população que se mobilizava contra a poluição do ar, causada pela fábrica e resultou no decreto lei que reservava ao governo federal, a atribuição de fechar instalações de empreendimentos, do interesse do desenvolvimento e da segurança nacional. Mas, ao mesmo tempo, de acordo com o Art.1º do decreto 1413/75, estabelecia a obrigatoriedade das indústrias de “promover as medidas necessárias a prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos da poluição e da contaminação do meio ambiente”.

Em fevereiro de 1989, ocorreu o primeiro encontro dos povos indígenas do Xingú, realizado em Altamira, no Pará, e amplamente divulgado na mídia nacional e internacional. Neste mesmo ano, a Lei 7735 criou o IBAMA e re-estruturou a política ambiental brasileira. O contexto histórico de conflitos entre seringueiros e pecuaristas no Norte do Brasil e a repercussão internacional do assassinato de Chico Mendes no Acre estão ligados à natureza e à implementação da política ambiental brasileira. Curiosamente, vinte anos depois de seu assassinato, Chico Mendes passou a ter seu nome vinculado ao Instituto que foi criado a partir da cisão do IBAMA, iniciada em 2008.

Antonio Carlos Diegues², analisando diferentes tipos de movimentos das populações tradicionais em áreas protegidas, citou diversos acordos ou consensos, como o de elaboração do plano de manejo da Estação Ecológica de Mamirauá, no Estado do Amazonas, com a participação comunitária, e mediado por uma organização não governamental. Além deste, os acordos que resultaram na criação das Reservas Extrativistas no Estado do Acre e que envolveram a desapropriação de terras, a concessão de uso de 300 ha por família, através de associações legalmente constituídas, e a implantação de dez assentamentos, seis extrativistas e quatro reservas extrativistas, num total de três milhões de hectares, atendendo a nove mil famílias.

No caso da discussão que abrange trabalhadores rurais, políticas públicas e ecossistemas ameaçados, como é o caso da Mata Atlântica, as ciências sociais têm encontrado uma vasta área para pesquisa distinta das áreas clássicas das ciências naturais,

mesmo àquelas que obtiveram auxílio da ecologia cultural, da sociologia rural ou ambiental ou a antropologia das populações camponesas³⁴. As soluções que são propostas para novos problemas ambientais e sociais quando incorporam os limites da sustentabilidade humana, econômica e ambiental, tornam-se mais abrangentes e eficientes que proposições de disciplinas específicas e isoladas.

Drumond³⁵ trouxe singular contribuição ao questionar a premissa de que a riqueza social está vinculada à riqueza ambiental. Para o autor, esta premissa vai ao encontro de algumas correntes ambientalistas contemporâneas que possuem uma visão enraizada no fato que uma região ou país rico em recursos naturais coexistem com populações mais prósperas e saudáveis. Esta percepção não se constata efetivamente, tende a um reducionismo e está atrelada ao conceito de desenvolvimento sustentável. Cada vez mais tem se tornado notória a dificuldade de se igualar o crescimento econômico à sustentabilidade ambiental. Além disso, tem sido justamente nos países e regiões ricas em biodiversidade que os níveis de pobreza e miséria têm aumentado¹³.

A existência de sociedades marcadas por desigualdades sociais e problemas ambientais resgata a importância para pesquisas com abordagens integradoras, que incorporem as dimensões sócio-políticas, ambientais e econômicas. Dessa forma, torna-se possível uma discussão sobre a estrutura de produção que existe em algumas sociedades, que podem comprometer a promoção da saúde e da qualidade de vida das comunidades, principalmente, as mais vulneráveis. É, nesse sentido, que se apresenta a complexidade do conflito socioambiental; muitas vezes entre a produção agrícola e a preservação do ambiente.

Também no meio urbano, uma discussão que emerge quando se discute os conflitos ambientais é a questão da moradia e da territorialidade e, nesse sentido, Perobelli³⁶ traz à tona uma luta popular por habitação que se conjugou a um conflito ambiental no Município do Rio de Janeiro, pois parte de dejetos industriais passaram a ser lançados nas proximidades das habitações de uma comunidade da zona oeste do município do Rio de Janeiro.

Numa abordagem crítica à política de preservação ambiental vigente no Brasil, Arruda³⁷ destaca que a preocupação tem sido centrada na criação de Unidades de Conservação com um caráter restritivo à ocupação humana. O autor questiona o que considera uma *pretensa* oposição entre populações tradicionais e as necessidades de conservação dos recursos naturais. Essa perspectiva pode engendrar um tipo clássico e

invariavelmente observado no país de conflito sócio-ambiental que termina por privilegiar a preservação de uma natureza “pura”, sem levar em consideração o conhecimento das populações tradicionais sobre a sua concepção de ambiente. Para tanto, a legitimação desse saber local e a melhoria das condições de vida parecem ser fundamentais para a construção de uma política participativa de conservação que também beneficie as populações que, muitas vezes, foram responsáveis no decorrer dos anos pela manutenção de alguns ecossistemas e biomas chamados de “originais”.

As tentativas de resolver alguns impasses que envolvem conflitos socioambientais têm sido reproduzidas por um padrão de atuação de órgãos públicos. Este padrão, se associado à ineficácia de uma ação repressiva, nas dificuldades da fiscalização, nos problemas sociais oriundos da exclusão das populações tradicionais e a posterior precarização das condições de vida das comunidades em regiões próximas. Esta é uma característica da disseminação do significado da percepção de políticas ambientais enquanto políticas repressivas e contrárias aos interesses de populações locais³⁶.

O modelo de compreensão e análise do mundo rural, oferecido por áreas de conhecimento como as ciências humanas e sociais, ofereceu explicações por vezes de forma periférica sobre essa temática, devido ao interesse hegemônico por temas e objetos tradicionais de suas principais disciplinas.

Na área de saúde coletiva não são muitos os estudos que privilegiam as questões em torno dos conflitos sócioambientais, pois, na maior parte dos casos, estes estudos estão inseridos numa abordagem ligada ao processo de saúde-doença decorrente da utilização de agrotóxicos e o seu impacto na saúde ambiental, cuja produção acadêmica é vasta na área de saúde e, principalmente, na toxicologia,^{38,39}.

Rozemberg⁴⁰ destacou, por outro lado, a escassez de estudos com grupos rurais na área da saúde coletiva, particularmente, na área de saúde do trabalhador. Isto se deve à prevalência de publicações abordando a relação entre a exposição e o adoecimento relacionados à utilização dos agrotóxicos que permanecem, mesmo com toda discussão acadêmica e política, como um dos principais problemas de saúde pública no meio rural brasileiro.

O estudo de impacto ambiental, incluindo a posterior divulgação dos resultados através de relatório, em audiência pública, ganhou importância enquanto um instrumento de política e de planejamento ambiental. Podemos considerar que possibilitou o aumento da visibilidade política de movimentos ambientalistas, como os de atingidos por barragens

ou de outros empreendimentos públicos ou privados. Um exemplo recente é o caso de *Adeus a Sete Quedas*, oriundos de diversos conflitos que se deram em decorrência do plano de investimentos da Eletrobrás, na construção de usinas hidrelétricas por todo o país. Os conflitos relacionados à criação da usina nuclear de Angra dos Reis foram bem sucedidos, na medida em que inviabilizaram a implantação do acordo nuclear Brasil-Alemanha que previa um total de oito usinas nucleares. Nesse contexto, evidenciou-se a constituição de um movimento social, político e ambiental, que visa à promoção da justiça ambiental e a diminuição da iniquidade social⁴¹.

Na bibliografia e no noticiário sobre conflitos ambientais são encontradas diversas citações de acordos, termos de compromissos e negociações, mas na revisão bibliográfica, não foram encontradas muitas análises sobre processos de negociação, mesmo em documentos sobre avaliação de impacto ambiental onde, normalmente, existe algum tipo de negociação que pode resultar tanto em medidas compensatórias e mitigadoras quanto em modificações de projetos e empreendimentos. Com referência aos métodos de apoio à resolução de conflitos ambientais, Ovalles e Viezzer³² citam que entre seis e oito de novembro de 1984 foi realizado pela CETESB, em São Paulo, o Primeiro Seminário sobre Métodos e Técnicas de Gerenciamento para casos de Conflito Ambiental. Friend e Hicckling³² ilustram a aplicação do Strategic Choice Approach, com o exemplo do planejamento do desenvolvimento da Ilha de Itamaracá, e Malta³² apresentou tese à COPPE-UFRJ sobre aplicação do Modelo Grafo de Solução de Conflitos em Problemas de Recursos Hídricos, o que demonstra que ao nível técnico existem estratégias de se dirimir conflitos ambientais.

Mesmo a relação entre conflito ambiental e política estar sendo objeto de trabalho de pesquisas, com relação à mediação de conflitos ambientais, a literatura brasileira é considerada insuficiente. O interesse atual sobre negociação de conflitos se deve, pelo menos em parte, a tendências que se identificam na política ambiental e em inovações trazidas pela legislação. As inovações da legislação, neste caso, são as trazidas pela Lei de Recursos Hídricos de 1997 e pela Lei de Crimes Ambientais de 1998. A primeira sugere a criação da agência e de comitês de bacias que podem arbitrar conflitos de usos da água e as decisões de definição de políticas e gestão compartilhada.

A segunda lei traz a responsabilização da pessoa jurídica, as penas de prestação de serviços à comunidade ou as compensações que se realizam através do “pagamento à

vítima, ou a entidade pública ou privada com fim social”, além dos termos de ajustamento de conduta (TAC), previstos para o controle de atividades poluidoras ou degradantes³².

Para viabilizar a regulamentação da Lei de Crimes Ambientais vêm sendo editadas e reeditadas medidas provisórias que prevêm a assinatura de Termos de Ajuste de Condutas entre atividades potencialmente poluidoras e degradadoras, órgãos de controle ambiental e o Ministério Público, Estadual ou Federal. A elaboração desses TAC's vem se transformando em importante instrumento que a sociedade tem recorrido nesta última década. De acordo com Porto⁴², o TAC também se vincula à política de controle ambiental, para o exercício pleno da cidadania e à efetivação de uma política de justiça ambiental.

Os estudos que integram conflitos socioambientais representam uma área ainda em consolidação, pois em muitos casos têm prevalecido ora conflitos sociais ora conflitos ambientais em polos separados. À sua compreensão, se resgata a importância da combinação de métodos e perspectivas de análise complementares, que associem interesses e valores na mesma dimensão. A idéia de conflitos, assim, deve representar uma noção para além da antagonização de partes e da cristalização das mesmas; mas de um esforço de compreensão de algumas demandas para intervenções sociais, ambientais e de saúde pública.

No Brasil, o modelo e os instrumentos mais utilizados pela política ambiental são inspirados pela Conferência de Estocolmo (1972) que tinha como uma das principais questões o controle da poluição e a criação de unidades de conservação da natureza. Para tanto, a coordenação do meio ambiente ficava a cargo da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), anteriormente ligada ao Ministério do Interior, e executada a partir de órgãos estaduais de meio ambiente. A gestão ambiental inspirada por este modelo propiciou o crescimento de uma consciência pública acerca do meio ambiente auxiliado ainda por um arcabouço institucional que viabilizou a implantação de normas, comissões de controle e legislações específicas. Nas últimas décadas têm se aprimorado, no conjunto das instituições relacionadas ao meio ambiente, demandas ambientais, como a fiscalização, licenciamento, certificação, auditoria, avaliações de impacto, monitoramentos, prevenção de riscos, medidas compensatórias, dentre outras.

No entanto, e, em acordo com Bredariol³², podemos dizer que a experiência brasileira de negociação de conflitos ambientais revela uma tendência de resolução dos mesmos em arenas políticas, sem a utilização de formas de mediação, negociação ou resolução dos conflitos. Dessa maneira, torna-se relevante incorporar novos conhecimentos

sobre os atores e promover novas aplicações de técnicas de resolução de conflitos sociais e ambientais para uma maior eficiência na implantação de políticas locais como as de agricultura, saúde e meio ambiente.

1.4 – A questão da saúde na produção agrícola

A produção agrícola familiar pode ser considerada enquanto uma cultura material de uma sociedade, pelo entendimento de sua organização social, econômica e política e pela sua interação com a natureza⁴³. Além disso, é por onde circulam as idéias, valores, identidades, sentimentos, práticas e atitudes inter-relacionadas com a natureza. Dessa forma, para a manutenção desta cultura material é importante a preservação da biodiversidade.

Entretanto, a partir do processo de “modernização” da produção agrícola, em meados do século vinte, com a “Revolução Verde” e o incentivo ao aumento da utilização de insumos químicos e da tecnificação das lavouras, o trabalho na agricultura convencional passou a gerar danos à saúde do trabalhador rural e ao ambiente.

Em muitas regiões no Brasil, apesar de algumas localidades serem de maciça produção agrícola convencional e familiar, há a presença constante de cultivos com uso de agrotóxicos. Alguns dos principais problemas que estão associados com a produção convencional dizem respeito aos desflorestamentos para os cultivos, à contaminação ambiental de rios e nascentes por resíduos das lavouras, além da contaminação ocupacional por agrotóxicos que são usados, por vezes, indiscriminadamente^{44,45,46,47, 48e 49}.

Existem formas de se controlar a utilização de agrotóxicos com vistas a reduzir riscos e impactos à saúde humana e ambiental ou à diminuição do prejuízo econômico. As formas mais adotadas dizem respeito ao uso racional das substâncias ou através de tecnologias específicas de aplicação. No entanto, há alternativas eficientes consideradas dentro do paradigma ambiental de sustentabilidade, através do controle alternativo (e biológico) de insetos que possuem seus ciclos desequilibrados e se tornam pragas⁵⁰.

Recentemente, na revista RADIS⁵¹, foram destacados efeitos na natalidade ocasionados por catorze substâncias e princípios ativos que estão presentes em 235 agrotóxicos vendidos no Brasil. Este fato levou à investigação dessas substâncias por parte da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Destas, oito substâncias estavam sob investigação da FDA – Agência Americana de Regulação de Alimentos e Remédios,

sob a suspeita de provocarem desregulação endócrina. Para o estudo, este problema estaria reduzindo a taxa de natalidade de bebês do sexo masculino no estado do Paraná, de acordo com o estudo da equipe biomédica vinculada à ENSP/FIOCRUZ, realizado em municípios agrícolas, entre 1994-2004, com alta exposição ambiental por agrotóxicos. Além de alterações hormonais, foram estudadas as reduções da fertilidade masculinas, a ocorrência de abortos espontâneos, além de malformações congênitas. Segundo a reportagem, a gravidade deste problema social e ambiental se evidencia ainda mais quando se constata que o Brasil é o segundo maior consumidor de agrotóxicos do mundo, ficando atrás apenas dos EUA.

Cap. 2 – Uma etnografia dos conflitos socioambientais

Elaboramos uma descrição sobre alguns conflitos socioambientais entre a produção agrícola e a preservação ambiental em áreas rurais de Nova Friburgo, a partir do ponto de vista da população tradicional e dos técnicos de órgãos governamentais e não governamentais locais. Buscou-se analisar o percurso dos conflitos, com a criação de áreas protegidas, compreendendo o posicionamento de diversos atores e as possibilidades de entendimento sobre a questão da preservação ambiental. Destacaram-se, assim, algumas razões dos conflitos, interesses de diferentes grupos e as múltiplas relações sociais características de disputas em torno dos recursos naturais e do território, perspectiva inclusive habitual da etnografia dos conflitos socioambientais⁵².

A abordagem da pesquisa foi eminentemente qualitativa, com a realização de entrevistas semi-estruturadas, interpretando experiências vivenciadas em torno dos conflitos socioambientais entre agricultores e órgãos públicos de meio ambiente, para se compreender o sentido das ações desenvolvidas por estes diferentes atores sociais. Com esta metodologia encontramos pessoas representativas, que vivem uma situação particular, mas que partilham do discurso de outros membros do grupo ou da instituição pública. Para efetuarmos a análise, utilizamos os antecedentes históricos voltados para a contextualização, a compreensão dos conflitos e a origem da problemática socioambiental na referida região. Embora alguns atores da pesquisa tenham autorizado a utilização de seus nomes, estabelecemos como premissa para as entrevistas o uso de nomes fictícios.

O objetivo foi compreender os conflitos socioambientais existentes em áreas rurais do município de Nova Friburgo, a partir da interpretação que diversos atores envolvidos têm desta problemática, procurando entender como se expressam as situações conflitivas relativas ao uso e ao modo de apropriação dos recursos naturais. Buscamos, assim, conhecer: as preocupações e interesses em disputa, particularmente, no que diz respeito ao acesso aos recursos naturais; que entendimentos são expressos pelos atores sobre as situações conflitivas, em parte derivadas de diferentes relações estabelecidas com a terra, e como se modificam essas posições ao longo do tempo.

A partir da compreensão anteriormente expressa, focalizamos as divergências existentes entre a produção agrícola e a preservação do meio ambiente. Nessa relação conflituosa “evidente”, se dá a utilização de agrotóxicos nas lavouras, ocasionando consequências para o meio ambiente, para a população rural, e, particularmente, para o

agricultor que realiza a aplicação do agrotóxico. Esta problemática permanece latente, embora esta situação represente um sério problema de saúde pública no meio rural.

Para isto, centramos nossa atenção em questões específicas e destinadas para os diferentes atores sociais, procurando encontrá-las em momentos privilegiados, como no campo de trabalho agrícola, em organizações não-governamentais, unidades de saúde, reuniões de agricultores e em audiências públicas. Foram imprescindíveis, junto às entrevistas realizadas, mensagens, documentos, depoimentos, atas de reuniões e imagens, para a compreensão dos fenômenos estudados.

As entrevistas foram realizadas com agricultores das localidades de São Lourenço, Lumiar, Benfica, São Pedro da Serra, Conquista e Janela das Andorinhas, ocupados em diferentes tipos de manejo agrícola. Entrevistamos também representantes de instâncias públicas, especificamente, da secretaria de agricultura, da EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, da FEEMA - Fundação Estadual do Meio Ambiente, do IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, da Coordenadoria de Defesa Vegetal e Sanitária, da Vigilância Ambiental, da SERLA - Superintendência Estadual de Rios e Lagoas, do PSF - Programa Saúde da Família, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo, além de técnicos e ambientalistas ligados a ONGs. Com o levantamento de dados realizado junto a instâncias públicas de atuação na região, identificamos quais tipos de intervenção têm sido praticadas *in loco*. Dessa forma, analisamos que aplicações de algumas leis referentes ao meio ambiente, à saúde e à agricultura têm ocorrido, especificamente, ao nível local.

Partimos do entendimento de que ao longo do enfrentamento dos conflitos vão sendo construídas novas identidades. Como observa Grynspan⁵³, a própria identidade dos atores sociais envolvidos em disputas e conflitos se transforma no decorrer do processo, visto que as relações não são estáticas e nem sempre estáveis.

A análise da atuação dos agentes públicos e de agricultores foi importante por identificar diferentes aliados que existem na arena dos conflitos. Esta perspectiva possibilitou a compreensão e a explicação do sentido objetivo das orientações coletivas dos membros, ou de grupos, além do *modus operandi* das suas ações⁵⁴. Dessa forma, foi possível conhecer o espaço e a rede social das experiências partilhadas tanto nos conflitos quanto em algumas negociações. A estratégia de situar o discurso dentro de seus contextos de onde foram emanados, foi para percebermos as semelhanças e as contradições entre os

mesmos, a razão de algumas posições tomadas e, assim, sairmos da transparência dos fatos e passarmos para a compreensão da raiz dos conflitos.

Portanto, inicialmente faremos uma caracterização do município de Nova Friburgo: sua história, suas características econômicas, ambientais e as referentes à produção agrícola e à saúde.

2.1– O Município de Nova Friburgo

O processo histórico de formação do município de Nova Friburgo foi permeado por disputas políticas e adquiriu diferentes identidades. Mais recentemente, algumas dessas disputas e identidades assumiram uma caracterização política e passaram a ser relacionadas principalmente à problemática social e ambiental.

Algumas localidades de Nova Friburgo estiveram praticamente isoladas até as primeiras décadas do século 20, devido às precárias formas de acessibilidade. Como boa parte da região, essas áreas foram colonizadas no início do século 20 por imigrantes suíços e alemães (embora desde a assinatura do tratado de colonização, assinado por D. João VI em 1818, quando o município foi fundado, já havia imigrantes europeus) que até a década de 1960 se deslocavam para o centro apenas em tropas de burros e por trilhas densas das florestas, para a compra de sal e querosene, principalmente. Durante muitos anos, famílias tradicionais se mantiveram alheias às influências externas e persistiram nas práticas agrícolas de base familiar⁵⁵.

Durante a afirmação da República no Brasil, no começo do século 20, um movimento político foi apoiado por comerciantes e industriais liderados pelo médico de Nova Friburgo, Galdino do Valle. O então famoso médico foi quem introduziu a visão de cidade *européia e civilizada*, quando da instalação das primeiras atividades econômicas na região. Costa⁵⁶ ressalta que essa imagem obedeceu à estratégia da hegemonia do poder liberal, que tinha na criação do “mito da suíça brasileira” uma de suas vertentes maiores. Nesse contexto, ocorreu um processo de “tradições inventadas” para a elaboração de tal mito, como, por exemplo, a imagem de uma cidade paradisíaca, sem trabalho escravo, proporcionando condições de formação de uma sociedade étnica e culturalmente mais civilizada, devido à mão-de-obra ser predominantemente européia, quando comparada com outras regiões. O mito, segundo Costa, conseguiu se firmar pelas contingências que levaram ao término da II Guerra Mundial e da presença germânica, até então considerada

negativa. A partir de então se passava a ressaltar principalmente a origem colonial suíça, e não mais a alemã.

Em Nova Friburgo, a partir dos anos 1970, ocorreu a instalação de pousadas e casas de veraneio principalmente das classes médias urbanas, incentivadas, em parte, pelo turismo ecológico e pela instalação de oficinas de “produtos da fazenda. Esta atividade tem representado para as mulheres do meio rural uma identidade que rompe, em parte, à tradicional denominação de *apenas* esposa de agricultor⁵⁷. É também nesta época que a comunidade local passa a conviver com “gente de fora”, o que resultou em um choque cultural e no surgimento de novos atores sociais identificados como neo-rurais. Entretanto, podemos considerar parte desse turismo ecológico como contraditório por gerar, direta e indiretamente, dentre alguns impactos, desmatamentos irregulares, moradias em áreas de risco, favelização e contaminação de recursos hídricos.

O desenvolvimento turístico funcionou como um catalizador para o crescimento da região, e se diferenciou do turismo convencional por apresentar uma preocupação ambiental, dotado da valorização de comunidades tradicionais em seus costumes e valores. Entretanto, Pereira⁵⁸ cita que o discurso dos órgãos de proteção ambiental, em localidades como São Pedro da Serra, tem gerado divergências entre produtores rurais e agentes de órgãos públicos de meio ambiente. Esta situação tem marcado o olhar dos jovens dessas localidades rurais, não mais tão distantes dos atrativos da cidade grande, com o desenvolvimento do centro urbano de Nova Friburgo. Isto tem contribuído para a agricultura ser percebida pela população rural, particularmente, os jovens, enquanto “coisa do passado”, contrariando, por vezes, o desejo de seus pais.

A diversificação de uso da terra, por um lado, propiciada pela ampliação do mercado de produtos agrícolas, e, por outro, pela valorização que a preservação ambiental possibilita, tem aberto novas perspectivas de trabalho no campo. Embora o centro do município, criado ainda no século 19, por interesse particular do Império, ser considerado desenvolvido, apenas no ano de 2007 foram inaugurados, em algumas comunidades rurais, postos de atenção básica à saúde ligados ao Programa Saúde da Família – PSF.

Fig. 1: Mapa de Nova Friburgo



Fonte: Fundação CIDE/RJ, 2006.

Nova Friburgo, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, é considerada um “cinturão verde”, tanto pelo seu potencial agrícola⁵⁹ quanto pelo turismo incluindo o ecológico. Entre os 15 municípios que compõem a região serrana encontra-se Nova Friburgo, com uma população de mais de 170 mil habitantes, com menos de 20% vivendo na zona rural; cerca de 20 mil pessoas. Com o IDH de 0,81, encontra-se em terceiro lugar no ranking do Estado do RJ, ficando atrás apenas de Niterói e do município do RJ. Na economia, as principais atividades são: a indústria de moda íntima, a olericultura (cultura de hortaliças e legumes), a caprinocultura e a indústria têxtil, de vestuário e de metalurgia⁶⁰.

A agricultura na região serrana reúne o maior adensamento de agricultores familiares do Brasil, chegando à soma de 50 mil agricultores⁶¹. Tem sido representada, principalmente, pela olericultura e se concentra especialmente nos municípios de Nova Friburgo, Sumidouro, Teresópolis e São José do Vale do Rio Preto, respectivamente, todos na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, que produz cerca de 500 mil toneladas por ano. A produção de legumes, verduras, frutas e flores vem sendo desenvolvida por pequenas e médias propriedades, sobretudo em Nova Friburgo, cuja produção anual passa de 75 mil toneladas. A população do Rio de Janeiro consome 70% desse montante produzido na região⁶².

A estrutura da economia é considerada diversificada e, embora Ferreira⁶³ entenda o processo de industrialização como fator diferenciador do desenvolvimento de Friburgo em comparação com outros municípios do Estado que se desenvolveram a partir da

agricultura, na atualidade há preponderância do setor agropecuário em comparação com os outros. O setor agropecuário compreende 32,2% das atividades econômicas, seguido do setor de comércio, com 26,2%, setor de serviços, com 24,9%, indústria 16,7% e construção civil, 16,7%⁵⁹. Este potencial econômico, e, particularmente, agrícola é contrastado com intoxicações agudas e crônicas provenientes da utilização de agrotóxicos.

A visão romântica entre campo-cidade vem recebendo críticas desde o século dezenove, através de estudos que abordam as transformações no meio rural não considerado subordinado à cidade⁶⁴. Com a “unificação” dos mercados e uma maior proximidade entre os modos de vida urbano e rural, a partir da ampliação das atividades não-agrícolas no campo, vem acontecendo ao longo dos anos diversas transformações no sistema de referência e de pertencimento no mundo rural. Essas transformações vêm sendo descritas já há algumas décadas por parte da produção acadêmica da sociologia rural⁶⁵, e ajudaram a relativizar as visões convencionais sobre o campo e o mundo rural. Estas contribuições foram relevantes para a compreensão do binômio campo-cidade vinculado à discussão sobre o novo mundo rural, a partir do conceito de neo-rural⁶⁶, no qual a realidade de Nova Friburgo também se vincula.

2.2 – Meio ambiente, produção agrícola e saúde

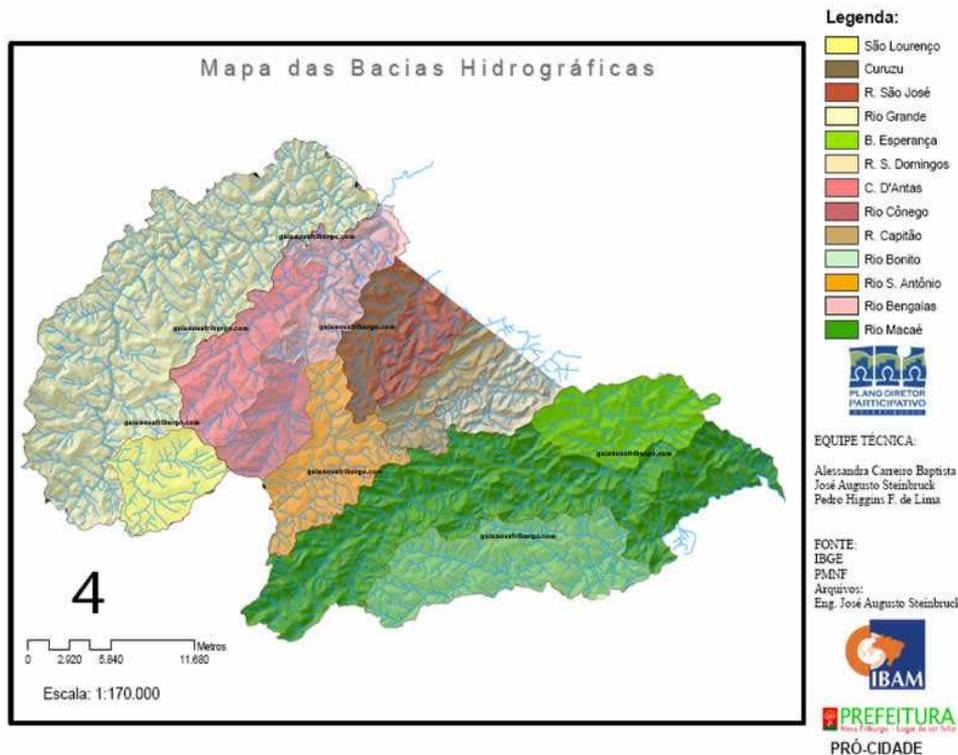
O estudo do ICMS Verde-2008, realizado pela Fundação CIDE, revelou alguns índices de conservação do meio ambiente, a partir da caracterização sócioambiental do município de Nova Friburgo. Em relação ao Índice Final de Conservação, que ficou em torno de 2,097, podemos considerar que o município de Nova Friburgo é o terceiro em conservação do meio ambiente, com graus relativos a áreas que variam de moderadamente preservada a bem preservada. Se, por um lado, o Índice de Áreas Protegidas, com 7,62, comparado a outros municípios bem conservados, como Angra dos Reis ou Silva Jardim é considerado baixo, por outro lado, a PAP, Parcela de Área Protegida do município é de mais de 40 mil hectares, o que o coloca entre os primeiros municípios na preservação do ambiente. Estes índices ilustram um quadro de satisfatória preservação ambiental e comprometem, em parte, a retórica ambientalista que atribui às lavouras, as causas para a degradação ambiental.

Há na região de Nova Friburgo, de acordo com Carvalho⁶⁷, dois tipos de manejo do solo: o tradicional, cuja técnica foi trazida pelos imigrantes europeus, que consiste em

realizar a rotação de pequenas culturas, numa área de 3-5 ha, favorecendo o crescimento de pequenas matas e florestas, e o convencional, que produz com a utilização de agrotóxicos e, muitas vezes, em linhas de declive acidentado (especialmente nas encostas). Esta prática favorece a lixiviação dos agroquímicos para córregos e rios, bem como os deslizamentos de terra.

No que diz respeito à área rural, em relação ao processo de trabalho agrícola e à interação com as questões ambientais, em Nova Friburgo existem pelo menos três situações distintas. A primeira delas é a região da Bacia do Rio São Lourenço, já abordada em estudos sobre contaminação ambiental e humana por agrotóxicos, onde se concentra a maior parte das lavouras de olericulturas, cuja produção é caracterizada pelo manejo convencional e pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. A segunda delas, a região de Janela das Andorinhas, que tem se tornado aos poucos um pequeno pólo produtor e difusor da agricultura orgânica, além das regiões do 5º e 7º distritos, respectivamente, São Pedro da Serra e Lumiar, caracterizadas pelo turismo ecológico, pela preservação de florestas e matas, com pequena produtividade agrícola, mas com uso de agrotóxicos.

Fig. 2: Mapa Bacias Hidrográficas de Nova Friburgo



Com a diversidade da produção agrícola, associada ao manejo convencional, vem ocorrendo nesta região já há décadas o uso excessivo de agrotóxicos, tornando esse pólo olericultor como um dos mais importantes consumidores de agrotóxicos do Brasil⁶⁸. É possível dizer que, embora a produção agrícola do Estado do Rio de Janeiro não tenha destaque no cenário nacional, ocupando a 25ª posição, entre 27 estados⁶⁹, a utilização de agrotóxicos, principalmente, em pequenas e médias propriedades da região de Nova Friburgo, ultrapassa a média da região Sudeste e, portanto, é imprescindível que sejam agregados aos altos números da produção agrícola, o dano humano e ambiental produzido por contaminações e intoxicações de agrotóxicos.

O manejo empreendido em lavouras de hortaliças e na olericultura na região tem propiciado há alguns anos a suscetibilidade a pragas e doenças⁵⁸. O município de Nova Friburgo é atualmente o segundo maior produtor de flores de corte do Brasil, ficando atrás apenas do interior paulista. Por conta desta intensa produção de flores intensificou-se igualmente a utilização de agrotóxicos, neste caso, em função destes produtos não serem destinados para alimentação, “desobrigando” a existência de programas de controle ou vigilância, como o PARA (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos), da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)⁷⁰.

Para o ano de 2009 está prevista a elaboração de uma pesquisa versando sobre o uso exagerado de agrotóxicos na floricultura friburguense, objetivando difundir o uso criterioso dos agrotóxicos e a melhoria da qualidade das flores produzidas. A pesquisa contará com a coleta de sangue de trabalhadores rurais para testes e será realizada através da parceria entre a prefeitura local, a FIOCRUZ e a FMS - Fundação Municipal de Saúde do município.

Fig. 3: Área agrícola, com floresta densa ao fundo. Região de São Lourenço.



Fonte: Relatório de Vegetação, Uso e Cobertura do Solo. Instituto Rede Brasileira Agroflorestal – REBRAF.

Nova Friburgo está entre as diversas localidades que compõem os estudos sobre os danos ocupacionais e ambientais relacionados ao uso de agrotóxicos. Mais recentemente, encontramos estudos que abordam a co-relação entre modelo agrário, os danos causados por agrotóxicos e a saúde pública, no contexto político do neoliberalismo. Também se incluem nestes recentes estudos os impactos ecológicos associados ao modelo agroindustrial convencional, que estimula a prática da agricultura química. Outros estudos, nesta linha, têm abordado a eficiência econômica e a injustiça socioambiental associada à utilização de agroquímicos e às percepções para os riscos de intoxicações. Na área da epidemiologia, estudos têm demonstrado a intoxicação por agrotóxicos junto à deficiente informação sobre estas substâncias e as dificuldades relativas à realização de exames laboratoriais que comprometem por vezes a confirmação de uma intoxicação. Outros

estudos vêm abordando o fato de o agrotóxico produzir doenças não-transmissíveis. No âmbito do monitoramento biológico, bio-indicadores vêm sendo utilizados para a avaliação de impacto na contaminação de rios e córregos. Nos estudos de acidentes ampliados, o problema envolvendo a intoxicação por agrotóxicos vem sendo estudado enquanto acidente de trabalho no meio rural. Desta forma, com a ampliação das análises, a problemática do uso de agrotóxicos é considerada complexa e representa um dos temas majoritariamente interdisciplinares da área de saúde^{37,39,71,38e72}.

Fig. 4: Agricultor em área rural de Nova Friburgo, pulverizando a lavoura sem EPI.

Mauro Zurita Fernandes



Cap. 3 – Conflitos e negociações na área rural de Nova Friburgo.

No presente capítulo apresentamos as razões pelas quais os conflitos socioambientais se originaram, as formas como estes têm sido percebidos, suas representações e quais as estratégias que têm sido adotadas para a sua diminuição e resolução.

3.1 – Conflitos e negociações

Entendemos que algumas causas dos conflitos socioambientais entre órgãos públicos de meio ambiente e produtores rurais remetem a um paradigma de atenção pública que vem sendo destinado a regiões próximas de espaços que se tornaram áreas de preservação ou conservação. Este tipo de atuação pública tem sido reproduzido na visão que alguns órgãos públicos possuem do meio ambiente. Essa visão tradicionalmente tem se alternado entre uma postura mais rigorosa, em relação aos danos ambientais e sociais ocasionados pelo modelo de produção, e uma visão triunfalista, que assegura a viabilidade de manutenção do modelo econômico com a preservação do meio ambiente. Em Nova Friburgo a visão mais rigorosa em relação ao meio ambiente tem sido a mais adotada.

Atualmente, o município possui mais de 60% de matas e florestas preservadas⁷³. Entretanto, a partir da vigência da legislação ambiental, nos anos de 1980, marca a época da consolidação do turismo voltado para a interação com o meio ambiente. Nesse movimento, estas regiões passam a ser “descobertas” e a representar o ambiente propício para divergências e conflitos entre diversos atores sociais. Atores com os mais diferentes tipos de vínculo e de relação com a terra, cujas disputas têm marcado o cotidiano de algumas famílias e comunidades.

Cabe ressaltar que os conflitos socioambientais em Nova Friburgo se originaram em parte, e, inversamente à literatura sobre conflitos ambientais, pela manutenção da cobertura vegetal, e não o oposto, pela sua supressão ou degradação. A cobertura vegetal remanescente preservada é entendida como imprescindível em termos de manutenção e de regulação por parte do poder público. Enquanto isso, muitas famílias de produtores rurais divergem quanto a esse “controle” rígido dos recursos naturais, visto que, para os

produtores, é necessário algum tipo de aumento de área para a manutenção da atividade agrícola.

Mas, no entendimento de representantes da política de meio ambiente, é crime ambiental realizar queimada de vegetação formada após o período de pousio (repouso do solo), por ser este caracterizado como parte integrante da floresta. A partir desta regulamentação que alguns interesses divergentes entre produtores e ambientalistas se iniciaram, uma vez que, para os produtores, esta fase concentra um momento propício para o início da lavoura. Eis o contexto para a constituição de um processo complexo de antagonismos e diferenças.

Nesta região ocorreram conflitos entre a população rural, a maior parte pequenos agricultores, e agentes de órgãos públicos de meio ambiente, que condenaram, por vezes, o aumento de área para a lavoura ou a queimada de vegetação para o cultivo agrícola. Embora a região de Lumiar e São Pedro da Serra (5° e 7° distritos) não serem a principal produtora agrícola do município, que concentra suas atividades nas regiões de Campo do Coelho e São Lourenço (3° distrito), caracteriza-se pelo uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras, principalmente, de inhame, batata, banana, feijão e milho, cultivos estes considerados para a subsistência⁶⁶.

Dentre os agrotóxicos mais utilizados em Nova Friburgo está o Gramoxone 2000 (Paraquat), cujo potencial de periculosidade é II, ou seja, muito perigoso e altamente tóxico, com tempo médio de vida de cem dias, podendo chegar a anos. Dada a sua alta solubilidade em água, e pelo fato de muitas lavouras serem feitas em encostas, se estima que os recursos hidrológicos e as águas subterrâneas desta região estejam poluídos com resíduos de agrotóxicos⁶⁶. Entretanto, para um membro da equipe técnica da SERLA, Superintendência de Rios e Lagoas de Nova Friburgo, a região possui água do lençol freático dentro dos limites de potabilidade.

Neste contexto, os conflitos socioambientais somam-se ainda aos fatores econômicos, como a crise da agricultura, acarretada por inúmeros elementos, entre eles, a valorização da terra para fins turísticos e a utilização de agrotóxicos nas lavouras, elevando a um aumento financeiro significativo no custo para a manutenção da lavoura, são somados às condições históricas e sociais que reforçam à regra da partilha generalizada do patrimônio familiar. Esta regra vem contribuindo para o aumento da fragmentação das propriedades e o abandono da atividade agrícola, principalmente, entre os mais jovens, que já não se identificam com a tradicional vocação do campo⁵⁶. Peres et al.⁷⁴ destacam, em

estudo feito em Boa Esperança, Nova Friburgo, que as transformações no meio rural ocasionadas pela incorporação de processos produtivos intensivos vêm acentuando a fragmentação da atividade agrícola da região.

Especificamente na década de 1980 ocorrem mudanças impostas por normatizações e punições visando à preservação dos recursos naturais em oposição à produção agrícola, muitas vezes, de base familiar. Mas, histórica e culturalmente, os recursos naturais se associam a diferentes usos e ilustram a dialética do papel da natureza na configuração dos métodos produtivos e as implicações destas atividades na manutenção da natureza. Com isso, não se pode ignorar o fato de que, freqüentemente, as populações rurais (ou os povos das florestas) desempenharam papel relevante na seleção e na preservação de muitas espécies nativas de vegetais e animais. Nessa perspectiva, o referencial que permeia a noção de preservação ambiental adotada no estudo se distancia de uma compreensão que situa homem e ambiente em pólos antagônicos, independentes um do outro. A importância da preservação do ambiente pelos agricultores familiares foi uma condição *sine qua non* para sua sobrevivência, pois, do contrário, a atividade econômica, a qualidade de vida e a identidade cultural poderiam ser comprometidas.

Na arena dos conflitos sócioambientais em áreas rurais de Nova Friburgo, verifica-se um “radicalismo verde” de um lado, e um “anti-ambientalismo” do outro. Alguns agricultores chegaram a manifestar que a situação está dividida entre os defensores da agricultura e os defensores da natureza em pólos opostos. Isso se expressa na desconfiança de agricultores com àqueles que não partilham da sua visão de mundo. Rozemberg³⁹, esclarece que muitos agricultores são unânimes em atribuir constrangimento ao fato de serem alvos de repressão policial, decorrente dos trabalhos de fiscalização. Para os agricultores não existe justificativa plausível, pois, segundo os mesmos, possuem a terra e trabalham para o sustento das suas famílias.

Ao longo da história destes conflitos na região, se identificou que a atuação repressiva de alguns órgãos se fez *a priori*, o que gerou uma rejeição, por vezes, de natureza agressiva aos membros dos órgãos de meio ambiente em seus trabalhos de fiscalização e controle, inclusive com a disseminação proposital de focos de incêndios em matas de diversas partes. Muitas vezes o agricultor cometeu um crime ambiental sem que ele soubesse da existência de uma legislação em defesa do meio ambiente.

Uma das formas como a política pública se fez presente em algumas comunidades rurais de Nova Friburgo foi, exclusivamente, através de ações de agentes de órgãos

públicos do meio ambiente, com apoio de agentes militares, na realização de fiscalizações. Nesse sentido, agricultores afirmam que ações desta natureza parecem não guardar relação com a preservação ambiental, mas, como um problema de injustiça, de ameaça à soberania, ao direito à posse, à liberdade e ao desrespeito com as diferentes visões de mundo historicamente criadas. Por outro lado, diferentes publicações e estudos científicos têm demonstrado o grave problema da contaminação ocupacional e ambiental que permanece afetando comunidades e famílias por gerações em regiões rurais em Nova Friburgo, sem que isso se firme como um conflito notório.

Os órgãos públicos de meio ambiente, como o IBAMA e o IEF da região, são as instituições que têm sido amparados em ações repressivas pelo Batalhão Florestal da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que, de acordo com o que se observou, recebeu durante alguns períodos agentes policiais dos batalhões da região metropolitana do Rio de Janeiro com problemas de mau comportamento, numa espécie de “castigo”.

Neste contexto, uma idéia que ficou clara em alguns relatos foi o constrangimento de agricultores quando percebiam que veranistas ou turistas que praticavam alguns crimes ambientais, mas que possuíam condições econômicas de pagar as multas, posteriormente denunciavam trabalhadores rurais que por vezes não podiam fazê-lo da mesma forma. Esta tem sido na região uma das razões para o abandono da atividade agrícola e à perda da identidade cultural. E, em outros casos, a “perda” material de um terreno ou sítio para um turista capitalizado e interessado em viver em um lugar bucólico e com melhor qualidade de vida.

O problema da repressão ao trabalho agrícola, segundo Rozemberg³⁹ e verificada neste estudo, foi o fato de frequentemente o tema ser abordado nas oportunidades em que ocorreu algum tipo de diálogo que envolvesse a questão ambiental. Dependendo do trabalhador rural que fosse seu interlocutor, de acordo com o tom do discurso empregado, o diálogo poderia ser desfeito, caso nós fossemos “confundidos” com ambientalistas. Estas são as premissas para que fosse constatado na região o “problema do IBAMA”, a “demonização do IBAMA” ou, no caso da região de Lumiar e São Pedro da Serra, a “demonização da APA”. Os órgãos públicos e outros atores envolvidos na problemática contribuíram para estas adjetivações por manifestarem e promoverem a sua visão sobre os recursos naturais desconhecendo a relação estreita e longa que essas comunidades e famílias possuem com a terra.

A agricultura familiar, na maior parte dos casos, não é uma profissão que se escolhe, mas uma atividade profissional em que se “nasce dentro” e que a partir dela se desenvolve um determinado *habitus*. Algumas mulheres destas regiões relataram que eram levadas para a roça com os pais enquanto eram bebês, dentro de *jacás* (cestas de sapé)³⁹. Nessa perspectiva, podemos dizer que o conhecimento dessas famílias para com a terra e a natureza local transcende, muitas vezes, o conhecimento adquirido de maneira oficial pelas instituições de ensino e pesquisa. A própria manutenção de parte das matas na região se relaciona com este tipo de sistema de pertencimento e organização sócio-econômica que, dependendo do parâmetro utilizado, pode ser considerada como sustentável, e, portanto, não haveria a necessidade de uma fiscalização repressiva.

Para o responsável pelo IBAMA na região, à época da nossa pesquisa, os conflitos entre produtores rurais e agentes de órgãos públicos de meio ambiente estão situados especificamente na região de São Pedro da Serra, próximo a Lumiar, onde foi criada uma APA - Área de Proteção Ambiental, numa localidade com tradicional produção rural, e, particularmente, de subsistência. O gestor destacou ainda que a prática do fogo vem se associando à problemática dos conflitos da região, sendo considerado intenso em várias localidades e até mesmo em regiões inteiras, principalmente nos meses do inverno.

Na visão do agente-técnico da FEEMA, cujo relato enfatizou o episódio em que um carro da Fundação fora alvejado por tiros naquela região, o histórico dos conflitos se inicia no fim dos anos 1980, quando de arbitrariedades realizadas por agentes de órgãos públicos de meio ambiente na região de Lumiar, São Pedro da Serra e Macaé de Cima, que levou à prisão e à multa de algumas pessoas. Algumas multas variaram de R\$ 30 a 50 mil reais. Por outro lado, citou que na referida região, “agricultor, que vive da terra, é espécie em extinção”. Na sua interpretação isto se deve em parte ao fato de diferentes pessoas se mesclarem aos agricultores, colocando-se como “defensores dos agricultores”, que por vezes oferecem pouca resistência política para negar essas representações. Em alguns casos se tornaram especuladores de terras, principalmente para veranistas, turistas, etc., ou até comerciantes ou pequenos empresários. O processo de capitalização da terra tem se tornado freqüente na região nas últimas décadas.

Um dos agentes públicos responsável pelo meio ambiente na região citou que “se a legislação ambiental, que é restritiva, fosse levada à risca, não haveria produção agrícola”. Com isso, percebemos uma variedade de questões interligadas a esta frase, como, por exemplo, que a produção agrícola e de alimentos não é considerada natural, e por vezes

irrelevante; outra trata da primazia da natureza considerada absoluta e intocável, fato que exclui aqueles que, secularmente, contribuíram à sua manutenção, como, neste caso, com agricultores tradicionais.

No entanto, não se pode negar a recorrência de diversos terrenos considerados impróprios para o cultivo de lavouras, em virtude do relevo e da topografia acentuada, pela proximidade com áreas protegidas, como, por exemplo, nascentes e leitos de rios. Em alguns casos, os produtores possuem a noção do equívoco ecológico, mas, como disse um deles “todo mundo faz...”, o que compromete a conscientização para a preservação dos recursos naturais.

A expressão anteriormente citada pelo agente da FEEMA “demonização da APA”, na verdade, vem sendo cunhada por diferentes setores da sociedade friburguense. Ela denota o caráter negativo que a implantação da área de proteção ambiental de Macaé de Cima possui por parte de indivíduos da comunidade local, especificamente, produtores rurais, em função do comprometimento da manutenção ou do aumento da atividade agrícola, entendido como necessário para a sobrevivência da comunidade rural.

Neste clima contencioso de mais de uma década, as fases oscilaram entre muitos ou poucos enfrentamentos entre agricultores e órgãos públicos de meio ambiente. Entretanto, esta problemática tomou uma proporção política e, sobretudo, nas proximidades dos pleitos eleitorais municipais, onde acreditam, são editadas as linhas políticas de atuação para com os agricultores, que a idéia da existência dos conflitos por si só já se transforma em uma oportunidade para se configurar a arena para disputas político-partidárias.

Em 2007 ocorreu a terceira audiência pública na ALERJ, Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo agricultores e o IEF – Instituto Estadual de Florestas. Este evento pode ser considerado à luz de tentativas que vêm ocorrendo para se minimizar os efeitos da problemática em torno da produção agrícola e da preservação ambiental.

O agricultor de Conquista, Ribamar participou ativamente da audiência tendo a oportunidade de falar como membro da presidência do Conselho dos Produtores Rurais, o qual fazia parte até o fim do ano de 2008, saindo pelo fato de ter se tornado candidato a vereador de Nova Friburgo nas últimas eleições municipais. A sugestão de realizar a audiência partiu do Deputado Estadual Rogério Cabral, que é também um produtor rural da cidade e viu essa necessidade em função do acúmulo de vários problemas com as equipes de fiscalização ambiental, chegando ao limiar de uma “situação muito grave”, de acordo

com Ribamar. Estiveram presentes mais de 300 produtores na ALERJ, a maior parte com o auxílio do deputado, pra mostrar a realidade do produtor para os outros deputados. Neste sentido, destacou Ribamar:

“E eu tive a oportunidade de falar lá, como eu estou falando aqui, que não existe produtor sem a mata e mata sem o produtor, como você vai agredir o cara que mora no entorno da mata se você só vai fiscalizar eventualmente? Isso é ridículo, você tem que conscientizar ele. Eu tive oportunidade de falar isso lá e foi bem-vindo na hora”.

O tema da 3ª Audiência Pública, de acordo com a sua ata, que pudemos ter acesso, foi “APA de Macaé de Cima e a relação com produtores familiares da região”. Esta audiência foi convocada a pedido das Entidades “Ação Rural de São Sebastião de Lumiar; Associação de Moradores de Lumiar; Igreja Presbiteriana de Lumiar; Sindicato Rural de Nova Friburgo e Associação de Moradores e Amigos de São Pedro da Serra”, que destacaram como principais reivindicações à revogação dos Decretos Estaduais nº 29.213 e 38.234; a rediscussão da criação da APA de Macaé de Cima, com a participação da sociedade organizada de Lumiar e São Pedro da Serra; a discussão de criação da citada APA seja precedida de estudo de impacto social; a realização de estudo econômico na região que aponte soluções para a geração de emprego e renda para os pequenos agricultores e seus filhos; a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades locais, tais como saúde, educação, lazer e cultura, e, em especial, um programa de combate ao uso de drogas.

Estiveram presentes as seguintes pessoas e comunidades representadas: Deputado Alessandro Calazans – Presidente da Comissão de Política Urbana, Habitação e Assuntos Fundiários; Deputado Glauco Lopes – Presidente da Comissão de Minas e Energia; os Vereadores Grimaldino Narciso e Nami Nassif, ambos da Câmara Municipal de Nova Friburgo; Justino Antônio da Silva - Superintendente de Agronegócios do Estado, representando o Secretário Estadual de Agricultura; Sílvio Montenegro - Secretário Municipal do Pró-Cidade de Nova Friburgo, responsável pela elaboração do Plano Diretor de Nova Friburgo; Sr. Affonso Henrique de Albuquerque Júnior – Supervisor Local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER em Nova Friburgo; Eucimar Reis de Melo – Presidente do Conselho de Dirigentes das Associações Produtoras Rurais – CONRURAL; André Silva Ilha - Presidente da Fundação Instituto Estadual de Floresta –

IEF; localidades representadas do 5º Distrito (Lumiar) de Nova Friburgo: Rio Bonito, Paineiras, Toca da Onça, Córrego dos Patos, Novo Destino, Galdinópolis, Santo Daime, Conceição, Posse, Santiago, Ribeirão das Voltas, Grotta Funda, Pedra Riscada, Ponte dos Alemães, Novo Destino, Boa Esperança de Cima, Córrego Vermelho, Boa Esperança de Baixo, Buraco Amargoso, Alto de Boa Esperança, Córrego Santa Catarina, Cascata, São Romão, Santa Margarida, São Simão e Santa Luzia; 7º Distrito (São Pedro da Serra) de Nova Friburgo: Sibéria, Bocaína dos Blaudt, Bocaína dos Mafort, Estrada de Boa Esperança, São Pedro da Serra, Benfica, Colonial 61, Alto da Tapera; 8º Distrito (Mury) de Nova Friburgo: Theodoro de Oliveira, Serra Nevada, Macaé de Cima, Rio das Flores, Stucky, Colonial 30, Cidade das Pirâmides, Córrego do Macuco; Sr. José Antônio Ouverney, pequeno agricultor; Sr. Manoel Ouverney, pequeno agricultor rural; e Sr. Sérgio Marçal, pequeno produtor rural. Compuseram a Mesa os Senhores: Justino Antônio da Silva; André Silva Ilha; Sílvio Montenegro; José Antônio Ouverney; Manoel Ouverney; Sérgio Marçal, e o Vereador Grimaldino Narciso.

No decorrer da audiência, o presidente discorreu sobre o tema em pauta, destacando a importância da agricultura familiar no cenário econômico nacional, defendendo o direito dos agricultores em cultivar suas terras com sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, apresentando projeto em desenvolvimento de defesa dos interesses dos pequenos agricultores cujas propriedades estejam situadas nas áreas do entorno das AP's (Áreas de Proteção).

A Comissão de Agricultura, presidida pelo Deputado Rogério Cabral, comunicou a disponibilidade do Governo do Estado na busca de soluções que atendam tanto na proteção do meio ambiente quanto no desenvolvimento sustentável da região, respeitando-se as comunidades locais. Sílvio Montenegro discorreu sobre as etapas de elaboração do Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo e sugeriu maior disponibilidade de todos, agricultores e entidades governamentais, na busca de soluções que contemplem o desenvolvimento e o respeito ao meio ambiente.

O agricultor José Antônio Ouverney durante a audiência defendeu a revogação dos decretos estaduais de instalação da Área de Proteção Ambiental – APA de Macaé de Cima, enumerando as dificuldades enfrentadas pelos produtores na região e a postura dos fiscais do Instituto Estadual de Florestas – IEF. Manoel Ouverney, igualmente agricultor, também defendeu a revogação dos decretos que instituíram a citada APA de Macaé de Cima e relatou as dificuldades enfrentadas pelos agricultores. Sérgio Marçal enfatizou a

necessidade de renegociação da área de zoneamento da APA em questão, além da revogação dos decretos, e que sejam respeitados os direitos dos agricultores e suas famílias.

O Presidente do IEF na época, André Ilha, mencionou a atual mudança de administração, fiscalização e atuação do IEF, e o conseqüente entrosamento dos agricultores com os responsáveis pela manutenção da APA. Foi mencionando ainda a necessidade de observação da legislação em vigor, adaptando-a aos diversos casos e realidades encontradas na região, além de incentivar quaisquer ações que promovam a conciliação.

O Vereador Grimaldino Narciso, que é da região, defendeu a revisão do Plano Diretor de Nova Friburgo e o zoneamento da APA de Macaé de Cima, discorrendo ainda sobre a atuação desumana dos fiscais do IEF e demais entidades responsáveis pela aplicação da legislação ambiental na área. Fizeram ainda uso da palavra os Deputados Alessandro Calazans e Glauco Lopes, o Vereador Nami Nassif de Nova Friburgo, os Srs. Naim Pedro e Eucimar Melo, onde todos destacaram o trabalho desta Comissão na busca por uma solução viável para todas as partes. Concluindo a Audiência, o Deputado Rogério Cabral, da região e produtor de Friburgo, solicitou ao Presidente do IEF que o Instituto elabore um estudo sobre a real situação na região. Na ocasião anunciou a criação de uma comissão formada por representantes dos diversos segmentos envolvidos para acompanhamento das ações do IEF e a apresentação de alternativas e propostas para a solução das questões apresentadas.

A gama de atores participantes da Audiência Pública demonstrou a magnitude da situação política que as divergências e os conflitos geraram até o presente momento. A experiência de termos consultado a ata da referida Audiência possibilitou a confirmação da complexidade de interesses e percepções que caracterizam este conflito socioambiental. A idéia central da audiência pode ter representado o desejo de se compatibilizar uma prática agrícola menos espoliativa ambientalmente, e uma ação fiscalizatória menos repressiva.

O debate que se observou evidenciou, por um lado, os produtores rurais que consideram a terra como fonte de sobrevivência e não aceitam alguns pontos do discurso ecológico dominante, entendido muitas vezes como restritivo e elitista. Por outro lado, os adeptos da retórica ambientalista que, por vezes, não reconhecem o direito de decisão e de autonomia reivindicado por agricultores e moradores que se consideram responsáveis pela conservação das matas na região, devido ao sistema tradicional de cultivo por eles

utilizados, oriundos da influência cultural da colonização suíça - alemã. Neste caso, a insatisfação está em áreas de capoeira, que estão no pousio, não poderem mais ser cultivadas, o que traria um comprometimento severo para a condição de produtor rural. Neste processo, os “de fora” são acusados de terem responsabilidade na intensificação dos processos de especulação imobiliária e de construção desordenada da cidade, além do aumento dos problemas relativos ao uso de drogas, associado à intensa frequência por jovens de classe média em épocas de veraneio. Estas questões são consideradas pelos agricultores como centrais dentro deste debate, embora não as vêm sendo discutidas na mesma proporção que a polêmica sobre o uso das matas.

A análise da audiência também revelou como diferentes atores desenvolvem a sua posição no contexto de desenvolvimento dos conflitos e como modificam o seu papel político na sociedade. No caso, de produtores rurais que passam a candidatos ou a políticos propriamente ditos, ampliando as conotações para o problema político dos conflitos entre atores sociais, que podem se desdobram em conflitos entre instituições públicas.

A falta de informações e projetos consistentes, a distância de alguns poderes públicos em relação às comunidades rurais, além de exageros cometidos em ações de fiscalização em gestões passadas, possibilitou a disseminação do clima de contestação entre os agricultores em face da preservação ambiental. Resgatando à época anterior às audiências públicas, em agosto de 2006, depois de variados eventos e episódios de enfrentamentos verbais e ameaças de ambas as partes (agricultores e ambientalistas), ocorreu à pichação de placas de sinalização da APA situadas na rodovia RJ-142, que levou ao encaminhamento do Projeto de Decreto Legislativo 71/2006, feito pelo deputado Alessandro Calazans, para sustar os efeitos do decreto de criação da unidade de conservação, gerando muitas reuniões e manifestações por parte de produtores rurais.

A precária comunicação ou o inexistente diálogo entre os atores comprometeu a compreensão das perspectivas em disputa. Como foi mencionado, especificamente no ano eleitoral de 2006, alguns representantes de órgãos públicos, ambientalistas e agricultores tenham obtido proveito político da situação, alimentando ainda mais as divergências existentes⁷⁵. A análise do conflito em questão na região da APA Estadual de Macaé de Cima evidencia a complexidade e a dificuldade de implantação de uma perspectiva de inclusão das populações locais, assegurada pela própria legislação ambiental em áreas protegidas.

Apenas recentemente, alguns órgãos, com uma atuação menos repressiva, têm conseguido algum tipo de envolvimento dos produtores com as questões ambientais, ao transmitir didaticamente conhecimentos e esclarecimentos técnicos e ecológicos. Um desafio para a negociação de conflitos e para a proposição de medidas de atenuação de impactos sociais e econômicos, agravados por algumas concepções oriundas de leis e normas ambientais, que podem comprometer a sobrevivência de comunidades rurais. Mas, por outro lado, falta ainda visibilidade política para a problemática da intoxicação por agrotóxicos, que se associa à produção agrícola e à degradação ambiental.

Entre o fim de 2007 e o início de 2008 ocorreu a realização de oficinas promovidas pelo IEF, através da Diretoria de Conservação, que vem tentando refazer a atuação e o perfil do órgão na região, visando à reestruturação do Conselho Gestor da APA e prosseguir com a sua oficialização, o que também pode ser interpretado como um esforço na tentativa de resolução ou mitigação dos conflitos.

A situação dos conflitos pode estar caminhando para uma fase conciliatória entre as partes envolvidas, de acordo com a avaliação do presidente do Sindicato Rural. Para ele, desde a realização, em outubro de 2007, da Audiência Pública, na ALERJ, incluindo encontros com agricultores e membros da EMATER na referida região durante o ano de 2008, os nervos parecem estar menos exaltados. A existência de conflitos, principalmente, no passado, entre agricultores e ambientalistas na região do 5º e 7º distritos, ocorreu, segundo ele, a partir de uma discussão de valores, de identidade, liberdade, coerção e controle. Para ele, não se trata de uma questão simples, pois, pra exemplificar, disse: “É meu, mas não posso fazer o que eu quiser, e então não é meu”. Este é um dos instantes em que se identifica uma base para algumas contradições, mas que podem propiciar o entendimento de que existe o direito de propriedade, mas não o direito de piorar o ambiente em relação às gerações futuras.

Contrariamente a perspectiva de parte dos agricultores pesquisados, o agricultor orgânico Ronaldo chama a atenção para o fato de que IBAMA, FEEMA e SERLA, dentre outros órgãos, não representarem problema para a sua condição de produtor rural; “na verdade, são parceiros”. E nesta linha, continuando, citou:

“Agora, tem uns camaradas do IBAMA, IEF, FEEMA, que são radicais. Por que o produtor, se você souber chegar nele, você domina, porque produtor... não tem cultura, né.

Aí fica fácil de você controlar ele. A instrução é precária. Agora, se você quiser impor alguma coisa pro produtor, aí você tem problema”.

Neste relato apresentado se identifica a presença de preconceito em relação ao trabalhador rural, uma vez que não se questionou as razões pelas quais este ator social parece desprovido de “instruções”. Entretanto, o relato deixa transparecer que, embora haja deficiência de conhecimentos técnico-administrativos por parte da grande parte dos agricultores da região em relação às lavouras, isso não pode ser válido para a aceitação resignada de atitudes e regras impostas sem o esforço do diálogo prévio. Na região de Lumiar, afirma que “existem uns ambientalistas que falam que são ambientalistas, mas só querem mandar na casa do vizinho, e a dele ele deixa bagunçada”, o que manifesta a existência de diferentes tipos de agressões ao ambiente relacionadas a diferentes classes sociais e diferentes mecanismos de reverter as agressões. Ronaldo continuou:

“Eu fiz um reflorestamento lá em Rio Bonito de Cima, sem nenhum nível de problema. Havia ambientalistas pra todo lado. Fui lá, rocei só onde podia roçar, plantei os eucaliptos, usei o defensivo adequado, na terra do vizinho que era ambientalista, ele disse, ‘não quero veneno aí não’. Aí eu expliquei pra ele o que era, e eu controlei a formiga na chácara dele”.

Este agricultor possui a compreensão que na atualidade o produtor rural está cada vez mais necessitado em ser esclarecido. Pra ele, o corpo técnico dos órgãos de meio ambiente também poderia ter melhores esclarecimentos e, às vezes, bastaria ser um filho de produtor ou conviver mais com a agricultura para conhecer melhor o problema, assegurou o produtor. Nesses termos, enfatizou:

“Porque na EMATER, por exemplo, são pessoas mais indicadas por políticos, né. E isso, o bicho pega, pois uma pessoa fazer um trabalho sem conhecimento técnico nenhum... e aí, acaba fazendo de qualquer maneira”.

Sobre a ocorrência de conflitos, ou até a noção de “demonização do IBAMA”, de acordo com este agricultor, estas idéias não se verificam na localidade onde reside e trabalha Janela das Andorinhas:

“Aqui, não tem nada disso. É um fiscalizando o outro. Veio um camarada pegar passarinho no meu sítio, canário. E eu falei pra ele aqui não podia apanhar. Ele disse ‘mas a estrada é pública’. E eu disse; é pública pra você passar, mas pra pegar passarinho não”.

O agricultor mostra que, com os esforços de recuperação ambiental da localidade, diversas espécies de pássaros e outros animais têm voltado a aparecer e suscitado o interesse dos colecionadores e comerciantes de animais silvestres. Para tanto, assegura que tem “levado as pessoas na conversa”, o que tem feito muitos irem embora sem pegar o animal e ainda agradecem a conversa. Nesse sentido;

“Então, eu acho que os caras do IBAMA têm que se preparar pra isso também. Saber conversar, da boa conversa a gente não escapa nem da carona, destacou sorridente”.

O agricultor finalizou dizendo que existem “uns doutores do IBAMA” que ele chama de você, que permitem essa abertura de diálogo, avalia. “E eu, antes de fazer aquele trabalho de reflorestamento fui ao Elias (IBAMA) que me explicou toda a base prática”. Um exemplo relevante de Ronaldo ocorreu na localidade de Cônego, onde foi implantar um projeto de 14 mil ha de reflorestamento e, quando o vizinho o viu, imediatamente o solicitou que fizesse o mesmo na sua propriedade. Contou que foi lá, fez a demarcação, e o solicitante disse, “olha, planta em cima da nascente, planta em tudo”, e disse que iria plantar primeira numa determinada área e que depois veria o que se poderia fazer na outra área, a da nascente, embora tivesse a convicção que não faria isso.

“Porque conscientizar o produtor é difícil. Ele nunca foi a uma reunião, nunca participou de nada... Agora, uma coisa que eu acho que a gente tem que mexer é com a lei da SERLA, na autorização para abrir lago ou canalizar córrego, pois, eu como técnico, lhe digo que pra preencher aquele formulário tem que ser doutorado, mestrado, quase os técnicos não sabem preencher aquele formulário. Tem muita gente fazendo coisas incorretas porque tem também essa dificuldade. Hoje, se eu quiser uma máquina da secretaria de agricultura de Friburgo, pra dragar meu córrego, eu não posso. Ela não vem, só com a autorização da SERLA. Agora, como estamos dentro da lei, a SERLA não perturba a gente”.

Um dos principais causadores dos conflitos, de acordo com agricultores como Ribamar, de Conquista, refere-se às ações empregadas pela Política Ambiental, especificamente, à criação de parques florestais. Para o agricultor essa situação tem atrapalhado bastante a agricultura, pois, embora seja a favor dessa criação, pensa que o produtor não existe sem a mata e a mata não existe sem o produtor; “está interligado”, disse. O agricultor acredita que a mata traz qualidade de vida, água, ar puro e o clima, que é um dos maiores benefícios da existência das matas. Além do mais, acabando essas características, sugere o agricultor, acaba a vida rural. Na sua visão, foram criados parques florestais e designados órgãos públicos para administrá-los. E, como em outros órgãos, há as pessoas que trabalham de forma correta e outras não. “Nesse movimento, vieram pessoas trabalhar não corretamente, querendo agredir o produtor financeiramente, às vezes, até extorquindo”, na maior parte das vezes a reclamação dos agricultores tem sido a mesma: as ações fiscalizatórias e a condenação perante alguma ação considerada irregular do ponto de vista do meio ambiente.

“Muitos estão sempre querendo dinheiro, se aproveitar. Isso gera uma agressão ao produtor, muito produtor se revolta, com o parque florestal, com a própria mata, que é a sua casa, devido ao mau funcionário do órgão público”.

O agricultor conta que em meados dos anos 1990, o CONRURAL, Conselho dos Produtores Rurais, denunciou essa situação à FEEMA, que fazia a gestão do Parque dos Três Picos, e conseguiu mostrar o ponto de vista do agricultor à população,

“pois muita gente não conhece a vida rural e não sabe o que estava acontecendo, como, por exemplo, muitos produtores sendo agredidos”.

Não se pode precisar o início das agressões por parte de agentes de órgãos de meio ambiente sobre os agricultores, mas esses eventos coincidem com a criação do Parque Estadual dos Três picos e, posteriormente, a APA de Macaé de Cima, há cerca de dez anos. Antes disso, o “pessoal do meio ambiente não atrapalhava tanto”. Como contraponto, Ribamar citou a existência da vigilância sanitária, que, na sua visão, sempre procurou as

associações rurais, os explicou e ensinou a realizar um trabalho “bonito”, o que podia o que não podia ser feito, o que poluía o que não poluía, “e isso foi muito bacana”.

O agricultor Sidney, por ter uma trajetória de participação em associações, presenciou várias reuniões em lugares diferentes, o que lhe proporcionou ter contato com ambientalistas, que, em muitos casos “só conhecem as coisas no papel, e aí é que está um problema sério, pois, na prática, não entendem, desculpe a expressão, porcaria nenhuma”. Sidney destacou exaltado que pensa ser importante o ambientalista saber o que é na prática, e não só o conhecimento “na teoria e no papel”. Segundo ele, o papel fala o que ele quer dizer, sem ter na prática o conhecimento. Na sua visão, o agente vem executar um serviço que está escrito no papel, sem ter conhecimento de “nada”, mas,

“Quando ele vai sentar-se à mesa, conforme nós estamos aqui, ele se esquece que na mesa dele está entrando batata, arroz, feijão, inhame, batata baroa, aipim, que sai da mão do lavrador”.

Depois citou que este mesmo agente vai multar o agricultor, “barrar o cara de trabalhar... esses caras são malucos! Eles deviam ter mais conhecimento da coisa”. O agricultor sugere que o trabalho do órgão de meio ambiente deve ser cumprido, entretanto, procurando entender a realidade do outro. Mas, o que assegura ocorrer, é o oposto: “eles não querem nem saber, vem multando, sentando o cacete de qualquer maneira”. Enfaticamente como de costume, o agricultor destaca o que pra ele “é ponto”: “tomara a Deus que não, mas se essa APA de Macaé de Cima vier rígida, isso vai dar conflito de sangue”.

Sidney lembrava a essa altura da entrevista o que já havia me falado em um dos nossos contatos para a pesquisa, da sua conhecida foice: “ela esta lá, você querendo vê-la eu te mostro, de vez em quando eu passo esmeril nela pra ficar mais afiada...”, lembrava em tom bem humorado. A sua retórica para esses “ataques de foice” – não há registro que atribua algum delito desta natureza em relação ao agricultor – está no fato de o agricultor respeitar as nascentes de água e respeitar a área para reserva. Atualmente, junto ao INCRA, e de acordo com as discussões sobre o novo Código Florestal, é necessário declarar a existência e a manutenção de 20% de reserva, e a sua propriedade possui três vezes mais, isto é, 60% de reserva. O agricultor não conta mais com dois de seus irmãos na lavoura,

que evadiram em busca de outras atividades de renda e emprego, com isso, atualmente, na lavoura trabalham ele e mais um irmão. Segundo contou,

“Eu respeito a mata, respeito água, aí vem esse ambientalista mal informado, que não conhece porcaria nenhuma, dizer que eu não posso mais roçar meu terreno?... eu passo a foice nele, meu irmão! Não estou fazendo mal a ninguém, cuida das minhas plantas, e um desgraçado vem me bater, aplicando multa pra cima de mim?... não tem erro, passo a foice. Alguns colegas dizem assim: ‘mas você tem mesmo coragem de fazer isso?’, “eu digo; você quer ser o primeiro a experimentar?”, argumenta o agricultor aumentando um certo mito em torno da sua “retórica da foice”.

O agricultor Sidney declarou que participa junto com outros agricultores e moradores da comunidade de Lumiar e adjacências da UFT – União das Famílias da Terra, uma associação política, com discurso organizado que enaltece os valores tradicionais das pessoas intimamente ligadas à terra, e que emerge como um dos desdobramentos dos conflitos, cujo simbolismo está para além da defesa da terra única e exclusivamente.

Para Sidney, diferentemente de outras versões anteriores, a existência da chamada crise entre os produtores rurais e os ambientalistas de órgãos públicos, data de 1998, quando o Governador Anthony Garotinho aprovou “aquele absurdo que foi aquela APA de Macaé”, segundo ele, “com meia dúzia de pessoas, entre quatro paredes, sem convidar pessoas da comunidade, pessoas cujas famílias estão há mais de cento e cinquenta anos no lugar”. Nesse instante, o agricultor indagou acerca da permanência “de todo esse verde”, e responde categoricamente, que ele se devia aos antepassados que souberam preservar. E afirmou ter sido um erro que eles cometeram por terem conservado isso, já que em função disso, não recebem “elogios e sim castigos”. O agricultor considera que se deseja fazer, “mais do que precisa fazer. Aqui já é uma estufa naturalmente”.

Da história pregressa dos conflitos, o agricultor resgata a ocorrência de um evento entre os anos de 2000 e 2001, quando houve uma ação conjunta entre o IBAMA e o IEF, amparados militarmente com agentes do Batalhão de Polícia Militar Florestal:

“Pegaram uma senhora com jacá de lenha, jogaram o jacá fora, derrubaram ela no mato... depois disso teve outro ataque lá na Toca da Onça, onde as autoridades estiveram

na casa de um rapaz, derrubando o telhado tudo com bala, porque ele resistiu à presença deles na primeira vez”.

Não se trata de uma expressão coloquial, ao se referir como “ataque”, as ações de fiscalização e em defesa do meio ambiente, mas de uma adjetivação convicta. Para o agricultor, a reação do produtor não deve ser diferente daquela, se for preciso. No referido caso, quando o “pessoal do IBAMA” voltou, o agricultor que Sidney conta, saiu fugido porque estavam todos armados, foi nesse instante que destelharam a sua casa com tiros. “Isso foi um absurdo”, lembrava esbravejando.

A casa e a lavoura do agricultor Sidney estão localizadas na região e na área consideradas o epicentro destes conflitos; a localidade de Lumiar e circunvizinhanças. Essa é uma das razões para o agricultor ter na memória uma série de acontecimentos. Outro caso se refere a um amigo seu de São Pedro da Serra que foi “pego”, o agente chegou à sua casa com um fuzil na mão, prendendo-o.

“O que eu não entendo, o Presidente Lula estava falando de manhã na televisão sobre o biodiesel, e já está dando problema, e isso já repercutiu na agricultura familiar, a soja tem 70% junto com o biodiesel, não tem como colocar outra coisa como mamona”.

Na verdade, o que ele quer dizer é que a soja tomou conta da área agrícola, fazendo da soja uma “coisa errada”, por prejudicar outras atividades. Na seqüência destacou que “o grande, dribla até o governo, até o governo é passado para trás”, referindo-se aos verdadeiros proprietários das imensas monoculturas de soja entre as regiões Sul, Centro-Oeste, Sudeste e, mais recentemente, Nordeste do Brasil, e o conseqüente aumento da perda da biodiversidade e a precarização da agricultura familiar.

Em relação à crise, considerou que seu início coincide com a aprovação da APA de Macaé de Cima em 1998, embora desde os anos 1990 existam relatos e depoimentos de exageros por parte da “lei do meio ambiente”. Até 2002, a situação da crise foi considerada a pior, mas, quando entrou a então candidata a prefeita Saudade, de Nova Friburgo, foi feita uma promessa de campanha dando conta que em seu governo não iria ocorrer violência que envolvesse a agricultura e a questão ambiental. Para o agricultor Sidney, de 2002 a 2007, a “coisa deu uma maneirada”. Mas, para este e outros agricultores, fica uma dúvida quanto à continuidade dessa gestão, no que diz respeito aos agricultores não “serem

perseguidos”. Quando indagado sobre o papel da secretaria de meio ambiente do município nesta crise, o agricultor referiu-se a ela como “gilete”; “corta pros dois lados”, isto é, serve aos interesses dos agricultores e dos ambientalistas. O agricultor faz referência à época da elaboração do Plano Diretor da Prefeitura, para demarcar as áreas de lavoura, cuja secretaria se mostrou ser “mais a favor da APA que dos agricultores”. O agricultor Sidney demonstra certo receio quanto a uma reversão da situação “maneirada” da crise, achando que a situação pode piorar novamente.

“Eu torno a falar, se o novo prefeito (eleito em 2008) não continuar com a meta da ex-prefeita, a coisa vai piorar, vai haver conflito de sangue”.

Continuamos a conversa perguntando a ele quais seriam as medidas que poderiam ser tomadas para diminuir ou resolver esses conflitos e que tipo de negociação poderia ser feita. Para o agricultor, é fácil de explicar isso: que façam o que tem que fazer no papel, mas que seja uma prática decente. Pra ele, que realmente venham e digam assim:

“Bom, existe a APA de Macaé, existe, tem como acabar, não tem, então vamos remendar ela. Vamos manter os senhores lavradores nas suas condições, que o próprio governo federal fala isso, o homem do campo tem que ficar no campo”.

O agricultor é enfático ao citar que a APA só está prejudicando o agricultor. E, pra ele,

“... essa APA precisa ser remendada, e realmente for colocado em prática de forma decente. A gente precisa trabalhar. Mas parece que não há interesse em eles fazerem isso, que aí a coisa fica calma. Parece que eles gostam de conflito, guerra, querer dar uma de autoritarismo pra cima do lavrador... tem parente meu que quando passa o helicóptero, larga as ferramentas e sai correndo... isso é um absurdo!”

Na suas palavras, a estratégia criticada pelo agricultor nas ações executadas em prol do meio ambiente refere-se a um “terrorismo ambiental”, considerado, por ele, como um absurdo. Ainda nas suas considerações destacou que sejam feitas as coisas certas, e que não sejam feitas “coisas por fora”, que apenas fazem amedrontar as pessoas da

comunidade. Neste aspecto lembrou que existe família que largou a lavoura com medo dos “homens” chegarem, como se a sua prática fosse criminosa. Nesse instante, mais uma vez o agricultor justificou a sua “promessa” de passar a foice no pescoço desse possível agente que cometer alguma violência contra ele, “e depois ainda chuto a cabeça dele”. Manoel fez uma comparação simbólica com o ninho de marimbondo ou com a colméia de abelha, dizendo; “vai ver o que você vai ganhar na cara, se mexer neles”.

A revolta de Sidney se dá devido à retórica de estar agindo certo, trabalhando certo, de forma honesta, tranqüila, e, mesmo assim, diz, “o cara vem querer me ferrar? Passo a foice nele”, esbravejou como de costume ao falar sobre os conflitos. Ao agricultor que comete infração, que seja penalizado, também lembrou. “Transparência e verdade. Acabou. Aí, não existe conflito nem de lá nem de cá”. Pois, de acordo com a sua visão, onde não há transparência e verdade, existe a geração de conflitos. O agricultor referiu-se ao governo federal, que pede para que o homem do campo fique no campo, embora “eles próprios criem meios de tirar o homem do campo”, como, no caso dos exageros cometidos por agentes de órgãos públicos de meio ambiente. Sua participação na entrevista termina dizendo que desejava que as autoridades ouvissem (lessem) essas palavras desse “semi-analfabeto” e dissessem se ele está certo ou não. Por fim, lembrou de uma lenda antiga que dizia que a floresta pegou fogo. E um beija-flor ia realizando muitas viagens pra pegar a água para apagar o fogo da floresta e os outros bichos fazendo farra com ele e, aí, ele disse: “Vocês estão fazendo farra, mas se todos estivessem fazendo o que eu estou fazendo o fogo da floresta teria apagado”, finalizou em um tom bem mais cordial que ao citar a sua foice.

Em relação aos problemas por que a situação do meio ambiente vem passando nessa região, a edição de 23 de Julho de 2007 do jornal eletrônico *O Globo on line* revelou que Fiscais do IEF/RJ flagraram um indivíduo armado no entorno do Parque Estadual dos Três Picos, na localidade de Vale dos Alpes. A situação ganhou relevância devido à unidade sofrer com a ação constante de caçadores. Nesse ano, apenas até essa edição, nas ações de fiscalização foram apreendidos animais silvestres vivos e mortos, grande quantidade de munição, armas, cinco pessoas foram presas, além de 50 quilos de palmito retirados ilegalmente de área de reserva. Essas apreensões representam uma parcela da rede de comércio que se beneficia dessas atividades ilícitas, que inclui, possivelmente, estabelecimentos que atuam no setor turístico, como restaurantes. A partir do mês de agosto de 2008, por iniciativa própria da sede de Nova Friburgo do IBAMA, aconteceu um

trabalho de esclarecimento sobre animais silvestres que habitam a região, em especial, a ave-fauna, em escolas do município, a partir do enfoque da educação ambiental. Posteriormente, o mesmo trabalho pretende ser levado a escolas estaduais e particulares que também se interessarem na temática. A intenção é criar maneiras para se reduzir os índices de denúncias e os casos de apanha, guarda em cativeiro e comércio de animais silvestres verificados na região. De acordo com a edição eletrônica do Jornal *A Voz da Serra*, o Relatório Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (RENCTAS) revelou a presença da Nova Friburgo em uma rota de tráfico de animais silvestres.

Embora venha realizando trabalho em escolas e em associações, a partir do enfoque da educação ambiental, o IBAMA continua realizando ações de sobrevôos com helicópteros, na intenção de se executar trabalhos de geo-referenciamento, e de identificar *in loco* situações que são de atribuição federal, oriundas de denúncias de Delegacias e do Ministério Público, ou ainda, em ações conjuntas com órgãos públicos, como o Batalhão Florestal da Polícia Militar (BFPMERJ) ou a Polícia Federal. Esses sobrevôos têm sido compreendidos por agricultores que se consideram vitimizados por uma “criminalização da agricultura” como ações intimidadoras, combinadas por doses de “terror psicológico”, que visam à equalização de conflitos, a partir do “manda quem pode e respeita quem tem juízo”.

Entre os anos de 2005-2007 foram realizadas dezenas de reuniões entre os atores envolvidos indireta e diretamente com a APA de Macaé de Cima. No mês de Março de 2008 aconteceu mais uma reunião, desta vez em Lumiar, com a participação de líderes comunitários e membros do Conselho Rural do Município de Nova Friburgo, o Deputado Rogério Cabral, o secretário de agricultura, moradores da região, membros UFT, além de agricultores que vivem e produzem na região, atualmente abrangida pela APA Macaé de Cima, visando à discussão e a resolução de impasses criados a partir da criação da APA. A intenção dos últimos encontros foi o de solicitar às autoridades públicas de meio ambiente plano de ação que visasse o saneamento dos conflitos.

Em junho de 2008 ocorreu o processo de reestruturação do Conselho Gestor da APA Macaé de Cima, que pode ser compreendido com um evento que emergiu dos conflitos, mas que possibilitou dirimir as situações conflitivas em torno da APA, a partir da revisão da sua composição, que fora uma demanda de agricultores. O processo aconteceu a partir do cadastramento de instituições e organizações sociais, junto à Diretoria de Conservação do IEF/RJ, com o objetivo de aumentar a participação comunitária nos

processos decisórios da APA. Vale destacar que houve a participação de 56 membros e associações, entre eles, representantes da Prefeitura de Nova Friburgo, Câmara Municipal, UERJ, UFF e OAB.

Realizado em Julho de 2008 pela Comissão de Agricultura da ALERJ, em Friburgo, o I Congresso Rio Eco Rural, foi um evento que reuniu produtores rurais, especialistas, órgãos técnicos e autoridades municipais, estaduais e federais para convergirem esforços na direção de soluções possíveis e capazes de melhorar a produtividade e as condições de vida dos “heróis anônimos que tiram da terra o próprio sustento e ainda abastecem o mercado fluminense”.

Esta Comissão vem sendo presidida desde o ano de 2007 pelo Deputado Estadual e produtor rural de Nova Friburgo, Rogério Cabral, que reuniu as experiências de fóruns realizados em mais de cinco municípios do Estado do Rio de Janeiro. No evento, destacou-se o fato de 90% da produção agrícola do Estado ser oriunda do trabalho da agricultura familiar.

Analisando esses espaços políticos se pode identificar que o conflito entre agricultores e membros de órgãos de meio ambiente possibilitou a formação ou o fortalecimento da identidade sociocultural de agricultor, no caso específico, do produtor familiar, mas também viabilizou uma arena de disputas políticas em torno da causa do “lavrador”. Essa politização pode ser entendida por aspectos variados, como, pelo fortalecimento de um grupo social dentro da sociedade, pelo incremento da produtividade, independentemente da preservação do ambiente, mas também por benefícios particulares de práticas políticas que transitam da crítica ao modelo à reprodução do *status quo*.

Em sua versão acerca dos conflitos, Renato, membro do CECNA, destacou que quando surgiu a lei de políticas ambientais no começo da década de 1980, à época do Governo (militar) Figueiredo, os órgãos ambientais entram na região querendo que essa lei fosse cumprida à ferro e fogo. Assim, na região, houve uma idéia de imposição desde o início das leis ambientais, embora, até os anos de 1970, fosse estimulado o desmatamento, às ocupações, devido à ideologia desenvolvimentista da época. O município Casemiro de Abreu, próximo a Lumiar, pra se ter uma idéia, chegou a ser nessa época o maior produtor de bananas do Estado e um dos principais do Brasil. E, num determinado momento, lembrou o ambientalista, a política mudou, por pressões internacionais, “para o Brasil não ter financiamentos cortados”, e o governo militar em seus últimos suspiros criou medidas

restritivas “para inglês ver”, acarretando, com isso, um legalismo extremo em relação à proteção da natureza, fazendo com que a política fosse mal implantada naquela época.

Então, os órgãos como IBAMA e IEF entram na história dessa região com uma “cara de polícia”, com a função de reprimir. Ao mesmo tempo, aumentam o número de pessoas de fora que foram povoando a região, em busca do bucolismo e da natureza, e se tornando um agente que acabava provocando esses órgãos ambientais, para realizar fiscalizações e punições. Não se inclui nesse processo a secretaria de meio ambiente, em função da sua relação clientelista e eleitoral com o interior, que é de onde migram muitos votos, pois sua ação tem sido marcada como inerte em relação à fiscalização, atuando, dessa maneira, principalmente na área urbana.

A época onde a política ambiental foi mais truculenta, de acordo com este depoimento, foi entre as décadas de 1980 e 1990. Mas, a partir do fim da década de 1990, e início da década de 2000, o agente ambiental passou a ter uma compreensão “mais sociológica da questão ambiental e do homem do campo”, preocupando-se mais com os anseios sociais. A partir de então, criaram-se perspectivas para tornar o homem do campo um colaborador na preservação do meio ambiente, e não o oposto, como vinha sendo feito. Na visão de Renato, isso já vem acontecendo:

“E penso que o IBAMA já incorporou essa noção. Mas, ao mesmo tempo, ele não pode abandonar totalmente seu lado repressivo. Essa mudança não vejo em todas as realidades do IBAMA no país, visto que são bastante heterogêneas. Mas, vejo através do IBAMA de Friburgo, através do responsável local M. Zurita, desde 2007 no cargo, uma linha mais afinada com o diálogo”.

Renato lembrou que, quando chegou a Friburgo no final da década de 1990, o pessoal da agricultura detestava o IBAMA, chamavam de “IBAMBA”, a ponto de quanto avistavam fiscais, atirarem pra cima pra intimidá-los. Isto durou uma boa margem de tempo. Na época anterior a essa gestão, no ano de 2003, houve uma esfriada neste processo de indisposição entre produtores e IBAMA, seja porque houve poucos recursos e poucas operações, seja porque o Deputado Federal Dornelles, com muitos eleitores na região, fosse aliado ao IBAMA na época. Mas, garantiu o ambientalista, que o IBAMA atualmente é visto como mais “social”, mais aberto. E, no Estado do Rio de Janeiro, atualmente, com a fusão de órgãos ambientais, através do INEA, Instituto Estadual do Ambiente, cuja

tendência tem demonstrado ser ainda mais na direção da construção do diálogo, embora exista ainda um resquício de “cismas”, pois, o produtor rural ainda possui na sua memória essa história, por se tratar de um passado recente. O ambientalista destacou que ainda existe a parte repressiva de atuação da política ambiental e que ela não pode deixar de existir, e que acredita que a tendência é que as divergências sejam contornadas. Nas suas palavras:

“Não um abandono do ato fiscalizatório, mas que haja a construção de um diálogo. Hoje, temos no Direito as penas alternativas. Por que não levar pro campo essas leis: Por que não regenerá-lo na questão ecológica? Não estamos lidando com o mesmo bandido que mata que estupra que pratica atos de violência contra a pessoa humana. Estamos diante de um infrator ambiental, que é diferenciado”.

Quando os técnicos e ambientalistas do CECNA foram argüidos acerca da possível co-relação entre o ato fiscalizatório dos órgãos ambientais e a saída do trabalhador rural do campo, o técnico Jair citou que essa situação tem mais a ver com a Lei do ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, que com as leis ambientais, pois o jovem fica proibido de trabalhar na lavoura de seu pai. Além disso, acrescentaram que o papel da mídia e das novas tecnologias vai fazendo o jovem crer que a agricultura não está mais ligada ao seu tempo. Nesse ponto, o ambientalista Renato citou, destacando a conversão do campo em uma continuidade da cidade:

“Hoje no campo, a menina recebe seu namorado em casa. Coisa que não ocorria no passado. Aliás, os casos de AIDS na região rural estão crescendo, o que demonstra essa integração entre campo-cidade evidenciada na região de Lumiar e São Pedro da Serra, muito provavelmente, pela constante frequência de jovens de classe média do Rio e de Niterói, na região”.

Ainda na visão do ambientalista Renato, durante quatrocentos e setenta anos no Brasil as pessoas foram estimuladas a destruir a natureza. E, nos últimos trinta anos, surgiu a idéia da preservação ambiental, que passa a ser um gerador de contradição no pensamento das pessoas. Para ele, não se pode deixar de mencionar que este problema é também de fundo legal.

“Pois, com a aprovação da Lei da Mata Atlântica, em 2006, houve um entendimento que não se poderia mexer mais na mesma, em razão de existir apenas 7% da sua totalidade histórica, e com isso se coibiu a possibilidade de se realizar uma exploração sustentável. Atualmente, se você possui uma área de pastagem, você deixa aquele terreno em pousio, aquele terreno começa a se recuperar, nascendo à capoeira e a mata secundária, você não pode mais mexer”.

Nesse raciocínio, se perde uma área de floresta que fica proibida de ser explorada, tanto para fins de pesquisa, de fitoterapia, quanto para o aproveitamento econômico-ecológico para uma comunidade; quer dizer, áreas que estão hoje degradadas, não em áreas primárias, como em Macaé de Cima, e que poderiam ser reflorestadas e não são aproveitadas, ainda que isso seja viável. Então, nessa linha, foi destacado que deve haver um plano para um futuro sustentável, se deve pensar em o que e como plantar.

“Vamos continuar plantando inhame em área com 70% de declividade? Vamos continuar usando agrotóxico? Existem exemplos, como no Canadá, onde eles fazem rodízio de florestas, rodízio de exploração, e lá a floresta é mais pobre, comparada à Mata Atlântica ou à Amazônia, e nada impede que se possa realizar um corte seletivo, não o raso. E, numa área montanhosa como Friburgo, não existiria interesse de uma Aracruz Celulose, conhecida pelos seus desertos verdes (monoculturas de eucaliptos)”, (Renato, ambientalista).

Outro colaborador da ONG CECNA, Renan, destacou o papel dos Comitês de Bacia, onde, no Comitê Local, tem sido discutido o fato da exploração sustentável das áreas e o replantio de espécies nativas como alternativas de trabalho e renda para o produtor rural. Jair, técnico e ambientalista, na mesma direção, citou que existe uma cidade no interior de São Paulo que incentiva economicamente as propriedades que cuidam das nascentes que passam pela sua área. Para ele, é preciso haver leis de responsabilidade, pois a água que nasce num lugar abastece o outro. Neste caso, Nova Friburgo deveria ser responsável pela qualidade da água que abastece Bom Jardim, e, com isso, a solidariedade se evidencia enquanto fundamental para a consciência ecológica em nossos dias.

Em relação ao debate sobre problemas e conflitos ambientais, desde 2004 acontecem reuniões envolvendo o Conselho Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Estas reuniões culminaram em 2006 com o início do processo de elaboração da Agenda 21 do município, com o auxílio do FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente. A Agenda 21, entretanto, foi efetivamente lançada em agosto de 2008. Está estruturada a partir de três eixos referentes às bacias hidrográficas de Nova Friburgo: a bacia do Rio Bengalas, que compreende as ações voltadas para a área urbana, a bacia do Rio Grande, que possui perfil das atividades rurais e a bacia do Rio Macaé, característico de regiões de Mata Atlântica.

No final do ano de 2007, foi sancionado pelo Governador Sergio Cabral a Lei do ICMS-Verde, que estabeleceu novas regras para o repasse do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) aos 92 municípios fluminenses. Segundo estas, o município que mais investir em preservação ambiental será mais contemplado com os repasses do imposto. O objetivo é incentivar, a partir de 2009, as prefeituras a investirem na manutenção de florestas, de fontes de água e no tratamento do lixo. Uma ausência digna de nota nesta Lei, entretanto, num município como o de Nova Friburgo, que coleciona situações de contaminação ocupacional e ambiental por substâncias químicas nas lavouras, refere-se à inexistente estratégia para a diminuição da utilização dos agrotóxicos na produção agrícola.

Neste mesmo mês de agosto ocorreu o seminário “Água e Comunidade”, reunindo diferentes representantes do poder público, da iniciativa privada e da comunidade em geral. O seminário representou uma oportunidade para serem discutidos problemas de abastecimento de água, incluindo perfurações sem autorização, tratamento de esgoto e água, saneamento básico, além de entraves entre a concessionária de água de Nova Friburgo, CAENF, e a Prefeitura Municipal⁷⁶. Mesmo não sendo debatida a questão da contaminação de resíduos de agrotóxicos nos recursos hídricos pela Agenda 21 local, foi considerada por ambientalistas no fim de 2008 como modelo para o país.

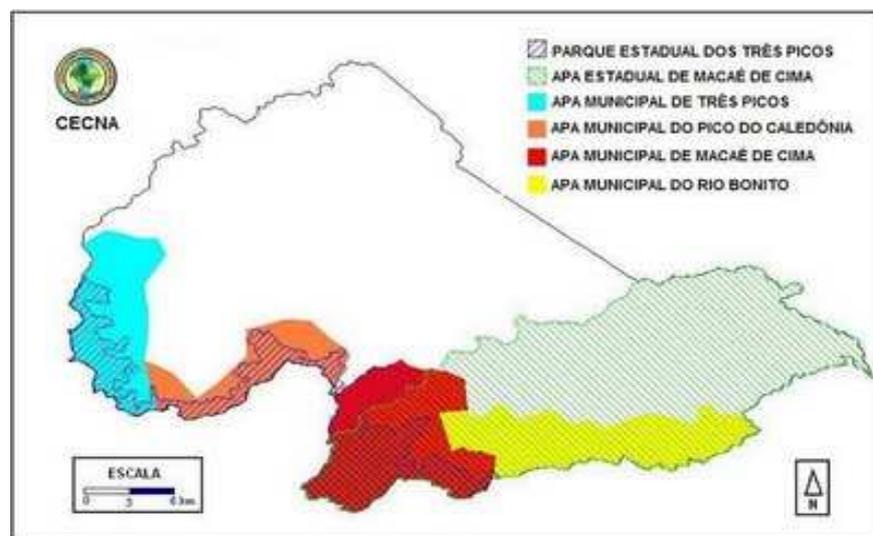
Paralelamente à constituição da Agenda 21 de Nova Friburgo, em dezembro de 2008 se iniciou a polêmica em torno do fechamento do Escritório Regional do IBAMA município, responsável pelo atendimento e fiscalização de toda a região serrana e do centro-norte fluminense⁷⁷. Essa medida, anunciada pelo IBAMA Nacional, como uma reorientação das atribuições do Instituto, segundo o responsável pelo escritório regional, poderá trazer prejuízos ao patrimônio ambiental, em alguns casos, já bastante dilapidado,

podendo gerar a impressão para os agressores do meio ambiente que, com a extinção das ações do escritório, a fiscalização possa se tornar bem menos freqüente. Mas, com a unificação de órgãos ambientais estaduais através do recente INEA, Instituto Estadual do Ambiente, se espera que se desenvolva uma cultura política estratégica para a área do meio ambiente, de forma mais integrada e articulada a outros setores, como saúde e agricultura.

3.2 – Cenário de conflitos: o Parque Estadual dos Três Picos e a Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima, Nova Friburgo, RJ.

Destacam-se, em Nova Friburgo, duas zonas geográficas que possuem em comum o fato de terem se tornado áreas de proteção a partir da legislação ambiental; um parque estadual e uma área de proteção ambiental federal. No entanto, estas áreas compreendem unidades de produção agrícola tradicional e familiar, estabelecidas na região, por vezes, há mais de um século.

Fig. 5: Unidades de Conservação de Nova Friburgo



Fonte: CECNA, 2008

Com a Política Nacional de Meio Ambiente, expressa através da Lei 6938/81 e a Constituição Federal, de 1988, se estabeleceu a criação de espaços territoriais protegidos pelo poder público para assegurar a manutenção da biodiversidade e da diversidade sociocultural. Em 2000, através da Lei 9985, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabeleceu diferentes parâmetros e categorias de unidades de conservação em todo o Brasil.

O Parque Estadual dos Três Picos abrange cinco municípios da região serrana e das baixadas litorâneas (Teresópolis, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Silva Jardim) e foi criado em 2002 para formar um “cinturão de mata atlântica” juntamente com outras unidades de conservação. Sua fundação representou um acréscimo de 75% em área protegida no Estado do Rio de Janeiro. O órgão responsável, o IEF - Instituto Estadual de Florestas, do governo estadual, não havia realizado concurso público para a ampliação do quadro funcional até o início de 2008. Os fiscais foram cedidos por outras autarquias. Considerada a maior reserva florestal do Estado do Rio de Janeiro, com 46.350 hectares, o Parque dos Três Picos tem sido cenário de “safáris” promovidos por caçadores que buscam animais, como pumas, pacas, sagüis, jaguatiricas, capivaras e muriquis, segundo investigações do Ministério Público Estadual e de acordo com relatos dos funcionários da reserva⁷⁸. Para tentar coibir a ação dos caçadores, o parque conta apenas com cinco fiscais, destes dois possuem porte de arma.

De acordo com informações de funcionários, os caçadores, em grupos de até 30 pessoas, têm por hábito passar dias no interior da mata. A caça na região, que já esteve associada à subsistência, hoje tem fins lucrativos e está vinculada ao tráfico ou venda da carne para estabelecimentos, como restaurantes. Relatos indicam que os caçadores montam armadilhas para os animais com fios de náilon amarrados nas árvores que acionam armas. Neste ano, os fiscais já apreenderam 42 armas e 300 cartuchos de munição e desarmaram pelo menos cinco ranchos. Os fiscais admitem ser difícil identificar os caçadores porque a maioria vem de fora e atua nas áreas menos visitadas. Nesse panorama, passam a correr perigo 16 das 48 espécies de mamíferos e de aves da região, como arapongas, águias-cinzentas e gaviões-pega-macaco. Algumas aves, como a jacutinga e o macuco, estão praticamente extintas da reserva.

Os caçadores utilizam uma variedade de estratégias. Há aqueles que contratam guias para ajudá-los a percorrer o parque. Há casos em que cães são soltos na floresta para iniciarem a atividade de caça. Alguns fiscais afirmaram que há agenciadores de caça - pessoas que alugam residências dentro do parque e em seu entorno - para a hospedagem de indivíduos caçadores. Em pequeno número e sem a estrutura necessária, os fiscais ficam sujeitos a represálias o que torna ainda mais grave a situação. Após um rancho ter sido desmontado na mata, em meados de 2006, caçadores efetuaram pelo menos cinco disparos em direção à sede do parque, em Cachoeiras de Macacu. As armadilhas para caça já causaram uma tragédia. Neste mesmo ano, um pedreiro que iria

acampar no local morreu com um tiro ao tentar destruir uma tocaia montada por caçadores na reserva.

A caça não é o único problema no Parque Três Picos. A extração de vegetais como palmito, bromélias e orquídeas é constante. Apenas no mês de abril de 2006, por exemplo, foi apreendida em Teresópolis uma tonelada de palmito furtado do Parque. Segundo relatos de funcionários, cada palmiteiro tem condição de retirar do parque, em três dias, pelo menos 70 kg do produto. Suspeita-se que 250 palmiteiros atuem na área. Estas são premissas para que se identifique que a questão fundiária não foi amplamente regulamentada na região. Quando o parque foi criado, várias famílias já moravam por lá. Entretanto, se considera que as residências trazem risco porque muitos moradores criam gado e realizam queimadas para pastagem, podendo, assim, atingir o parque. Somente em 2006, seis hectares de florestas foram destruídos. Segundo Flávio de Jesus, administrador do parque à época, Três Picos é custeado por um acordo de compensação ambiental entre o governo estadual e a empresa TERMORIO, que construiu uma termelétrica na Baixada Fluminense. Pelo acordo, serão repassados R\$ 6 milhões para a reserva, mas, até o fim de 2006, pouco mais de R\$ 1 milhão havia sido repassado.

Na época, o IEF, Instituto Estadual de Florestas, informou que, para tentar resolver o problema da falta de pessoal, contratou 19 guardas sem concurso público para prestar serviços no parque dos Três Picos. Entretanto, eles não têm poder de fiscalização nem autorização para portar arma. O órgão não informou quando realizará concurso público, mas acrescentou que os funcionários já têm planos de carreira. Segundo o IEF, a caça e a extração de vegetais estão sendo combatidas dia-a-dia, não só com fiscalização, mas também com notificações preventivas. Segundo o órgão, o acordo com a TERMORIO vem sendo cumprindo o que tem possibilitado aprimorar a infra-estrutura do parque, embora o repasse de verbas ainda fosse considerado precário.

A APA, Área de Proteção Ambiental, de Macaé de Cima foi criada a partir do Decreto estadual 29.213, de 14 de setembro de 2001, por decisão do governo e a partir da reivindicação de segmentos das comunidades local de Rio Bonito, São Pedro da Serra e Lumiar, especificamente, reconhecidos pela população local enquanto “veranistas preservacionistas”, apoiados por órgãos ambientalistas públicos. Sua criação tem sido desde a inauguração entendida por diferentes atores sociais da região como polêmica, devido a diferentes grupos, como agricultores tradicionais, veranistas e ambientalistas de órgãos públicos, estarem orientados por perspectivas e interesses divergentes no que se

refere ao desenvolvimento e a preservação da região. Segundo Sá Rego⁷⁹, o processo de implantação da APA ocorreu de forma autoritária, sem a participação e o conhecimento das comunidades locais. Cabe dizer que os atores relacionados direta e indiretamente com a APA são oriundos de diferentes segmentos da sociedade, como do mercado, de empresários locais, produtores rurais, proprietários de imóveis, do poder público, de órgãos ambientais, secretarias políticas, unidades de saúde, e da sociedade civil, especificamente, de ONG's, conselhos e associações.

Esta APA possui uma população tradicional residente no entorno de seu território, bem como proprietários de terra, e o seu domínio é considerado público-privado. Passados alguns anos de sua criação, através da FEEMA, o Governo do Estado começou a atuar na sua implementação, em fins de 2004. Nesta época, se criou o Conselho Consultivo, órgão responsável pela administração da APA, sendo presidido pela FEEMA e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, empresários e com baixa participação da população tradicional residente.

A partir de 2005, a FEEMA começou a discussão visando ao Regimento Interno do Conselho Consultivo para, posteriormente, realizar o Plano Diretor de Manejo, a fim de entender a dinâmica social local e demarcar as áreas cultiváveis. Estabeleceu o seu “zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”. Nesse mesmo ano, o Decreto 38.234 definiu a composição do Conselho Consultivo da APA e, durante 2006, de acordo com Sá Rego⁷⁸, as reuniões bimestrais do Conselho Consultivo foram caracterizadas por violentos debates, evidenciando um antagonismo existente entre dois grupos com projetos, perspectivas e valores diferentes para a região: os “de fora” e os “do lugar”, classificação estabelecida pelos indivíduos pertencente às tradicionais famílias locais, que não reconhecem a legitimidade dos interesses dos “novos” residentes, percebidos como os incentivadores diretos da APA. Essa crise é causada por divergências, que conduziram a eventos violentos, multas, ameaça de morte, como também à realização de uma série de três audiências públicas, a última ocorrida em março de 2008, na ALERJ, na Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural, Agrária e Pesqueira, na tentativa de dirimir as situações conflitivas.

A experiência de termos consultado a ata da terceira audiência possibilitou a confirmação da complexidade que caracteriza este conflito socioambiental. A idéia central da audiência parece ter sido o desejo de compatibilizar uma prática agrícola menos

espoliativa ambientalmente e uma ação fiscalizatória menos repressiva. O debate que se observou trouxe, por um lado, os produtores rurais que consideram a terra como fonte de sobrevivência e não aceitam alguns pontos do discurso ecológico dominante, entendido muitas vezes como restritivo e elitista. Do outro lado, os adeptos da retórica ambientalista que, por vezes, não reconheceram o direito de decisão e de autonomia reivindicado por agricultores e moradores que se consideram responsáveis pela conservação das matas na região, devido ao sistema tradicional de cultivo por eles utilizados, oriundos da colonização suíço-alemã. Neste caso, a insegurança está em áreas de capoeira, que estão em *pousio*, não poderem mais ser cultivadas, trazendo um comprometimento severo para a condição de produtor rural.

Neste processo, os “de fora” são acusados de terem responsabilidade na intensificação dos processos de especulação imobiliária e de construção desordenada, além do uso de drogas, associado à intensa frequência por jovens em épocas de veraneio. De uma forma sintética, a análise da audiência também revelou como diferentes atores desenvolvem a sua posição no contexto dos conflitos e de que forma modificam o seu papel político na sociedade, por exemplo, no caso de produtores rurais que “defendiam o ponto de vista dos agricultores”, mas, que, em épocas de eleições, passaram a candidatos ou a políticos eleitos propriamente ditos.

A falta de informações consistentes e de projetos e a distância de alguns poderes públicos em relação às comunidades rurais possibilitaram a disseminação de um clima de divergências severas, fomentado por interesses ligados aos atores envolvidos. Em agosto de 2006, depois de variados eventos e episódios de enfrentamentos verbais e ameaças de ambas as partes ocorreu a pichação de placas de sinalização da APA situadas na rodovia RJ-142. Esse fato gerou reuniões e manifestações de produtores rurais, que culminaram com o encaminhamento do Projeto de Decreto Legislativo 71/2006, feito pelo deputado Alessandro Calazans, para sustar os efeitos do decreto de criação da unidade de conservação. A precária comunicação entre os diversos atores comprometeu a compreensão das diferentes perspectivas em jogo. Não é de espantar que nesse clima, especificamente em ano eleitoral (2006), alguns representantes de órgãos públicos e outras pessoas tenham obtido proveito político da situação, alimentando ainda mais as divergências existentes⁸⁰.

Uma análise do conflito em curso na região da APA Estadual de Macaé de Cima evidencia a complexidade e a dificuldade em torno da implementação da perspectiva de

inclusão das populações locais em áreas protegidas, assegurada pela própria legislação ambiental. Entre o fim de 2007 e o início de 2008, ocorreu a realização de oficinas promovidas pelo IEF, através da Diretoria de Conservação, visando à reestruturação do Conselho Gestor da APA e prosseguir com a sua oficialização, o que pode ser interpretado como um esforço na tentativa de resolução dos conflitos.

A governança ambiental, sobretudo na literatura estrangeira, é compreendida enquanto uma instância de resolução de conflitos através do estabelecimento, reafirmação ou mudança das instituições de gestão do ambiente. Neste contexto o debate em torno da justiça social deve prevalecer sobre o da eficiência econômica, cuja ênfase está na participação pública enquanto fundamento da legitimidade política, o que leva ao conceito de usufruto coletivo do recurso natural e não unicamente da propriedade privada⁸¹. Cabe ressaltar que nos últimos anos têm ocorrido esforços teórico-metodológicos da gestão e da governança ambiental com vistas à mudança de perspectiva linear e rigorosa da legislação⁸² na direção de uma abordagem que inclua os conflitos ambientais e de instituições enquanto “pedra-angular” conceitual. A próxima descoberta relevante na pesquisa sobre o meio ambiente, segundo Page⁸³ será alcançada através da busca pelo desenvolvimento de relações entre a pesquisa sobre as causas ambientais do conflito de natureza violenta e a emergência da pesquisa de soluções cooperativas para a resolução de conflitos.

3.3 – Versões em torno da produção agrícola

Neste capítulo procuramos mostrar as diversas posições que agricultores, agentes de órgãos públicos e membros de ONGs ambientalistas possuem frente à problemática da produção agrícola, o uso de agrotóxicos e as alternativas de produção agrícola existentes.

Na entrevista realizada com o secretário municipal de agricultura de Nova Friburgo foi destacado que o município possui uma variação de atividades agrícolas extensa, ocasionando muitos ciclos de cultivo. Para o secretário, em comparação aos demais municípios do estado do Rio de Janeiro, que produzem monocultura ou pequena quantidade de itens de produção, principalmente para subsistência, o município de Nova Friburgo tem a peculiaridade de possuir uma produção diversificada, em função das características do solo e do clima. Para Silvio:

“Friburgo tem clima de Bom Jardim (calor) e clima de frio... Produz goiaba, que é de clima quente, até couve-flor, ervilha, que são de clima frio. Hoje nós somos os maiores produtores de couve-flor do Brasil”.

Oriundo do distrito de Conquista, em Nova Friburgo, Ribamar é um agricultor que produz desde os seus 16 anos, que sempre foi apaixonado por agricultura, e, como o próprio declarou:

“Um dos poucos que teve oportunidade e que quis estudar, completei o segundo grau, isto é raro no nosso ramo. Sempre gostei de produzir alimentos para os nossos irmãos, porque na verdade a gente fornece alimento pra nossa comunidade, pro ser humano em geral”.

Ribamar garante que ao se oferecer um produto bom, você oferece qualidade de vida para as pessoas. O que, pra ele, representa uma condição muito boa pra sua própria vida. Todas as pessoas da sua família são agricultores. Sempre viveram na terra, “plantando agricultura familiar”, na região de Conquista, 3º distrito de Nova Friburgo.

O agricultor Ribamar, enfatiza o fato de Nova Friburgo ser “forte” na agricultura. Atualmente, o município de Nova Friburgo é o maior produtor de couve-flor da América Latina, segundo as suas informações, e o segundo maior produtor de flores do estado, garante:

“E pouca gente sabe disto, fica em Vargem Alta. Temos uma agricultura muito bonita, agricultura familiar, muitas lavouras de tomate, pimentão, jiló...”.

Mas, afirma que, mesmo com essa “grandiosidade” de agricultura, existe o problema da entressafra, pois os produtores não conseguem produzir o ano todo, devido às constantes dificuldades de produção e comercialização.

“Em condições boas, na metade do ano nós plantamos tomate, jiló, pimentão, entre outros, e na outra metade do ano, no inverno, nós plantamos couve, aipim, ervilha, cenoura, e aí é mais tranquilo”.

A partir dessa visão compreende-se porque Nova Friburgo se tornou um importante produtor de couve-flor em nível nacional, devido ao clima favorável e pelos agricultores produzirem a cultivar durante o ano todo. Durante algumas jornadas da pesquisa realizadas na região de Campo do Coelho e São Lourenço eram evidentes as extensas áreas com produção de couve-flor, principalmente.

O referido sucesso da agricultura e da produção diversificada de Nova Friburgo, entretanto possui suas controvérsias. De uma forma geral, a agricultura já esteve melhor do que está atualmente, se considerarmos a fuga que houve em seu campo. A agricultura de Friburgo, de acordo com último Censo Agropecuário do IBGE, de 2006, demonstra que se evadiram setecentos produtores rurais de toda a região. O agricultor Ribamar relatou que uma equipe do IBGE voltou na região, dizendo que a pesquisa devia estar errada...

“Mas eu fiquei até surpreso de ficar sabendo que sumiram só 700 produtores da região. Porque está havendo muito êxodo rural, por parte da política, por parte da própria produção, o produtor não consegue saber o que o outro está plantando, pra manter a escala e não ficar todo mundo plantando a mesma coisa, e infelizmente hoje nós não vemos investimento na área da produção rural”.

Nesse contexto, acrescenta que muitas estradas estão abandonadas, dificultando o escoamento da produção. Mais adiante, o agricultor afirma em tom mais inflamado:

“O produtor rural não tem saúde, na área rural não tem posto de saúde, ele não tem uma creche pra largar o filho dele, então a partir deste momento temos um problema político; ele começa a vender o produto muito barato, quando precisa ver a sua saúde tem que correr até o centro da cidade, uma distância muito diferente da que ele está acostumado, e acaba comprometendo este produtor de permanecer na propriedade”.

No entendimento deste agricultor essa situação ocorre, principalmente, por serem meeiros, ainda que sejam oriundos do lugar, não têm vínculo nenhum com a propriedade, e muitas vezes abandonam a vida rural, migrando para o centro da cidade, aumentando as favelas já bastante populosas da região. Segundo o agricultor, o que ele mais lamenta, é que essa não foi a trajetória de um único caso:

“Vão morar em área imprópria, aí quando chove, dá uma enchente é aquela desgraça. A gente teve, há alguns anos, infelizmente, uma tragédia, caíram várias barreiras e morreu um bocado de gente, em Riograndina, em Floresta... e, isso, infelizmente, pessoas amigas, que saíram do campo pela falta de assistência, falta de consciência dos governos, pois muitos saem, vão pra perto do centro, acham que a vida vai melhorar ficando perto do centro, de creche e não é o que acontece, acaba vindo a falecer, infelizmente”.

No 5º distrito, em Lumiar, o agricultor Sidney citou que atualmente na sua pequena propriedade só existe ele e suas plantas, e o que produz atualmente para a venda é o inhame, ficando o restante para consumo familiar. Antes da sua esposa e filhas montarem e abrirem o comércio no centro há alguns anos, um restaurante, ficavam todos na roça, e então se plantava feijão, batata, inhame, entre outras coisas. Por assim dizer, a produção agrícola, para o agricultor, já foi considerada muito melhor nessa localidade e na região inteira. Falando particularmente de seu caso e na sua região, Lumiar, a produção caiu cerca de 80%, comparando-se às médias de produtividade da última década. Para o agricultor, esta queda pode ser atribuída a fatores como a defasagem de preço, em certas regiões do ano. Segundo contou,

“Aquele agricultor mais desesperado, que não ama a planta como eu amo, saiu e foi buscar outros meios”, deixando clara a sua visão sobre o motivo da mudança de atividade econômica que alguns produtores rurais realizaram, como, por exemplo, migrando para o comércio. “Como eu amo, eu fiquei, outros também ficaram”. Outros fatores são referentes ao progresso que chegou à região a partir de formas de turismo, como o convencional e o ecológico, que é considerado causador de “problemas sérios na região”.

Na localidade de Janelas das Andorinhas tivemos a colaboração de um dos pioneiros da produção orgânica na região, o agricultor orgânico Ronaldo, de 58 anos, cuja trajetória no trabalho agrícola é conhecida por muitas pessoas, de dentro e de fora do município de Friburgo. Ele largou a agricultura convencional no momento em que percebeu o mal que os agroquímicos faziam à saúde humana e ambiental. Possui o que chama de uma pequena propriedade de pouco mais de 20 mil metros quadrados. Na região existem cerca de 80 propriedades. Quando foi presidente da associação de produtores,

realizou-se um levantamento que chegou a este quantitativo mencionado. Foi presidente por sete mandatos consecutivos, “era o único que tinha né, aí eu cansei, porque você trabalha muito e de graça...”. De todas as propriedades existentes na região, apenas quatro são de agricultura orgânica. Mas, acrescenta que foi preciso diversificar, pois no tempo ocioso por que passa quase todo agricultor, a despesa não pára. Dessa maneira, faz

“uns projetinhos, dou uma assistência, boto meu terreno pra ficar de pousio, faço reflorestamento, dou assistência pra umas chácaras, e eu tenho uma equipezinha pra isso”.

Conta, destacando que esta é a melhor estratégia pra não se descapitalizar no tempo ocioso.

Em Lumiar, o agricultor Sidney nos falou da sua história com a lavoura desde os seus cinco anos de idade. Pra ele, uma “época que o pai levava os filhos desde cedo pra roça”. Por isso que ainda existe agricultor hoje.

“Eu nem ia comentar isso..., mas já vou dizer agora. Eu prevejo daqui a 50 anos uma crise mundial de agricultor, no sentido de não mais existir. Eu sou da época que a gente ia desde bem cedinho com o nosso pai e ia aprender a trabalhar, conhecer sobre a planta, estudar a planta e até conversar com ela se for preciso. Hoje, a minha filha que já tem filho não pode levar o seu filho pra lavoura, botar uma enxada na mão dele, uma foice, um capinador, um enxadão, porque se ela levar e alguém denunciar ela é presa”.

O agricultor manifestou sua indignação para o fato de não ser possível levar uma criança para trabalhar, devido às recomendações do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, e, mais recentemente, da Lei do Aprendiz. Para o agricultor, a partir desta situação, a criança tem apenas que estudar. “Estudar e ficar na rua”, destaca em tom irônico, pois, segundo ele, não se pode prendê-la dentro de casa porque é “cárcere privado”. Então, ele afirma, “a criança tem que ficar estudando e aprendendo coisa que não presta na rua”. A partir de sua análise, no futuro poderá acontecer a falta de agricultor, e, conseqüentemente, a falta de alimentos:

“Porque o agricultor que hoje existe, de uns vinte anos pra cá, vai morrer e aí as crianças, que estão estudando e hoje não podem ser levadas pra roça, eles vão voltar pra

lavoura depois de concluir os estudos? Não está tendo renovação; se está gastando e não se está repondo. A própria educação está provocando isso. E eu queria saber, onde é crime levar uma criança pra lavoura? Quem será o agricultor no futuro? Vai existir, mas vai ser uma minoria. É uma previsão minha, de um cara que só fez até a quarta série, há quarenta anos, que em menos de 50 anos, o mundo vai ter uma crise de alimento por falta de agricultor”.

O agricultor Sidney, nascido e criado nas lavouras de Lumiar, “no berço de palha, dentro da roça, sem maternidade”, nos últimos anos, vem trabalhando na lavoura sem suas filhas, que têm trabalhado em um comércio próprio no centro de Lumiar, que ele praticamente não frequenta. “Eu sou filho de agricultor, amo a agricultura, amo a lavoura”. Sobre a sua propriedade, que fica quatro quilômetros da saída do Centro de Lumiar, lembra o agricultor que, em seu caso, a agricultura fala mais alto, pois “eu amo de paixão, cara, não adianta”. Cita que sabe fazer profissionalmente outras coisas, “não sou tão burro”, mas que procura fazer aquilo que gosta. E, no caso, o trabalho na lavoura é aquilo que o agricultor mais aprecia fazer.

Um depoimento que ilustra a diversidade de interpretações acerca da atividade agrícola em Nova Friburgo foi feito por Renato, ambientalista de Nova Friburgo, da ONG CECNA. Segundo seu relato, a situação da agricultura é decadente, com a exceção do 3º distrito, São Lourenço, cuja produção de tomate e de couve-flor atinge níveis altos de produtividade. Neste distrito há pessoas que vêm de fora por opção, e, mesmo nele, também houve diminuição na produção. Renato destaca que existe um interesse político em manter índices fictícios sobre a produção agrícola, para, por exemplo, dar sobrevida e manter escritórios e funcionários em atividade, como no caso da EMATER, ou para não ser desvinculado do repasse de verbas de programas municipais ou estaduais.

“É decadente porque não há muita rentabilidade, o produtor não tem mão-de-obra. Mas, o momento de Friburgo não é mais o do crescimento da agricultura, mas o da especulação imobiliária. Até porque é barato morar no campo. Você não paga água, paga pouco pela luz, há loteamentos clandestinos, pouca fiscalização...”.

Já para Jair, outro técnico e ambientalista da ONG CECNA, embora seja o que se busca em muitas ações de conscientização, não há chance de o produtor se tornar mais preservacionista por ele ser um comerciante.

“Ele quer é quantidade, não qualidade. Então, usa agrotóxico, que é visando o lucro. Ele não tem consciência ecológica. A informação ecológica chega ao produtor, mas entra em um ouvido e sai pelo outro, falando por mim, pelas palestras que já fiz. É preciso investir pesado nas gerações que estão nas escolas, pra mudar na próxima geração”.

3.4 – Produção Orgânica

A produção orgânica tem se destacado como uma alternativa para a produção convencional e para a mitigação de conflitos entre órgãos públicos de fiscalização e agricultores, embora sem o empenho efetivo das autoridades governamentais. Outras vezes, tem servido como estratégia para a recuperação ambiental de algumas áreas. Entretanto, a produtividade agrícola orgânica na região de Nova Friburgo é inexpressiva, em escala, mas, principalmente, comparada aos dados da produção convencional da região. Ainda assim pode se considerar crescente o número de propriedades rurais que passam a adotar cultivos orgânicos. Essa conversão não é linear, nem pra aqueles que produzem sistemas de cultivo que há décadas utilizam intensamente agrotóxicos, e nem para aqueles que não julgam necessária a conversão devido às práticas tradicionais de agricultura familiar não gerarem impactos graves à natureza.

Ronaldo, como já citado, é uma pessoa-referência em agricultura orgânica na região, que acumula experiência com a questão agrícola e que possui estreita relação com a preservação ambiental. Na sua visão, a situação do agricultor é sempre difícil, e, em seu caso, não foi diferente. A conversão para a agricultura orgânica aconteceu devido à necessidade de baixar custos na lavoura. O primeiro passo foi buscar e fazer um curso de aplicação de “defensivo agrícola, pra não desperdiçar dinheiro”. Esta idéia vem da prática em, muitas vezes, aplicar as substâncias demasiadamente, acarretando um gasto econômico dispendioso. Daí, então destacou:

“Mas, quando comprei aquele EPI, em 1978, eu não me adaptei com aquele negócio, era muito difícil de trabalhar, equipamento e luva, bota de borracha, aí eu pensei,

não tem jeito que dê pra eu trabalhar com isso. E aí que eu vi quanto mal que fazia o agrotóxico pro homem, principalmente pro aplicador”.

Foi nesse instante que o agricultor Ronaldo garante que resolveu parar de trabalhar com agrotóxico, que ele chama de “agressivo”.

“Aí, depois fui aprovado num curso e dali pra cá comecei a procurar meios de trabalhar sem agrotóxico. E aí hoje as pessoas falam, tem isso, tem aquilo, e eu, graças a Deus, estou desatualizado”.

Ronaldo é um agricultor de origem tradicional, sem formação técnica no início da sua carreira, mas que, desde a sua “constatação” acerca do caráter nocivo dos agrotóxicos vem fazendo uma trajetória de cursos de agricultura biológica, que, na sua visão, hoje chamam de “agricultura orgânica”. Atualmente, tem formação técnica de agricultor, fez o curso de técnico agrícola, fez curso à distância, um curso na Universidade de Viçosa. De 1978 pra cá, ele dirige o seu processo de trabalho sem a utilização de “veneno”. Na suas próprias palavras,

“se consegue produzir um produto de boa qualidade, sem o uso do agrotóxico. Agora, no princípio, eu sofri muito, me amofinei na vida financeira, porque a gente acreditava muito...”.

Citou, em tom de lamentação, a ilusão que já teve em relação aos agrotóxicos. Até 1982, não possuía recurso financeiro nenhum. Ele lembra que a primeira coisa que comprou foi uma armadilha luminosa, pra diminuir a incidência de insetos na sua lavoura. Esta armadilha já se contextualizava no processo de trabalho da agricultura orgânica. “Aí eu pegava a mariposa, o besouro, os insetos que atacavam a lavoura. Na época houve o auxílio do Dr. Antonio Coutinho, agrônomo de confiança, segundo Ronaldo, pra quem um dia perguntou se seria possível e como que poderia fazer para produzir bem sem usar veneno. Este momento passou a ser o da descoberta dessa nova possibilidade e, partir de então, vem usando cinzas, soro de leite, calda bordalesa (fungicida natural), ervas que se usam como repelentes e o que mais existisse de saudável pra enriquecer o solo. “Porque na agricultura orgânica você tem que cuidar do solo, da sua preservação”. E hoje ele tem

colhido praticamente qualquer coisa, com facilidade, sem usar nenhum agrotóxico. “Hoje é que eu uso defensivo, e não agressivo”.

Entre os meses de janeiro e fevereiro, em relação à atividade produtiva, o agricultor tem produzindo pouco, principalmente devido às oscilações constantes do mercado. Mas, neste ponto é relevante destacar que ficar produzindo pouco para Ronaldo, tem uma significação diferente da convencional, pois ele aprendeu a administrar a sua atividade produtiva. Ele trabalha mais nas épocas mais viáveis economicamente. Nesse sentido, afirmou:

“Eu não vou plantar pra colher no final do ano, porque tudo que você colhe nessa época o preço fica lá embaixo. A menos que tenha uma estiagem muito grande, uma chuva muito forte, ou outro contratempo, mas, pela lógica, não é a época pra se ganhar dinheiro. A gente planta agora, pra colher na entressafra”.

Esta lógica administrativa e de planejamento tem rendido frutos mesmo para ele que é um pequeno produtor. Mas, para tanto, afirmou, é preciso trabalhar em cima de reservas. No seu caso, nos meses que não está trabalhando diretamente na lavoura, presta assistência técnica a chácaras, sítios e realiza projeto de reflorestamento. Pra ele, na época de chuva é para se fazer o plantio para na época do frio se colher. Este conhecimento sobre administrar e planejar é um dos diferenciais deste tipo de agricultor que Ronaldo representa em relação aos normalmente conhecidos. E esta formação está ligada aos cursos que fez na UNACOOP (União de Cooperativas de Friburgo), que é uma associação de associações, e se tornou sua grande parceira. Esta cooperativa possui diversos convênios, entre eles destacam-se com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que encaminhou uma professora para estar no seu sítio capacitando-os que, nas palavras de Ronaldo, foi o que deu a alavancada na sua produção. Na mesma linha sobre o necessário conhecimento acerca do planejamento e da administração da atividade agrícola, enfatizou que este é um problema ainda maior para aqueles agricultores menos qualificados.

“Se você perguntar ao agricultor, menos os mais qualificados, que você fez mês de agosto? Ele vai responder: ah, eu acho que fiz isso... Infelizmente não pode ser assim. Todo ano eu faço a minha escrita, saber o que eu fiz pra saber se valeu a pena ou não. Pra aí então fazer o meu planejamento para o ano seguinte”.

Em relação aos itens da sua produção, destacam-se as produções de couve-flor, repolho, ervilha, vagem, abobrinha, abobrinha-baianinha e caqui, que ele planta o ano todo, e para quem possui grande estima. Não planta tomate ainda, porque na sua região tem que ser dentro de estufa, o que encarece o investimento, e relação custo-benefício não vale à pena.

“Eu tenho que esperar chegar o quilo do tomate a seis reais pra poder plantar. Desde 1991 que eu não planto, dou alguma assistência a algumas plantações. Inclusive com a AGRINATURA, embaladora e comercializadora de alimentos orgânicos, eu passei de uma para quatro caixas”.

Isto quer dizer que ele conseguiu saltar de uma para quatro caixas de tomates colhidos por pé de tomate plantado, sem a utilização de agrotóxicos. Pra ele, é “história” o fato de não se conseguir plantar tomate sem veneno...

“Dá pra produzir, sim. Tranqüilo. O que acontece com o tomate? É uma planta que você não precisa ficar manuseando muito ela. O tomate, quanto menos você tocar na planta, melhor. E esse convencional que a gente tem aí, é preparado pra usar veneno, é genérico, quer dizer, transgênico, né? Lá na fazenda que eu fiz uma assistência eu consegui 120 x 1000, uma produção muito boa, 120 caixas por 1000 pés plantados”.

Para se comparar, normalmente a relação é de 30, 40 por 1000, para o agricultor, este resultado é fruto daqueles que não sabem produzir tomate. O agricultor manifestou imprecisão quanto à origem do tomate que está disponível para a produção, mas, por outro lado, desmitificou a idéia que se tem quase “naturalizada” que não é possível produzir tomate sem agrotóxicos. De fato, além de esta ser uma campanha dentre tantas das produtoras de inseticidas e outros agrotóxicos, o que ocorre, a partir dos esclarecimentos do agricultor, é que uma planta delicada quanto menos for colocada em risco melhor, e o principal, segundo ele: é preciso melhorar a terra, o solo e tomar cuidado com a quantidade de água que se emprega nessa e em todas as lavouras. Os desequilíbrios, ele nos lembra, são também ocasionados por imperícias técnicas do agricultor e, nessa situação, o agrotóxico parece ser mais prático apesar de mais prejudicial.

Segundo Ronaldo, o segredo da agricultura está em você preparar o solo. Pois, “a gente não engorda o leite, a gente trata da vaca”. Dessa maneira, tratando do solo, a planta fica vigorosa, cria resistência e se torna possível colher sem medo. Ronaldo conta que dá assistência técnica à Fábrica de Renda de Friburgo, e na agricultura orgânica a única fonte que é escassa é o potássio, que ele pego das cinzas da fábrica, cuja procedência ele conhece. Além disso, realiza compostagem de algodão e neste ano (2008) fez cobertura morta na chácara com algodão, oriundo da fábrica; “pra eles é lixo, pra mim é produto de qualidade”. O caqui, ele conta, que neste ano precisou escorar os pés, pois está produziu a cima do esperado. Estes esforços fazem com que a sua produção seja considerada por ele como excelente.

Perguntado sobre a qualidade do solo da sua propriedade em relação ao passado recente, ele respondeu que se fosse vender o seu sítio, que acrescentaria um valor de mais 70% em cima, o que no passado valia, pois hoje ele tem um valor bem melhor. O que se percebe é que Ronaldo possui uma terra com mais qualidade, mais equilibrada ecologicamente que há três décadas quando outro proprietário a deixou. E continua,

“O meu caqui eu passei de uma caixa, pra seis caixas, por pé, e sem veneno e sem adubo químico. Agora, eu invisto no meu solo. Cada pé meu tem 5 kg de farelo de mamona, adubo natural...”.

Ronaldo declarou que em relação ao inseto ele vai observando até quando pode conviver com ele. Quando ele observa que ele está começando a ficar agressivo, porque tem inseto que não faz mal nenhum à planta, e se comer de 1 a 5 % da planta, é considerável tolerante. Mas, em se passando disto, ele captura os insetos. Destaca que passa repelente natural nas suas plantas, que usa muito extrato peronioso, alguns ácidos que são criados por ele e as armadilhas. Mas, quando se usa armadilha, você pega o predador, mas também outros insetos que são considerados benéficos às plantas. Então, é necessário identificar qual é o predador, isolá-lo para poder conviver com os outros. Outra coisa importante, pro agricultor, é que a planta vigorosa, não tem praticamente inseto.

“Você vê que diferença, a folha do meu caqui e lá do vizinho (apontando), o meu um verde brilhoso, e o de lá, um verde meio apagado... No dele deu ácaro, inseto, no meu não”.

Outro procedimento técnico fundamental e mal utilizado, segundo o agricultor, é a irrigação.

“Eu falo em irrigar, e não jogar a água, e nem molhar... Se um pé-de-caqui precisa de 25 litros de água/dia, eu boto o aparelho, eu tenho pluviômetro que eu vou acompanhando quanto que está chovendo, para completar depois. Realizando o controle da umidade, além de não desperdiçar água, se evita a infestação por pragas, devido às plantas se tornarem menos propícias”.

Mesmo a agricultura orgânica necessita de alguns equipamentos, por vezes, rudimentares, mas que possuem central funcionalidade. Nesse caso, o agricultor se refere ao pluviômetro, que proporciona o monitoramento da quantidade de chuva precipitada e o posterior cálculo da quantidade a ser complementada pela irrigação mecânica. Nas suas palavras:

“Vou monitorando as chuvas, se passarem 10 dias, e chover menos de 50 mm, eu tenho que cuidar da lavoura. Agora, couve-flor, repolho, você tem que molhar pelo menos três vezes por semana. Mas, como eu te falei, não adianta um dia encharcar e depois deixar de molhar... aí, fica propenso a pulgão, problemas”.

O agricultor deixa claro que se a planta estiver bem equilibrada não há necessidade de se temer por alguma praga ou doença, a menos que se trate de uma “virose” ainda não conhecida. Podemos dizer que não existe consenso acerca de qual manejo tem o dispêndio maior do trabalho humano, no convencional ou no orgânico. Todavia, são muitos os cuidados necessários na lavoura orgânica, principalmente, por ela não ser compreendida a partir de técnicas imediatistas, como no caso da utilização de substâncias químicas, que reduzem algum tipo de trabalho humano manual, mas ocasionam efeitos nocivos posteriores. Na percepção de agricultores como Ronaldo o trabalho realizado pode até ser maior na lavoura orgânica, mas há uma recompensa: “você faz conta pro que compensa. Porque que eu não trabalho no final de ano? Por que não compensa”. Então, nesse período de tempo que não compensa produzir para o mercado, realiza serviços e trabalhos de

assessoria técnicas em outras lavouras, o que garante fazer parte de seu planejamento anual de trabalho.

“Como eu falei, você tem um desequilíbrio e eu não vou me arriscar tanto. Agora, o trabalho eu não considero excessivo. A gente considera um lazer pra gente”.

Aqui talvez esteja uma diferença substancial entre os dois tipos de manejo de lavoura, na lavoura convencional não é sempre que se pode considerar o trabalho criativo, pois existe o risco da contaminação ocupacional e ambiental por agrotóxicos, que pode tornar o trabalho degenerativo neste sentido, à medida que o agricultor vai adoecendo. Ronaldo conta que tem quem está no “convencional” não quer sair, em virtude de estar convencido da sua suposta eficiência. Como destacou, já convidou produtores para se tornarem parceiros, e obteve de alguns a seguinte resposta: “olha, trabalhar eu trabalho com você, mas nesse sistema, não. Não compensa; como eu vou pagar as contas?”. A partir desse momento, relatou que diz pro convidado que vai arcar com todas as despesas e que, mesmo assim se o produtor perder, que garante um salário pro produtor que de forma alguma aceita sua proposta.

Em seu caso, o destino da sua produção é praticamente à UNACOOOP. Todo o seu produto tem este destino pela “idoneidade e honestidade”. Garante que se entregar ‘x’ caixas, receberá por ‘x’ caixas. Atualmente, ele é quem faz seus preços; ele liga pros mercados, observa os preços, liga pro comprador, e emite uma nota-fiscal já a partir da saída do produto da sua propriedade.

“Todo o meu produto já sai com Nota Fiscal, então eu já sei quanto eu vou receber. O meu aqui, eu vou colher em abril, já tenho o preço pro comprador, a R\$ 13 a caixa”.

Dessa maneira, parece que ele resolveu o problema dos atravessadores, na verdade, diminuiu o problema, pois assegura que o produtor não tem que eliminar os atravessadores, tem que conhecê-los. Pois tem uns que “passam à mão em 20, 30%, 50% e aí quem sai no prejuízo é o produtor”.

Atualmente, sua propriedade produz pra subsistência batata-doce, feijão, além da horta, todo ano planta abóbora, “porque não adianta você ser um produtor orgânico e ter

que ficar comprando os convencionais na rua”. No ano de 2008 não plantou abóbora porque observou que o tempo estava desequilibrado, pois uma época de chuva e calor, como o início do ano, esteve fazendo frio e tendo estiagem.

Ronaldo esclareceu uma vez mais que quem se acostumou a trabalhar com o manejo agrícola convencional, com os produtos químicos das multinacionais, dificilmente se convence do contrário. Entretanto, assegurou que o inseticida orgânico desenvolvido por uma equipe da EMATER funciona e torna o custo para a manutenção da lavoura mais baixo. Destacou ainda que produz o alimento orgânico sem medo, diferentemente do que normalmente ocorre com aqueles que plantam ao modo convencional, onde o temor pela doença ou praga que podem infestar a plantação e comprometer a produtividade tornam-se uma constante.

“Eu não me preocupo com o mercado, de ter que vender o meu produto pro orgânico. Por que, se eu baixeí meus custos, meu concorrente não está competindo comigo. Eu posso receber o mesmo que ele recebe, mas no final, o meu sobra mais. Um exemplo: eu consigo produzir feijão, vagem, com 30% menos que se fosse com convencional. E com produtividade alta; igual ao do outro, ou mais, uns 70%”.

O panorama atual da agricultura orgânica, em relação à comercialização, foi outro tema abordado pelo agricultor que destacou que a produção orgânica está passando por uma crise. Na sua visão, a produção deve ser compreendida como uma corrente composta por elos interligados. Para ele, um elo vem falhando e vem gerando um distanciamento negativo para a produção. Ele se referiu aos “embaladores”, onde alguns deles trabalham também como certificadores, e vêm ampliando a sua ação no Estado do RJ e fora dele. Ele nos deu um exemplo:

“Se eu mando hoje uma couve-flor pro uma embaladora, me paga R\$1,20. E, quando chega ao Grande Rio, essa couve-flor, que só passou pela minha mão e pelo embalador, custa R\$ 8. Quer dizer, 700% em cima do produtor... Um absurdo!”.

O que claramente ilustra relação de aproveitamento e exploração sobre o trabalho do produtor rural orgânico. Em relação à certificação da sua propriedade, garantiu que seu sítio ainda não é certificado, pois, além de possuir dimensões modestas, os produtores

vizinhos fazem produção de alimentos convencionais, o que praticamente inviabiliza a certificação enquanto produtor orgânico certificado, em virtude da proximidade das suas plantações com a extremidade de outros sítios, ocasionando o recebimento de agrotóxico pelos ventos. “A certificadora tem suas razões”, afirmou.

“Se eu fizer uma barreira, pra conter o avanço do veneno dos vizinhos, eu tomo muito meu espaço. Então eu faço uma pequena barreira de milho, ainda não é o ideal. A gente já está tão acostumada com este sistema orgânico, que quando o vizinho pulveriza longe a gente já sente o odor. Hoje, já tem uns 10% dos vizinhos que já vêm apanhar remédio comigo, pra lagarta principalmente”.

Neste caso, podemos falar em remédio propriamente dito, uma vez que o agricultor não usa nenhum tipo de agrotóxico na sua lavoura, apenas os preparados orgânicos que ele mesmo produz e comercializa e ensina para os interessados na comunidade local.

“O meu é remédio e é defensivo! Você pode usar sem problema. Agora, com os venenos, existe ignorância pra usar também... botam numa hora inadequada, misturam o que não pode misturar, fazem de qualquer jeito. Primeiro remédio que eu fiz eu doe. Mas não é caro, me perguntavam. Não. O caro é o que não funciona. Você usa se não funcionar... No outro dia; como é o nome mesmo daquele remédio? E funcionou”.

Ronaldo lembrou que surgiu uma lagarta de repolho na região que ninguém conseguiu combater. Mas, uma mistura feita por ele deu certo e ela desapareceu. “Só não vê morrer na hora. Mas acabou a lagarta”. Atualmente, ainda não foram todos os seus ajudantes que se “converteram” para o orgânico, “não são todos, mas, dois não trabalham mais com veneno”. Situações como a da formiga, que representa uma problemática na região, evidenciam o desequilíbrio ecológico e por vezes incita o agricultor a usar venenos para combatê-las. Ronaldo diz que pra conseguir matar formiga-tanajura usa óleo diesel.

“Eu comprei um fumegador, boto no motor de moto-serra, boto o óleo com extrato de peronioso... não quer dizer que elimina... fulmina! (rs) E isso é uma coisa que muito produtor não sabe: o custo disso aí. Eu barateei 95% do custo no geral, com a formiga. Porque formiga é um assunto sério na região”.

O agricultor ressalta que, quando chega outubro, as formigas estão com a casa limpa pra fazer a revoada, então ele vai detectando onde tem os formigueiros com o fumegador e as elimina. Garante, que formiga, pelo menos pra ele, não é mais problema, além de caramujo, pulgão e lagarta. Mas, ainda assim, tem inseto que ainda “dá uma dorzinha de cabeça”.

“Hoje tem a lagarta-de-ponteira, né. Mas aí, é como eu faço: eu uso armadilha luminosa. Eu observo tudo o que a lagarta tem, se tiver até 5% da lavoura, eu não me preocupo. Agora, se passar disso, eu levo prejuízo, aí a gente vai lá e captura, e mata né...”.

Podemos perceber a partir dessas observações empíricas, uma concepção de produção agrícola integrada ao ambiente, à medida que os insetos não são peremptoriamente considerados como inimigos que precisam ser totalmente exterminados.

Muitos produtores seguiram o exemplo de Ronaldo, mas ele mesmo diz que não é fácil se tornar um agricultor orgânico, pois há muita “filosofia relacionada”, o que a torna não exatamente simples de ser realizado. Atualmente, na sua visão, “tem muito aposentado, artista, que faz a agricultura orgânica, mas não depende daquilo pra sobreviver”. No seu caso particular, depende totalmente da agricultura. Por essas razões, assegurou o que julga não ser realmente fácil, já tendo pensando várias vezes em parar com a atividade.

“Porque é muito complicado hoje você escoar a sua produção de orgânico. Por quê? Porque tem umas empresas que apanham a nossa produção, por um determinador fator, bota 200, 300% do preço em cima pro consumidor final, e isso gera uma produção só pra classe A.”

Declarou, lamentando por não ser esta a sua proposta com o exercício da agricultura orgânica.

“E a gente acaba vendendo pouca, na verdade vende pouquíssima quantidade e ainda atrapalha a nossa produção, nosso meio de vida, nosso sustento. Então eu digo hoje pro cara que quer começar, que ele tenha o pé no chão, pra ele começar pequeno, começar

com pequena área da sua propriedade e tentar arrumar um bom comprador, por que não está sendo fácil, e eu digo isso porque eu tenho um bom comprador final e está complicado de a gente continuar trabalhando”.

Isto ocorre principalmente com as embaladoras, mas não só com elas, pois também existem outras empresas envolvidas. Ronaldo continua:

“Aí um cara diz, ‘por que você não leva e vende a sua produção?’. É muito complicado para o produtor plantar, colher, cuidar da planta e sair pra vender. Aqui em Friburgo não existe feira orgânica, até pensamos em criar, mas não tem mercado produtor. Temos alguns produtores vendendo em feira convencional o produto orgânico, certificado, mas não em escala, porque se não vai encalhar o dele, o meu, vai dar prejuízo pra todo mundo”.

O que tem chamado a atenção recentemente é o fato de o produtor orgânico vender o seu produto como se fosse convencional, vendendo mais barato que nem o convencional. Dessa maneira, por parte dos trabalhadores rurais que são meeiros, principalmente, não desejam mais insistir nesse tipo de produção, “porque o orgânico hoje gera uma certa mão-de-obra”. Essa constatação do agricultor deve-se por não se utilizar nenhum herbicida ou inseticida neste manejo, diferentemente do convencional que usam as substâncias químicas que são consideradas por muitas pessoas como mais prático. Como o orgânico é “manual”, isto aumenta em três a quatro vezes o trabalho, sem, no entanto, isto representar uma dificuldade.

Sidney, agricultor, este de Lumiar, quando argüido sobre a produção orgânica, disse que seria franco, pois pra ele mentira não presta, “tem perna curta”. Para ele, pra você sobreviver de produto orgânico morre de fome. Ele exemplifica: “vamos supor, eu planto 100 mil pés de inhame. Como eu fazer 100 mil pés de inhame ser orgânico? Não há condição”, o que dá a entender que a extensão e a escala da produção comprometem a sua sustentabilidade ecológica. Segundo contou, na região, produto orgânico, é pra que já é aposentado e não depende da agricultura pra viver, pois a fonte de renda seria outra, “aí pode praticar tranquilamente o produto orgânico”, lembrava em contraste com a realidade da sua região. Ao mesmo tempo, citou que o que faz no inhame, é praticamente orgânico, pois a única coisa que realiza na hora de plantar é usar um “pouquinho” de adubo químico.

A produção agrícola orgânica é considerada muito pequena pelo secretário municipal de agricultura, mas, ao mesmo tempo, não se identificou nenhum programa oficial específico para esse setor. Para o secretário a problemática em torno dos agrotóxicos “diluiu muito”, principalmente, pelo constante aumento do seu preço, que aumenta o custo da lavoura. Sobre a diminuição do uso, acredita que os próprios agricultores passaram a perceber os males que o agrotóxico estava fazendo, como, dores variadas, fraqueza e capacidade de trabalho diminuída, o que tem colaborado para a diminuição do uso do agrotóxico em Friburgo. Na sua visão, isto se deve ao “auto-cuidado, sem ninguém ficar falando faz isso, não faz aquilo, por conta própria, e isso é bom, porque tem duas formas de aprender, por amor ou pela dor...”. Porque o agrotóxico é extremamente sutil; meio por cento, dependendo da substância ativa, já é considerado excessivo.

Mas, pelo que demonstrou o secretário, os agricultores usavam bem mais que isso, pois, na aritmética deles, e como pensavam em escala, iam aumentando a dosagem muitas vezes à revelia. Dessa maneira, arrisca dizer que houve uma diminuição de 50% do uso de agrotóxicos, nos últimos dez anos.

3.5 – Produção convencional e agrotóxicos

Para o secretário de agricultura de Nova Friburgo, no caso específico dos agrotóxicos, a competição por informações técnicas é desigual, uma vez que os vendedores de “remédios são altamente capacitados”, afirmou, apontando para a intensidade de volume de agrotóxicos utilizados e comercializados livremente na região. Pois, se a EMATER não possui agrônomos suficientes, as lojas possuem agrônomos aptos a expedir quaisquer laudos para a indicação de utilização de agroquímicos nas lavouras. Ainda, em relação à EMATER, o secretário de agricultura se referiu à sua atuação ser “zero, e só atrapalhar”. Para se compreender a distância muito mais política que física dos órgãos públicos da região, a partir deste caso específico, algumas razões foram identificadas a este fato; poucos recursos, capacitação técnica considerada deficiente, falta de reciclagem e de renovação dos profissionais, entre outras razões. Uma entidade que não é considerada parceira da secretaria de agricultura, embora seja um órgão público destinado para o fomento da mesma atividade.

A Coordenadoria de Defesa Vegetal e Sanitária realiza o serviço de orientação técnica para produtores rurais além de ser responsável pela realização da fiscalização dos agrotóxicos. O engenheiro agrônomo responsável demonstrou, quando das visitas realizadas à sede, um acolhimento pouco amistoso de início. Após algumas semanas de pesquisa, identificamos que este acolhimento estava ligado à sua experiência em já ter participado de pesquisas elaboradas por pesquisadores, segundo contou, com frequência e via de regra com relação a agrotóxicos, “mas sem importantes proposições concretas para a região”, enfatizou o engenheiro. Por outro lado, apontou que essas pesquisas realizadas sempre se tornam repletas de críticas ao trabalho técnico realizado na região, o que considera “uma covardia”.

A fiscalização do uso dos agrotóxicos é feita, principalmente, em lojas e em lavouras, verificando-se três elementos: nota-fiscal, receituário agrônomo e o comprovante de dispensa adequada dos recipientes vazios. O engenheiro acreditava, a partir deste trabalho, há mais de cinco anos, ter melhorado a situação de intoxicação, embora o uso ainda seja naturalizado, banalizado, concordou ele, posteriormente.

Em nosso caso, a indagação central a essa instância pública era a respeito de como lidavam com a questão do uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras, e a resposta categórica foi: “não tem como eu fazer campanha contra o agrotóxico, fazendo parte de um órgão público”. Ainda que reduzida, esta foi uma relevante resposta, pois nos deu a entender duas dentre outras possíveis interpretações: uma, que o órgão entende o uso do agrotóxico de forma naturalizada, sem nenhum tipo de problema, o que demonstra a ligação do órgão público com o capital privado, e a outra, que indivíduos ligados a órgãos públicos não podem manifestar seu pensamento individual acerca de determinado assunto polêmico, como o uso dos agrotóxicos, neste caso, reconhecidamente como um dos principais ocasionadores de problemas de saúde no meio rural brasileiro. Em se tratando de uma sociedade que vive o famigerado “Estado Democrático de Direto” faz pouco sentido as duas acepções apontadas anteriormente.

Usam-se os agrotóxicos, segundo o agrônomo, para “se dormir em paz”, pela suposta garantia da produção não ter nenhuma surpresa em termos de infestação. Foi destacado que, em Sumidouro, município vizinho, devido à maior parte de a população viver no meio rural, que a situação seja pior ainda. Indagado sobre a problemática de saúde pública no meio rural ocasionada pelas intoxicações por agrotóxicos, concordou com o caráter nocivo das substâncias e por isso propõe nas suas incursões pela região: “o uso

racional”, quer dizer, substâncias mais fracas, pulverização adequada, conhecimentos técnicos sobre o sol, os ventos, entre outros.

Em relação ao uso do EPI, Equipamento de Proteção Individual, o agrônomo afirmou que, embora tenha aumentado a sua venda nas lojas, se trata de uma incógnita, por não se observar muitos produtores utilizando-as nas lavouras. Esta constatação foi novamente percebida durante o trabalho de campo deste estudo, e permanece se distanciando de uma utilização racional das substâncias químicas nas lavouras da região de Nova Friburgo.

Falando concretamente sobre intoxicação, o agricultor de Conquista, Ribamar, se remeteu ao início dos anos dois mil, quando um quadro de intoxicação de média a grave, deixou-o por três meses acamado. Quando perguntado sobre que tipo de agrotóxico que utilizava nessa época, respondeu:

“Eu nem sei te dizer precisamente, porque você sempre usa vários produtos, pra lavoura de tomate, por exemplo, e naquela época não se tinha a consciência de ter que usar o EPI. E o que acontece? 70% das intoxicações por agrotóxicos acontecem pelo abdômen, quer dizer, você está com uma blusa de botão aberta, você tem uma grande chance de ficar contaminado”.

O agricultor relatou que foi encaminhado a fazer uma série de exames porque não vinha se sentindo bem, e logo estes começaram a acusar problemas de saúde, particularmente na alteração de plaquetas, típica de indivíduos que estão contaminados. Ele lembra que sempre fez atividade física, sempre praticou bons hábitos de saúde até que um médico, que ficou seu amigo, falou:

“Ô rapaz, você não tem condição de estar com esses problemas aqui, você faz exercício, tem uma alimentação saudável, só pode ser o agrotóxico. Eu te aconselho a parar com a agricultura, vende a propriedade”.

O agricultor destacou que não podia fazer isso, em função de adorar a agricultura. “Eu nasci nisso e eu gosto disso”. Mas destacou que o médico insistia nesta única alternativa: “mas eu não vejo alternativa a não ser você largar esse troço”. Foi a partir desse momento que o agricultor passou a pesquisar, a colher relatos até se tornar agricultor

orgânico, já há quase uma década. Foi uma maneira encontrada para não abandonar a agricultura, para cessar a contaminação com agrotóxicos, sem ter que passar por uma situação de doença que não era desejada por ele. Atualmente, quando compara a agricultura química com a orgânica em seu impacto à saúde, destaca de forma eufórica:

“Tem sete anos que eu não sei o que é gripe. Quando eu trabalhava com agrotóxico eu vivia gripado, com a garganta inflamada, febre, resistência baixa..., infelizmente, eu não parei com o agrotóxico antes, porque eu tenho uma qualidade de vida atualmente bem melhor”.

Nesse novo panorama de qualidade de vida no trabalho acrescentou ainda que seu filho de sete anos praticamente não fica doente. Ele fica no meio das lavouras que os familiares trabalham sem com isso representar problema algum, por não ter o risco de contaminação, não ter resíduo... “Quer dizer, é uma felicidade pra gente”.

A redução da utilização de agrotóxicos na região de Nova Friburgo, para Ribamar, tem relação direta com o fato de o agricultor estar mais consciente sobre os reais riscos à saúde derivados do trabalho com essas substâncias. Segundo o agricultor; os produtores têm se mobilizado mais para assistir a palestras e eventos que abordam o tema da saúde do trabalhador rural.

“O pessoal da FIOCRUZ há alguns anos falou sobre o produtor contaminado, como que isso acontece, passou no data-show pro produtor, e isso na época causou uma preocupação muito grande nos produtores, porque eles não tinham conhecimento sobre isso”.

O agricultor fez um relato à época em que foi da associação de produtores - que na região se tornou semelhante à associação de moradores tradicional - acerca dos casos de trabalhadores rurais na região com câncer. Segundo ele, vão para o INCA – Instituto Nacional do Câncer passam pelo Fundão (Hospital Universitário-UFRJ), e, na prática, “ninguém sabe porque o cara morreu... não são pessoas velhas, com 50 anos”. Pra ele, o problema deve-se ao fato de não existir uma preocupação com a causa deste problema de saúde, mas sim uma preocupação em quere tratar os sintomas:

“Sem querer saber da onde veio. E é muito esquisito pensar que tantos produtores pegaram câncer, a gente tem visto enormes casos disso. E ninguém quer saber daquilo ali. Será que não é relevante fazer uma pesquisa?”.

Nesse instante da entrevista percebemos a argüição em certo tom de desapontamento e indignação, pois, pra ele, é necessário existir ao nível governamental e não governamental, a investigação médica sobre as origens dessa doença. “Por que tantos produtores estão vindo com esse problema?”. Acrescentou o agricultor Ribamar.

A partir deste depoimento, foi evidenciado um quadro relevante de agravos em saúde associados aos mais variados tipos de neoplasias (câncer), apresentados pelo agricultor, que insistiu no fato de “infelizmente não haver pesquisa pra se ver isso”. Lembrou que foi feito um levantamento pelo INCA, Instituto Nacional do Câncer, sobre a origem dos pacientes atendidos pelo Hospital do Fundão e do próprio INCA, já que havia dúvidas acerca da quantidade de pacientes produtores rurais da região de Friburgo, apresentando as queixas e os sintomas da doença. Após algumas indagações, contou que os profissionais de saúde daquelas unidades identificaram que a causa para aqueles agravos era, possivelmente, à contaminação direta e indireta por agrotóxicos. O próprio agricultor destacou que muitos produtores ainda usam o “veneno” como se estivessem usando água:

“Pulveriza a lavoura e no outro dia está no meio daquele agrotóxico, que nem quando eu era pequeno, pois não havia conscientização de governo, de empresa, de nada, colocava o veneno no barril e mexia com a mão. Infelizmente isso é lá atrás, quando eu era moleque eu vi muito isso, e o que acontece: isso gera uma contaminação excessiva, não é?”.

Na FEEMA, o depoimento apresentado por um dos agentes locais entrevistados também destacou a questão dos agrotóxicos, seus impactos na saúde e a prevalência de intoxicações ocupacionais diretas e indiretas especificamente na área rural. Todavia, este depoimento foi apresentado por uma perspectiva de crítica à precarização dos serviços públicos, pois, como pelo exemplo dado, existe apenas um técnico para fiscalizar as lojas e as empresas que vendem o produto em toda a cidade de Nova Friburgo. Próximo à visão do agricultor Ribamar o agente local acredita que a situação da intoxicação por agrotóxicos já esteve pior; “tem havido constantes projetos, campanhas de conscientização...”. Por

outro lado lembrou que foram identificados agrotóxicos oriundos da China, a “R\$1,99”, vendidos, por vezes de noite, em locais de difícil acesso, o que compromete uma fiscalização convencional. Outra questão de extrema relevância refere-se ao recolhimento de embalagens que devem ser depositadas em local específico no Ceasa, que por vezes acaba não acontecendo, principalmente, pela deficiente fiscalização e pela falta de esclarecimento.

O agricultor de Lumiar, Sidney, quando indagado sobre a sua percepção acerca da questão dos agrotóxicos na região respondeu a partir da narrativa da sua própria trajetória de vida, contando que nasceu e se desenvolveu “dentro da floricultura”, o outro destaque da produção agrícola de Friburgo, especificamente na localidade de Vargem Alta, junto à produção de legumes e verduras.

“Eu nasci dentro da floricultura, com as sementes que meu pai comprou em Stucky (localidade vizinha), aprendi a ser lavrador com a flor. Depois, meu pai foi diversificando e foi plantando batata, inhame, milho. Então, a floricultura (...) porque que a gente parou? Meu pai ficou envenenado, meu irmão ficou envenenado, dois irmãos ficaram envenenados, tiveram problema seríssimos, sangraram pelo couro cabeludo, pela gengiva, porque não usavam o equipamento adequado”.

O agricultor afirma que devido a sua personalidade e “inteligência” passou a usar o equipamento de proteção individual (EPI), ainda que isto fosse motivo de chacota por parte de seus amigos e parentes:

“Eles me falavam, ‘vai ficar morto dentro desse macacão’, porque, realmente, depois do dia todo dentro daquele macacão, no sol quente, você fica pedindo arrego no fim do dia. Eles aí falavam, ‘esse é um homem morto’, eu dizia pra eles que eu podia ser um homem morto de momento, mas que eles seriam no futuro”.

Para o agricultor, nem todos são “inteligentes”, o que impede às pessoas preverem o que pode acontecer no futuro ou até mesmo no presente.

“Eu tenho um costume de tudo que coloco na mão eu leio. E lá na embalagem vinha dizendo pra não deixar derramar na pele, e hoje eles estão contaminados e eu não. E aí por isso a gente parou com a floricultura, que tem que usar agrotóxico”.

O processo de trabalho na floricultura possui uma grande tendência para a utilização do agrotóxico devido ao manejo empregado por vezes inadequado, como através de monoculturas, que favorecem ao desenvolvimento de enfermidades como um tipo de ferrugem, doença considerada por muitos produtores como imbatível. “Eu não vou nem falar que é 100% de veneno, é muito mais...”, esclareceu o produtor citando que este tipo de doença é anterior à fase de florescimento das plantas. Perguntado sobre a avaliação que ele faz da questão dos agrotóxicos, seus usos e conseqüências, Sidney afirmou que na região o uso de agrotóxico diminuiu bastante: “digamos que o uso de agrotóxicos caiu uns 80%”. Pois, na sua avaliação, houve uma queda na quantidade de lavouras nessa mesma proporção. E isso quer dizer que a queda da utilização do agrotóxico – considerado a partir destenexo-causal – se deveu apenas à queda da atividade agrícola, e não por mudanças de comportamento ou de consciência aos seus riscos, o que contraria um pouco outros depoimentos da pesquisa. Mesmo assim, podemos acrescentar a essa queda da produção agrícola, segundo o agricultor: “a defasagem de preço, aquele que não amava a lavoura saiu, buscou outra fonte de renda, além da chegada do turismo e da urbanização, já há uns vinte anos”.

3.6 – Cuidados em saúde

Foram visitadas unidades que compõem a rede de atuação do Programa Saúde da Família no município, particularmente, aquelas situadas na área rural, que foram identificadas como as únicas unidades de atendimento em saúde na região. Além disso, observamos algumas queixas, sintomas e agravos em saúde co-relacionados à atividade ocupacional dos trabalhadores rurais.

Embora o setor de saúde não esteja preparado para o diagnóstico dos casos de intoxicação por agrotóxicos na região e nem possua um protocolo de atendimento dos casos suspeitos, estas unidades básicas de saúde mostraram-se ambientes privilegiados para a comprovação da contaminação por agrotóxicos, devido à recorrência de casos

notórios de intoxicação. Entretanto, nos casos agudos, quando existe ambulância, o que se faz é o encaminhamento para o Hospital Municipal Raul Sertã.

Nestas unidades do PSF foram estabelecidos diálogos com médicos, agentes de saúde, moradores e agricultores, para se conhecer as diferentes realidades de atenção básica em saúde existentes no município e a influência dos impactos da atividade agrícola nas comunidades rurais. Geralmente, estes postos são compostos por uma coordenadora, quase sempre enfermeira, e a equipe de agentes de saúde, no caso de São Lourenço, duas delas com formação auxiliar de enfermagem, algumas no programa há mais de cinco anos. Cada agente é responsável por uma das seis micro-regiões divididas para a atuação e esta dinâmica é reproduzida em outras unidades do município. As famílias das comunidades são cadastradas e acompanhadas periodicamente. Os postos funcionam na base da livre-demanda. Segundo algumas agentes, as mulheres buscam mais o posto que os homens, que os utilizam como orientação para a prática do auto-cuidado em saúde. O trabalho de informação e prevenção das agentes incentivou a procura maior dos homens pelos serviços do posto nos últimos anos, de acordo com levantamentos realizados pela equipe.

Na visão de uma médica e coordenadora do Posto de Salinas, perto de São Lourenço, uma questão estrutural negativa é a diferença de salários entre os municípios, que estimula a rotatividade dos profissionais do PSF. Isto leva à situação de muitos profissionais de saúde oscilarem de um lugar ao outro, o que, por vezes, pode ser entendido como um dos fatores para o comprometimento da qualidade de atendimento das unidades de saúde.

No Posto de São Lourenço, à época da pesquisa, a coordenadora era uma médica que trabalha em parceria com o Posto de Salinas, bem próximo, o que a permitia estar em São Lourenço uma vez por semana. Uma enfermeira atuava no posto nas outras quatro vezes por semana. Ainda que aparentemente fosse uma unidade básica de saúde completa, o posto não possuía dentista, nutricionista, psicólogo e assistente social e, quando necessitavam, buscavam apoio no Posto do Suspiro, bem mais distante, implicando em a população usar mais de uma condução.

A falta de ambulância em todos os distritos e todos os postos é vista com um complicador para a qualidade de alguns atendimentos. Os casos mais graves são encaminhados para o Hospital Raul Sertã, no centro de Nova Friburgo, cuja demanda é intensa, inclusive pelo recebimento de pacientes de outros municípios circunvizinhos. As demandas para as visitas dos médicos, que ocorrem uma vez por semana, vêm das agentes

de saúde que realizam os atendimentos e os acompanhamentos nas localidades. As agentes de saúde por vezes vão à mesma família mais de uma vez por semana, dependendo do vínculo afetivo estabelecido e do quadro de enfermidade do paciente ou da família.

Dentro do que se observou um dos principais focos do trabalho realizado era com relação à higiene, pois, segundo as agentes de saúde, sempre presentes nos postos durante as visitas, tanto o saneamento básico quanto a higiene pessoal são considerados precários. A prevalência de casos tem sido referentes a: diabetes, hipertensão-arterial e gestantes em idade precoce. O alcoolismo é percebido pelas agentes como um grave problema na região inteira, embora reificado como cultural; “não se tem muito que fazer além de trabalhar”, expressou uma agente questionando a falta e a distância do lazer que, até mesmo um simples campo ou quadra de futebol mais próximo, dista em trinta minutos de condução.

Sobre as queixas em saúde identificadas à época da pesquisa, muitas eram de dor-de-cabeça, estômago, gastrite e dermatites. Identificamos que existe uma dificuldade de famílias entenderem a importância de um filtro d'água, por exemplo; “bebem a água da bica ou de nascentes próximas às áreas de sulfatação (tipo de aplicação de agrotóxico)”, contou outra agente. Em relação a causas externas de atendimento, os acidentes de moto eram frequentes, com períodos onde a fiscalização policial para o uso de capacete tornar-se mais ou menos ostensiva, condicionando a quantidade de acidentes mais ou menos graves. Este tipo de veículo tem sido cada vez mais utilizado devido a sua portabilidade para localidades de difícil acesso e à facilidade econômica que se tem verificado para a sua aquisição.

Em relação aos exames laboratoriais, a coleta em geral acontece uma vez a cada mês. Mas, no caso do agrotóxico, a utilização nas lavouras é feita diariamente e percebida por todas as profissionais de saúde dos postos como ligados à prática agrícola regional já há muito tempo. E, nesse sentido, em relação às intoxicações, são vistas como crônicas o que dificulta a identificação donexo-causal, embora reconheçam que alguns trabalhadores rurais cheguem ao posto “cheirando a veneno”. Alguns “sulfatam o dia inteiro e nem tomam banho”. Crianças e pré-adolescentes, de 12 e 13 anos também participam da “sulfatação”, geralmente segurando as mangueiras, sem que os pais percebam o perigo desta ajuda, no depoimento de agentes de saúde.

Dos postos do PSF, o do 3º distrito, em São Lourenço, pelo que se observou, mereceu destaque. O distrito compreende as localidades de Campo do Coelho, Centenário e Salinas, entre outras localidades, situadas na região norte do município de Nova

Friburgo. Nesta região rural existem ainda as Escolas de Fabricação de Queijo e a Escola Belga de Ensino Agrícola. Trata-se de uma região extensa com pequenas propriedades e com a produção agrícola familiar, caracterizada principalmente pelas produções de couve-flor, a maior do país, beterraba e tomate; as primeiras produções de inverno e a outra de verão.

Esta região possui a variação climática que possibilita a diversidade de produção, como já descrevemos. Em relação ao relevo, viu-se uma região com topografia de leve a moderadamente acentuada, o que pode ter favorecido o processo de desflorestamento e de implantação das lavouras na região, que é o principal pólo produtor do município; a própria sede do CEASA da região se situa nas adjacências. Foi destacado ainda pelas agentes de saúde que, com a criação da Sede da Área de Proteção Ambiental dos Três Picos, alguns animais, como jaguatirica, vaga-lumes e pássaros, voltaram a ser vistos como há muito não se viam, identificando-se a recuperação ambiental que o Parque trouxe. No que tange ao IBAMA, destacaram que sua função tem se dado ocasionalmente para a fiscalização da água, sem que isto incorra em uma relação conflituosa para com esta comunidade, embora seja uma região onde estudos sobre os impactos sociais e ambientais dos agrotóxicos tenham sido efetuados.

O Posto de Salinas, próximo a São Lourenço, surgiu como uma reivindicação da Associação dos Moradores da região. A estrutura de funcionamento é a mesma descrita no posto anterior. Este posto possuía uma infra-estrutura menor e um pouco mais precária, comparada ao Posto de São Lourenço; tratava-se de uma casa antiga de pau-a-pique embolsada com cimento. Situava-se à margem da estrada e de frente para algumas pequenas propriedades. Conhecemos a rotina de trabalho, fomos recebidos pela auxiliar de enfermagem Rosane e pela médica Fátima, em meio ao funcionamento, com usuários esperando o atendimento. Principalmente mães jovens com crianças de colo e senhoras, o que confirma a observação feita no posto de São Lourenço. O posto possuía cem famílias para cada agente de saúde, num total de 600 famílias atendidas. Tão logo chegamos, a auxiliar de enfermagem nos assegurou: “o problema dos agrotóxicos é muito grave aqui”, sem que tivéssemos feito pergunta alguma. Nessa mesma linha a médica lembrava, “quando começam a pulverizar as plantações, precisamos fechar a janela do posto para não entrar o veneno direto sobre a gente”. Em relação às principais queixas de saúde, a médica do Posto de Saúde destacou que são variadas e que o atendimento é diversificado. Na maior parte dos casos, os indivíduos são atendidos e depois são feitos ou encaminhados

para a realização de exames. Estas colocações feitas mais que evidenciaram a estreita e profunda relação que os agrotóxicos possuem com a saúde e a qualidade de vida destas comunidades rurais.

O foco central do atendimento dos Postos tem se dado com relação à educação e saúde, através da prevenção, como vimos prevalência de gravidez precoce, por exemplo, é comum na área rural. Muitas usuárias passaram a fazer o pré-natal desde o início da gestação, outras apenas no meio da gravidez. Identificaram muitos casos de hipertensão, alcoolismo, incluído em mulheres, diabetes, crianças com baixo peso, esta última considerada uma problemática na área rural, embora ainda sem embasamento de números e índices. Ao mesmo tempo há casos de obesidade, dermatites, artralguas, lombalgias, tentativas de suicídio, especificamente com ingestão de “tamaron” (tipo de agrotóxico). Outros casos chegam a óbito, quando são ingeridos agrotóxicos mais potentes. No ano de 2007 houve dois casos de ingestão de “gramoxone”, até meados de 2008, já havia ocorrido um caso.

Foi debatida durante as jornadas da pesquisa uma questão sobre uma possível “dificuldade de aprendizagem” de muitas pessoas que moram nas áreas rurais, “algo relativo à capacidade intelectual”. Para a médica, os trabalhadores têm noção que as substâncias são *venenos*, embora tenham opiniões distorcidas sobre os mesmos. Sobre a higiene, foi destacado que há um problema acentuado, derivado de uma “cultura de ignorância”; foram destacados casos de mães que chegavam ao posto com crianças pequenas sem terem a prática cotidiana do banho. Ainda, nessa linha, descreveram que havia o problema de deficiência nutricional de crianças, mesmo as que vivem em propriedades onde se tem a produção agrícola e de alimentos.

“Comem miojo, fubá, canjiquinha, torresmo, lingüiça... verdura, legume, difícilíssimo! Plantam, mas não comem. Mas, as fraldas, são todas descartáveis” (médica, dos Postos de Saúde de Salinas e São Lourenço).

Na avaliação da médica entrevistada, em relação ao PSF, se destacou a relevância para a formação dos profissionais que trabalham com as comunidades, no sentido de se entender a “lógica” do local. Existe, na colocação da médica, uma dificuldade, de consciência, para uso dos EPI – equipamento de proteção individual, quando estes existem. Para a médica, “as famílias vêm há anos se contaminando com agrotóxicos”. No término

de uma das jornadas da pesquisa, a coordenadora do PSF da localidade declarou que aprendeu, durante os cinco anos que estava morando e trabalhando na região, que a qualidade de vida na *roça* não é melhor que na cidade, como ela supunha. Pois há prevalência de casos de ansiedade, depressão, nervosismo, estresse, além de intensas desigualdades sociais, diferentemente do que o senso comum supõe, como se estes fossem males inerentes à vida urbana moderna. Neste contexto, manifestou, ainda, que muitos usuários do Posto têm muitas resistências em aderir à prática de uma atividade física, como caminhar; “dizem que já trabalham muito e que não precisam disso”, o que, em alguns casos, expressa uma jornada de trabalho extenuante. Um contingente de usuários é também considerado “poli-queixoso” (pacientes psíquicos), o que poderia estar associado à idéia de contaminação crônica por agrotóxicos, ou, como já descrito academicamente, referindo-se à dupla contaminação, por agrotóxicos e calmantes, particularmente, nos casos dos trabalhadores diagnosticados como pacientes com depressão.

O Posto e a região carecem de um profissional, ou de um pólo, de apoio e tratamento psicossocial, nas considerações enfáticas da médica. Para destacar avanços no campo da saúde coletiva, foi citada uma significativa melhora no aleitamento materno, o que pode vir a reduzir alguns casos de morbidades, e que se deve ao trabalho do Posto e do engajamento das mães. Houve avanços no aumento de número de mulheres que fazem os exames preventivos, mamografias, além de homens que procuram o atendimento para fazer o exame de próstata. Considera que “a comunidade gosta de fazer exames”, e que às vezes extrapolam o limite de vinte exames/mês para a micro-região de São Lourenço. Esta afinidade por exames pode ser explicada pela carência deste tipo de serviço para parte da população e por ser ele em boa parte pago.

Há dificuldade para a realização e para a obtenção de resultados de alguns exames, como o de HIV para o pré-natal, para se ficar em um exemplo apenas. Em relação aos agrotóxicos, a médica considera impossível a identificação da intoxicação por meio de diagnóstico clínico, especificamente, nos casos de indivíduos contaminados cronicamente, pela deficiência para a realização do exame de dosagem da colinesterase. E, dependendo da gravidade, não são nem encaminhados para a cidade do Rio de Janeiro, alguns exames vão para Belo Horizonte ou São Paulo, o que aumenta o quadro de precariedade que existe no Estado do Rio de Janeiro em relação à atenção em saúde de intoxicações por agrotóxicos. O que a médica tem feito é reconhecer os sítios-alvo do organismo contaminado, e tratá-los, medicalizando-os de forma fragmentada (ex.: fígado, estômago,

epiderme e etc.). Essa prática, ainda que necessária pelo aspecto de sua premência se contrapõe ao relevante diagnóstico por intoxicação de agrotóxicos e à sua notificação enquanto acidente de trabalho, para uma eventual indenização ao trabalhador rural.

Ao término de nossa estada no consultório da médica do PSF, que atua nas localidades de Salinas e em São Lourenço, foi feita uma consideração alarmante sobre os dejetos químicos das lavouras; “cada um faz do jeito que quer”. Estes dois Postos foram reveladores para o conhecimento da rotina de funcionamento, da demanda que passou a surgir nas comunidades a partir do conhecimento da existência dessas unidades de saúde e pela constatação da mudança de comportamento verificada por alguns profissionais que são integrados à comunidade, através de associações de moradores ou de produtores. Outra coisa que nos chamou atenção foi que os profissionais nos ajudaram a enxergar a evidência de questões, como o problema crônico da intoxicação por agrotóxicos, a problemática da deficiência alimentar das crianças e a precariedade dos cuidados primários em saúde destas localidades, destacando e apresentando casos específicos, sem que para isso estivéssemos realizando as respectivas indagações sobre os mesmos.

No que se refere à questão ambiental, ficou claro que a fiscalização do IBAMA na localidade de São Lourenço se dá apenas com a água, especificamente onde se situam afluentes de rios que passam por mais de um estado, já que a fiscalização de rios e afluentes é feita ao nível estadual pela FEEMA, que não se constitui enquanto uma relação conflituosa nessa localidade, contrariamente ao que se imaginou devido às intensas e antigas utilizações de agrotóxicos nas lavouras. Possivelmente pelo baixo índice de matas secundárias e originais remanescentes na região. “Já foi muita coisa desmatada aqui”, disse uma das agentes de saúde, dando a entender que o foco de atuação do IBAMA é principalmente com a cobertura vegetal, sem incluir os mananciais na mesma proporção.

Por fim, causou inquietamento quando ouvimos a médica dizer, uma vez mais, que alguém precisava estudar estas pessoas da lavoura, que vêm se intoxicando há algumas gerações, no sentido do impacto sobre o organismo delas. “Tem gente contaminada aos montes”. Entretanto, quando se obteve os dados do SISNAN (Sistema Nacional de Notificação), da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, e se observou a série histórica sobre a notificação de agravos à saúde do trabalhador e acidentes de trabalho (2001-2004), não foi o que se identificou. Os dados sobre intoxicação por agrotóxicos colocam 24 casos referentes ao município, e 257 relacionados a acidentes de trabalho. Nos dados relativos aos procedimentos do PSF sobre atendimento específico para acidentes do

trabalho obtém-se o quantitativo de 35 casos. Estes dados ilustram, além da sub-notificação, a precarização de políticas de atendimento na saúde que não correlacionam agravos à saúde e a atividade ocupacional dos indivíduos, fator este considerado comprometedor de práticas preventivas e mitigadoras de problemas relativos à saúde do trabalhador.

De uma forma a exemplificar a sua visão sobre a correlação existente entre agrotóxico e saúde, o agricultor Ronaldo, de Janela das Andorinhas, descreveu seu próprio exemplo. Disse que costumava muito andar de moto, tanto que, certa vez, “contraiu” pneumonia.

“Aí o médico me disse: você está ferrado, cara. Com essa idade pegando pneumonia? É um risco grande de vida, e, depois me disse: Eu vou ter que te dar um antibiótico”.

O agricultor contou que quando disse ao médico que era produtor orgânico, ele falou,

“Então, mais fácil de resolver. Você não tem química nenhuma e o antibiótico vai resolver rapidinho”.

Disse ter recebido uma receita para um antibiótico mais fraco e que, pra ele, “foi uma beleza!” Curando-se rapidamente. Ainda no âmbito pessoal, declarou ser hereditário ter problemas de estômago na sua família:

“Eu peguei uma úlcera, aquela bactéria *H. pylori*, e eu disse: ‘Dr., vou ter que operar?’. E ele disse: ‘Vai ser a solução’”.

Nesta época o agricultor fazia um trabalho técnico para um médico da FIOCRUZ, tornando-se seu amigo, que o disse para não operar, pois, muito provavelmente, não tinha química nenhuma no seu organismo. “Aí, eu curei com limão”. Recentemente, contou, foi fazer uma endoscopia, e constatou que ele não tinha mais problema algum, que estava cicatrizado. “Então, você veja que o quadro de saúde de quem não trabalha com esses agressivos, é muito melhor”.

Quando perguntado sobre outro exemplo que não fosse pessoal, disse que, com o orgânico, o produtor que “leva a sério”, melhorou a qualidade de vida e a sua saúde. Há exemplos também de produtores que ele via pulverizando indiscriminadamente, não respeitando o período de carência do veneno, e a eles dizia: “olha, o seu futuro é muito curto”. Conta que a resposta geralmente era, “que nada, rapaz. E eu sou otário pra trabalhar igual você dessa maneira?” Hoje, desabafou, este agricultor está vivendo aposentado com um salário mínimo, juntamente com a filha e a esposa. “Ele não tem coração bom, não tem fígado bom, rins...”. Indagando sobre o que poderia ter ocasionado este quadro, respondeu:

“Foi a agroquímica. Com certeza. Você vai perdendo a resistência... não se alimentam bem, bebem... outros usam veneno e tomam leite. E aí fica mais fácil de absorver aquilo no organismo, por conta da gordura....se eles tomassem um copo de limão, seria bem melhor”, analisou.

Sobre a questão conflitiva entre agricultura e meio ambiente, diferentemente da região do 5º e 7º distritos (Lumiar e São Pedro da Serra), uma das coisas fundamentais que fizeram na região, na sua visão, foi incentivar bastante os produtores sobre a importância da preservação do meio ambiente e, pelo que se percebeu, garantindo uma convivência “harmoniosa” entre eles.

“Porque tinha camarada que pegava seus restos e jogava no nosso rio. Na época eu era o presidente da associação e descobri um projeto de micro-bacia, 1990 alguma coisa. Aí começamos a nos mobilizar, esse projeto foi contemplado, aí é que nós acordamos para o meio ambiente”.

Efetivamente, o que realizaram, foi que os esgotos que iam pras águas e pros córregos, podendo acarretar problemas de saúde das crianças, foram minimamente tratados para serem utilizados na irrigação das plantas.

“As pessoas jogavam o veneno de qualquer maneira. Aqui nós não tínhamos macu, coleiro, jacu, sanhaço, canário (espécies de pássaros), estavam desaparecendo geral. A fauna nossa estava desaparecendo. Desse projeto pra cá, que nós fizemos preservações,

deixamos a mata regenerar... Hoje, os passarinhos que estavam em extinção naquela época, estão vindo na nossa lavoura comer. Tatu, ouriço (porco-espinho), cachorro do mato...”.

Depoimentos e relatos como este feito pelo agricultor orgânico Ronaldo, fez avaliarmos que essa realidade de produção agrícola e da relação pacífica com o ambiente, por ser considerada sustentável, não representava problemas para a FEEMA e nem ao IBAMA, descontextualizando-se a noção de “demonização do IBAMA” neste caso específico. Mas, principalmente, refletiu a significativa melhora nas condições e na qualidade de vida destas comunidades.

3.7 – Problemas ambientais

Nesta parte do estudo foram identificadas e analisadas as diferentes compreensões sobre o meio ambiente e os problemas ambientais existentes, particularmente, na área rural de Nova Friburgo. Na entrevista realizada com o secretário de agricultura identificamos, a partir da história do município, as primeiras relações com a preservação do meio ambiente. Cabe resgatar, que o primeiro município criado por decreto foi Nova Friburgo. Na visão do secretário de agricultura,

“... D. João, de bobo não tinha nada, ele achava que Nova Friburgo funcionava como uma reserva pra uma barreira geográfica, pra cercar o Estado do Rio de Janeiro, principalmente por conta do ouro, que vinha pra cá. Então, na época, os contrabandistas de ouro tinham uma rota que passava em Além Paraíba, e saía aqui em Amparo. Amparo, que era o nome de um dos ladrões refugiados na localidade que posteriormente adquiriu seu nome.”

A importância simbólica desta “barreira geográfica” permitiu a manutenção das florestas, auxiliada, também, pelas características socioculturais de produção da lavoura dos imigrantes, especificamente, germânicos e suíços, que não continha a idéia latifundiária. Tratava-se de pequenas famílias que tiveram como tradição a prática da agricultura familiar, ocasionando baixíssima agressão ao meio ambiente. Ainda mais em se tratando de uma agricultura de subsistência. Pra ele: “não houve danos tão grandes, mas,

também, depois o olho cresceu e eles começaram a degradar o meio ambiente”, acrescentou.

Mesmo com a existência de desflorestamentos para os cultivos agrícolas, para as mídias impressas e *on-line*, um dos principais problemas ambientais destacados na região de Nova Friburgo se refere às queimadas, que, apenas no ano de 2007, ocorreram focos de incêndio em vegetações cuja quantidade foi considerada maior que a da média da década. A baixa umidade do ar e a estiagem prolongada, precisamente entre os meses de inverno, foram dois fatores que agravaram o problema dos incêndios, levando a uma queda significativa na qualidade do ar da cidade, experiência esta vivenciada durante o trabalho de campo.

Muitos focos são identificados em locais de difícil acesso, o que compromete ainda mais a solução do problema. Em algumas ocasiões no ano de 2007, foram necessárias viaturas terrestres e aéreas, como helicópteros, vindos do Rio de Janeiro, para auxiliar o trabalho das equipes de combate às chamas. Provavelmente, estes incêndios ganham constantemente expressão pela mídia devido ao apelo que a preservação da Mata Atlântica ainda causa, embora a parcela restante seja pequena. Mas, na região de Nova Friburgo, o que se identifica é o contrário.

De acordo com o Corpo de Bombeiros de Friburgo⁸⁴ houve mais de 500 focos de incêndio, contra 250 no ano anterior. Alguns relatos, entretanto sem confirmação evidente, dão conta que em regiões como o 5º e 7º distritos (Lumiar e São Pedro da Serra), o agravamento dos focos ocorreu de forma propositada. Atribui-se a pessoas possivelmente ligadas a agricultores insatisfeitos com as práticas das políticas ambientais na região, que, em represália aos órgãos públicos, não poupam esforços em aumentar a intensidade das chamas.

Diferentemente do que tem sido noticiado como problema ambiental da região nos meios de comunicação, para o técnico responsável pelo escritório regional do IBAMA, entre os principais problemas ambientais se destaca o uso intenso de agrotóxicos, com o agravante de a maior parte das empresas não recolher adequadamente os recipientes vazios. Sobre as queimadas, sua prática é considerada intensa, especificamente, em épocas de estiagem. Para ele: “queimam a favor e contra as próprias áreas de cultivo”. Muitas vezes, pela falta de conhecimento sobre a importância de deixar acumular a matéria orgânica, como árvores caídas, para virarem adubo, queimam as áreas no intuito de “limpá-las”. Para o técnico, a carência de trabalho de extensão rural na área das lavouras e de

educação ambiental nas escolas de formação básica é destacada como fator mitigador destes problemas ambientais com impactos diretos sobre a qualidade de vida da população.

O caso da *Braúna*, nos anos 1990, é considerado marcante pelos técnicos e ambientalistas da região de Nova Friburgo. Nesta década, chegava à região madeira ilegal vinda da Bahia, sem nenhum tipo de registro comercial, cuja demanda se tornou intensa devido a sua durabilidade ser de até 50 anos, destinada a se fazer moirões para as cercas das propriedades rurais da região. Durante alguns períodos, caminhões abasteciam clandestinamente as lojas de material de construção ou vendiam diretamente nas propriedades, nos mais diferentes horários. Houve intenso trabalho de fiscalização e de autuação por parte de órgãos públicos – algumas vezes era fácil a identificação da madeira, pois eram fincadas nas cercas das propriedades. Entretanto, caminhoneiros, em represália, ameaçaram de morte o técnico e então chefe do escritório regional. Mas, passada esta época, garantiu, “a situação foi regularizada”. Nesse sentido, vale destacar que durante a pesquisa não se identificou e nem foram relatados outros casos envolvendo a madeira *braúna*.

O chefe do escritório regional do IBAMA fez questão de lembrar outro caso relevante nas últimas décadas, que ele considera um problema ambiental; “99, 9% dos pássaros de gaiolas estão irregulares de acordo com a legislação ambiental”. Para ele, qualquer pessoa pode solicitar atualmente, via internet, o anel de identificação e registro da espécie e levar para a sua casa. Na realidade, explicou, deveria ser colocado no pássaro com até dez dias de nascimento; quer dizer, sendo filhotes de pássaros criados em gaiola. Seria o caso de se confiar na idoneidade do criador de pássaro sem ter a certeza do cumprimento das normas legais. Indagado acerca de possíveis razões pra esses fatos, atribuiu à falta de integração das ações públicas - que muitas vezes divergem sobre uma mesma questão - à carência de extensão rural e à necessidade de um número maior de técnicos capacitados nos órgãos públicos de meio ambiente.

Quanto à fiscalização ambiental, o agricultor Ribamar deixou claro que não se pode realizar a fiscalização apenas nas árvores das matas, mas também sobre a qualidade da água das nascentes e dos córregos, visando identificar os resíduos da produção agrícola, embora isso não ocorra normalmente. Mas, assegurou que o que a comunidade tem feito, em relação a isto, tem sido através da Associação, com campanhas e elucidação pra que nenhum agricultor deixe escoar e nem colocar resíduo abaixo de rio, de córrego, o que pode ocasionar a contaminação do lençol freático.

“A gente sempre recomenda fazer a tríplice lavagem das embalagens, recomendamos não jogar embalagem de agrotóxico em rio e nem em lugar nenhum, pois contamina o solo. E, graças a Deus, através da Associação que eu fazia parte, nós estamos conseguindo um bom êxito em relação a isso”.

O agricultor acrescentou ainda que a Defesa Vegetal e Sanitária, ligada ao Governo do Estado do RJ, tem realizado relevante trabalho de palestras, particularmente, sobre a maneira adequada de usar o agroquímico, como dar o destino final para o resíduo, para embalagem e como descontaminá-las. Desde meados de 2006 existe um posto de recebimento de embalagem em Friburgo, junto à CEASA – e isso tem sido bastante aceito pela população que já está colaborando por dois anos.

A maior problemática ambiental, para o agricultor Ribamar, se refere à questão dos agrotóxicos. Entretanto, fez questão de relatar a existência de um programa, o *Frutificando*, que é diferente do programa que aconteceu na região Norte-Noroeste do Estado, o *Frutificar*, que incentivou a produção de frutas tropicais através de sistemas de irrigação, inspirado por projetos do semi-árido nordestino. Sobre essa experiência, vale ressaltar que a região Noroeste do Estado do RJ possuía a época a pluviometria bastante próxima à taxa do semi-árido nordestino do Brasil. O secretário ressaltou que vários são os fatores para a situação ser diametralmente oposta entre as regiões Noroeste e Serrana, especificamente, Nova Friburgo: a sensibilidade dos agricultores, o tipo dos terrenos, a dificuldade de ocupação ocasionada pelo relevo, terras frias, que são mais produtivas, e na região Noroeste, por possuir um clima mais quente, foi usado muito o gado, após o declínio da atividade agrícola, que avançou extensamente naquela região, degradando ainda mais as terras já ameaçadas pela monocultura.

O programa desenvolvido em Friburgo contemplava aqui, morango e goiaba. Foram conhecidas as experiências de Minas Gerais e do Espírito Santo para posteriormente serem incorporadas na região. A partir do programa *Frutificando* houve a redução de 70% do uso de agrotóxicos no morango, segundo estimativas trazidas pelo agricultor. Esta atividade foi incrementada ainda pela assessoria técnica dada pela ANVISA, que esteve na região demonstrando o caráter prejudicial de alguns princípios ativos usados na lavoura.

Dessa forma, pode se dizer que na lavoura de cultura extensiva diminuiu bastante o uso, dentre alguns aspectos, pelo esforço do poder público. Os agricultores usavam quase

100% de uma mesma variedade, entretanto, foram conseguidas do Chile duas novas variedades menos suscetíveis às infestações; “então, além de nós colocarmos na mesa um morango de variedade mais saborosa, com bem menos uso de agrotóxico”. Entretanto, o mesmo ainda não se tem notícia em relação à produção agrícola familiar, maioria na região, compostas por pequenas e médias propriedades, cuja utilização de agrotóxicos ainda permanece alta.

Em relação às questões ambientais, o secretário municipal de agricultura destacou claramente na sua entrevista que quanto mais se trabalha um item de cultivo, os valores que se agregam a este tipo de atividade também aumentam. Para o secretário, essa equação representa a produção agrícola no Brasil, o que torna evidente o surgimento de problemas em relação ao meio ambiente, “seria até inconcebível se não acontecer”. O secretário se refere ao fato da primazia da produção agrícola da região estar *naturalmente* associada à intensa contaminação ocupacional e ambiental por agrotóxicos, como se este fosse um dos custos para o benefício da produtividade agrícola. Então, no que se refere à história da produção agrícola na região, houve danos sérios em relação à Mata Atlântica, como com os desflorestamentos e às queimadas, mesmo assim, o município possui ainda mais de 60% de Mata Atlântica, apesar de toda a produção agrícola, segundo o secretário; “você pega, por exemplo, Noroeste do Estado do RJ, você tem menos de 2% de Mata Atlântica”, além de baixíssima produtividade agrícola, ocasionada pela intensa degradação sócio-ambiental, promovidas pela monocultura do café e pela pecuária⁸⁵.

Junto à EMATER, nem sempre foram exitosas as visitas realizadas ao escritório local. Isto se deveu em parte à dinâmica dos horários dos técnicos que muitas vezes estão prestando atendimento nas lavouras e “precisam” muitas vezes fechar o escritório situado no Centro de Nova Friburgo. Durante uma destas visitas conheci um “ex-agricultor” que aguardava pela chegada de algum técnico, assim como eu, mas, no seu caso, para orientá-lo em relação a uma doença que atacara seus pés de jabuticaba. Sr. Leonel Monteiro desejava saber que tipo de “remédio” utilizaria em suas árvores “doentes”. Enquanto aguardávamos pela chegada de algum técnico, conversamos acerca da sua história pessoal, e pudemos perceber um pouco do grau de reconhecimento desse tipo de órgão público para os agricultores, especificamente, por parte daqueles sem formação técnica ou profissional. Contou que largara a lavoura em virtude da idade já avançada. Mas garantiu que, na sua região, Lumiar, muita gente ainda vive apenas da lavoura, motivo de muito orgulho para ele. Falando sobre a questão ambiental na região, disse que o “IBAMA deveria orientar

ensinar, conscientizar, passo-a-passo, as atividades do agricultor e não apenas chegar multando, de forma repressiva”. O agricultor se referia a um sentimento de revolta que tomou parte de agricultores, principalmente os “pés d’água” (na região, indivíduos alcoolistas) que “botam fogo de propósito” nas matas, por conta da atuação “agressiva do IBAMA”.

Diferentemente de outros depoimentos apontados na pesquisa, a questão ambiental, para o agricultor Ronaldo, de Janela das Andorinhas, foi manifestada dentro de sua impressão sobre o que considera estarmos passando por um momento de crise ecológica:

“Não é impressão... É observação mesmo. Porque, todo ano, nessa época, (Janeiro/Fevereiro) já estava chovendo bastante. Hoje, já era pra estar no veranico e você vê, hoje, aqui, está fazendo frio...”.

Quando ele fala em desequilíbrio, retrata uma avaliação que, no ano de 2007, nessa mesma época, já tinha chovido 700 mm, e, no ano de 2008, não chegou nem a 300 mm. Mas, o agricultor torna a falar sobre o problema ambiental que o agrotóxico ocasiona. E descreve a lógica que acredita ser adotada por parte dos produtores:

“O agricultor acha que é o veneno que segura ele. Mas ele esquece que isso tem um custo elevado, e mais ainda para a saúde dele, do ambiente. O agricultor convencional não quer saber de meio ambiente, de vizinho, a água que vai usar o futuro dos netos... ele só pensa no momento. E a gente tem que plantar pensando no futuro, se não a gente acaba se dando mal”.

Não se pode deixar de resgatar a informação que torna o depoimento de Ronaldo singular: ele é um dos pioneiros e incentivadores da agricultura orgânica tanto na localidade onde habita e trabalha Janela das Andorinhas, quanto em outros lugares. O agricultor tem sido, vez por outra, convidado a prestar depoimento, entrevista, seja para pesquisadores, seja para algum tipo de imprensa, além de realizar trabalhos de assessoria e consultoria técnica.

Para o agente local da FEEMA, no meio rural, os principais problemas ambientais referem-se ao uso dos agrotóxicos e as suas conseqüências, em primeiro lugar, depois, os incêndios, “naturais” e “artificiais”, isto é, ocasionados clandestinamente, e,

posteriormente os desflorestamentos. Sobre os agrotóxicos, foi bastante direto ao dizer que o produtor usa bastante agrotóxico e não recebe orientação significativa, e, quando recebem, são feitas por vendedores em lojas, por exemplo, da localidade de Conquista. Mas, ainda que de uma forma ampla, o agente referiu-se à questão ambiental como conflituosa na região de Lumiar, onde se estabeleceu, para ele, durante uma época ações repressivas, autoritárias e sem orientações educativas por parte de agentes do poder público. E, segundo contou, isto se deveu pela precarização da ação dos órgãos competentes, que por vezes demoram a fazer o licenciamento ou a dar a permissão do desflorestamento para o cultivo – o que prejudica a época de cultivo de determinado item e compromete o rendimento de algumas famílias. Muitas vezes essa dimensão não foi observada e o agente a identifica e destaca como fundamental para o exercício de uma política pública. Mas, falando sobre os incêndios, revelou que têm ocorrido de forma criminosa e como forma de represália: “em vez de queimarem um ha (hectare), que é permitido, queimam quatro ou cinco ha”.

Outra versão para a situação de queimadas propositais, de acordo com o grupo de ambientalistas entrevistado, está ligada ao fato da atividade agrícola não ser mais vista como compensadora, visto que os filhos de produtores não se interessam mais por essa ocupação, por vezes, devido às alternativas proporcionadas pela vida no meio urbano. Dessa maneira, a lavoura tem ficado mais para subsistência, como é o caso do 5º e 7º distritos, às regiões de Lumiar e São Pedro da Serra.

A maior parte dos ambientalistas entrevistados é composta por militantes e técnicos do CECNA, Centro de Estudos e de Conservação da Natureza, que é uma das mais antigas ONG's do Brasil, com cerca de trinta anos de atuação. De acordo com um dos militantes e técnico ambiental, Jair, existe um grupo de ambientalistas militante muito forte na região, presente em todas as discussões sobre o meio ambiente, que, além disso, recebem muita influência de pesquisadores e ambientalistas de fora. Outro técnico, Renato, que é advogado e ambientalista, conhece a realidade dos problemas do 5º e 7º distritos há algum tempo. Segundo contou, luta já há uma década pela constituição de um corredor ecológico que integre Nova Friburgo com a Serra dos Órgãos, em Teresópolis. Atualmente, se dedica na atuação contrária ao fechamento de poços de rios para o banho em Lumiar, defende a constituição de pequenos parques municipais de proteção ambiental, voltado para o lazer de turistas e moradores.

Para o grupo, as ONGs hoje têm uma participação e engajamento maior da comunidade, uma atuação mais eficiente na região por possuírem um corpo técnico mais qualificado que há anos atrás, conhecem os caminhos e as possibilidades de denúncia, cobrança e intervenção, como no caso com o Ministério Público. A militância na região tende a melhorar cada vez mais em função das articulações entre os setores da sociedade e a realização de projetos ambientais serem crescentes. “A sociedade se tornou mais ambientalista”, completou Renato. Já para Jair, a atuação dos militantes é oscilatória por natureza, mas é permanente. E, em Nova Friburgo, prevaleceu durante um tempo uma militância mais ideológica que técnica, diferentemente de hoje, possivelmente, pela cidade ter se tornado um pólo acadêmico-científico, com a presença de universidades particulares e públicas, incluindo centros de pesquisa, que redundam em cursos e especializações para a comunidade acadêmica local.

Indagados acerca dos problemas ambientais da região, a fala dos ambientalistas não se mostrou homogênea. De acordo com Jair, “a situação é problemática”. Embora haja monitoramento, fiscalização, as ações são consideradas muito lentas. Um exemplo citado é o caso da Bacia do Rio Bengala, que corta o município, além dos Rios Cônego e Santo Antonio. Inexistem ações relevantes para a contenção do despejo de efluentes no rio, todo o esgoto do município é jogado *in natura* no rio, por outro lado, pela água ser considerada cara e o lençol freático abundante, existem diversos poços artesianos sem a devida regulamentação. O tratamento da água que existe é primário, ocorre apenas a etapa de cloração, além disso, inexistente uma ETE, Estação de Tratamento de Esgoto, numa região de destacada importância ambiental.

No entendimento de Renato, com relação à emissão de efluentes industriais, nem todas as empresas possuem tratamento de esgoto ideal. A empresa STAM está com licenciamento operacional em dia, e a ARP, tem deixado a desejar em relação às suas emissões, não possuindo licenciamento, pra citar dois exemplos, de empresas grandes, um de cada lado. Além disso, podem ser destacadas empresas que se utilizam os recursos naturais indevidamente. A concessionária CAENF, Concessionária de Água e Esgoto de Nova Friburgo, é vista como uma entidade que visa principalmente seu equilíbrio econômico, além de alegar que existem muitos casos de inadimplência, o que influencia nos altos valores cobrados pela água. Quanto ao esgoto, não há ETE, a coleta é inadequada nem tão pouco existe o tratamento. Vargem Grande, bairro próximo a Olaria, que há vinte anos era rural, e hoje se apresenta como uma área periférica existe lançamento de esgoto *in*

natura. No interior, nos distritos rurais o problema para o grupo é o das fossas, cujo uso é questionável quanto à possibilidade de infiltrar no lençol freático, contaminando a água da comunidade. Foi apontada também a questão do desmatamento, a falta de estímulo para o proprietário manter a sua terra preservada que, para não ter na sua terra a regeneração da mata, com a capoeira, que pode diminuir a sua liquidez, mantém gado na propriedade, sem valor comercial, para exclusivamente manter a terra para a especulação imobiliária. Trata-se de um problema sério, pois, o proprietário em comum acordo com algum agente da periferia, permite que aconteça um loteamento, clandestino, que, depois junto à Companhia Elétrica, se consegue a ligação de um relógio, passa a habitar a área, para, depois, buscar uma brecha para ter o direito para a fixação regular do seu domicílio.

Tanto para Jair quanto para outro técnico, Renan, outra problemática ambiental se refere ao lixo, no que depoimentos de agentes públicos também convergiram nessa constatação. A coleta é considerada insuficiente na periferia do centro, menos ainda nos distritos rurais, que acabam o colocando de forma aleatória nos arredores das lavouras e das propriedades. O aterro de Friburgo não é considerado sanitário, mas, o aterro sanitário que serve a Friburgo é privado e fica próximo ao município de S. M. Madalena, distante cerca de 30 km do centro. Renato lembrou a ocorrência de outros graves problemas, como os deslizamentos de terra, devido à declividade da região, que é acentuada pela instalação de loteamentos irregulares, sem planejamento, que invadem as costas dos morros. Na época chuvosa, persistem as quedas de barreiras, deslizamentos, enchentes nos rios Grande e Bengalas, que cortam a cidade. Na última época de intensas chuvas houve mais de doze casos de óbitos noticiados na mídia local, relativos a deslizamentos, soterramentos e afogamentos. Mas, de acordo com um enfermeiro do Hospital Municipal Raul Sertã, e amigo de outro ambientalista da região, Sávio, passaram de doze casos de óbitos. Ao lado disso, na época da seca, a proliferação de queimadas, que se tornam constantes, principalmente, em áreas monumentais, como Pedra da Catarina, região do Pico da Caledônia, regiões que muitas vezes são queimadas por proprietários que têm o desejo de manter limpo seu terreno para a especulação imobiliária, diferentemente do que foi apresentado sobre os incêndios propositais na área rural.

Outro problema ambiental apresentado pelo grupo é a capina, inclusive no centro da cidade, que é feita muitas vezes utilizando-se herbicida, visto que o trabalhador julga mais prático e menos cansativo. Sobre as matas, os ambientalistas afirmam que as florestas da região foram crescendo nas últimas décadas. E, nesse ponto, foi destacada que o maior

inimigo das florestas não é a atividade agropecuária, mas sim os loteamentos para a expansão imobiliária. Já que, atualmente, justamente as áreas de florestas passam a ser entendidas como atrativas para a especulação de um futuro loteamento de luxo ou “ecológico”. De acordo com o relato do grupo, recentemente, agentes da prefeitura defenderam a criação de uma estrada circular, “ecológica”, por onde o turista iria percorrer caminhos antigos. O seu tamanho seria o suficiente para comportar dois ônibus. Afora as questões de incremento do turismo na região, o risco apontado é com relação à especulação imobiliária que se beneficiaria dessas obras, comprometendo os recursos naturais, alguns deles, considerados em estágio de regeneração. Outra proposta da prefeitura que os ambientalistas estão se opondo é com referência à construção de um lago na região de Alto da Caledônia, para produzir energia e criar loteamentos luxuosos nas suas proximidades, o que levaria conseqüentemente a um processo de ocupação irregular nessa região. Segundo um dos ambientalistas, a região possui mansões de atores de TV, com terrenos avaliados em mais de 500 mil reais.

No momento da entrevista onde o grupo homogeneamente criticava a cultura consumista da população como vetor principal da degradação ambiental em todas as realidades, o ambientalista Renato questionou a cultura utilitarista da classe média e alta de possuírem propriedades em vez de utilizarem os serviços turísticos da região, que levariam mais benefícios para a população da mesma, além de se usufruir daquele ambiente do jeito que ele sempre foi à sua forma natural, sem maiores interferências. Mas, não se pode deixar de mencionar, que se existe a situação da especulação em Nova Friburgo é por que existe muita demanda. E quem compra estes terrenos e sítios geralmente são pessoas das classes médias do Rio Janeiro e Niterói, que gostam de natureza, fatores estes que auxiliam na constituição dos motivos para os conflitos na região, particularmente, no 5º e 7º distritos.

3.8 – Ações institucionais

Nesse item destacamos a atuação e algumas posições de técnicos e agentes de órgãos públicos existentes na região, realizadas frente à apropriação do marco regulatório referente à agricultura, à saúde e ao meio ambiente.

O secretário municipal de agricultura declarou que, do ponto de vista administrativo, quando assumiu a gestão em 2004, não tinha idéia do que se produzia em

termos de agricultura em Nova Friburgo. Para tanto, elaborou um cadastro rural, que se mostrou muito próximo da realidade encontrada posteriormente. Inicialmente, acreditava-se que era pra ser feito pelo Estado, e depois se retiraria a percentagem de Friburgo. Mas, existem alguns indicativos relevantes a se ponderar: Friburgo, Sumidouro e Teresópolis formam o maior bolsão agrícola do Brasil, comprovadamente pelo IBGE. Não existe realidade próxima e essa, destacou o secretário.

“Então, logicamente, se você concentrar uma grande produção seja do que for, os grandes problemas inerentes àquela atividade agrícola vão ser mais evidenciados. Não por culpa de alguém, descaso de alguém, mas por ser sub-produto do que está sendo feito. Um lugar onde existe uma das grandes produtividades agrícolas na América do Sul, é lógico que os problemas vão ser, contaminação por agrotóxico, contaminação do meio ambiente, uso indevido do solo” (Silvio, 2006).

Esta passagem é emblemática, pois o secretário deixa clara a concepção que naturaliza as conseqüências sociais e ambientais ocasionadas pelo tipo de manejo da agricultura empregado na produção agrícola da região. Como se não pudesse ser de outra forma. Na sua visão, não existiu por parte do poder público um modelamento da atividade agrícola. Portanto, a produção se desenvolveu de forma aleatória. A partir do ano de 2001, entretanto, a secretaria tem realizado ações em prol deste necessário modelamento para a agricultura em Nova Friburgo. Essa discussão em torno do modelamento da agricultura pode explicar em parte as controvérsias em torno da entressafra na região.

Durante alguns anos a secretaria de agricultura não possuía nenhum dado técnico sobre a atividade agrícola, o que impossibilitava a realização de trabalhos específicos. No início desta gestão, em 2004, foi feito um cadastro rural que apontou diferentes demandas. A partir de então, na visão do secretário de agricultura, a comunidade passou a se organizar, visto que até então não se organizava politicamente. Para ele, o divisor de águas no município foi o *Programa Associar*, que tinha, em 2000, oito associações de produtores rurais, e ao término de 2004, contava com mais de trinta. Dessa forma, foi criada uma malha de estruturação agrária relevante, talvez uma das maiores do Brasil, pois, como afirma “não temos idéia de outro município trabalhar tão rapidamente o associativismo”. O que ele destaca é que não há outra possibilidade de inovação na produção agrícola que não seja o associativismo. Esta idéia da associação e de cooperativa foi oriunda da

comunidade, o que ficou demonstrado pela mobilização para a constituição das mesmas. O programa da secretaria, Associar, foi considerado o mais importante, e permitiu uma capilaridade das informações públicas que antes não havia. Nessa mesma linha, posteriormente, foi criado outro programa, o *Escoar*, que é um programa de manutenção da estrada agrícola, onde foram compradas máquinas, equipamentos, caminhões alugados, para a execução do programa. Isto se deveu em função das perdas da produção, que giravam de 15 a 30% de colheita sem ser retirada, de acordo com os dados da prefeitura.

Um exemplo importante, na visão do secretário, é a região de Vargem-Alta, que tinha duas associações de produtores rurais; Vargem Alta de baixo e Vargem Alta de cima. Numa reunião conseguiam reunir cinco pessoas, na outra nove. Nesta época não tinha muita produção agrícola organizada, “aquilo era uma terra de ninguém”, na visão do secretário. Foi quando o programa propiciou a demonstração que só o esforço coletivo dos produtores poderia mudar a situação. Dessa maneira, entre muitas conversas, foi possível fazer uma única associação, que hoje conta com a participação de 90, 100 pessoas nas reuniões. O que fica notório é o fato das associações de produtores rurais atualmente estarem fazendo o papel que no passado era das associações de moradores. O que, por um lado, pode auxiliar na explicação do esvaziamento do sindicato dos trabalhadores rurais na região.

Em relação ao 5º e 7º distritos, mais precisamente em São Pedro da Serra e Boa Esperança, o secretário considera difícil o trabalho. Segundo o mesmo, existe uma influência externa muito grande, incentivada pelos “pseudo-intelectuais”, pessoas geralmente de uma classe econômica privilegiada, “que só estão na região no fim-de-semana e ficam falando. O cara não tem nada pra fazer no Rio, aí encontra uma área de prosperidade intelectual...”, ironizou o secretário. Na sua visão, a identidade cultural do local foi se perdendo, pois a comunidade local não detinha argumentação satisfatória contra aquelas palavras, o que comprometia a representação da comunidade para estes indivíduos que mesmo dessa forma o faziam.

A secretaria de agricultura é voltada para o fomento da atividade agrícola. Só que 80% da produção agrícola de Friburgo fica no 3º distrito, na “cabeça do cachorro” (região norte do município, no mapa), lugar pra onde se voltou a produção. Um lugar que entrou pra política pública municipal mais recentemente foi Vargem Alta, com intensa produção de flores pro mercado nacional, que conta com 6,5 km de asfalto para escoar a produção.

Foi o que eles ganharam com a política pública de inclusão. Por outro lado, Boa Esperança, Lumiar, Benfica, Gaudinópolis, entre outras localidades dessa região, segundo o secretário:

“É uma guerra entre eles, um não gosta do outro, o outro não gosta do outro... Aqui, é secretaria de agricultura e conseqüentemente os assuntos tratados aqui são envolvendo a agricultura, aqui não é secretaria de ação social, promoção social”.

Afirmava, explicando o fato de algumas localidades não estarem se beneficiando dos programas da secretaria em detrimento de outras. Uma das questões que se identificou foi uma competição maléfica entre diferentes localidades. Por certo ponto de vista a competição pode ser considerada saudável quando une a comunidade, quando esta se fortalece em relação ao poder público. Nessas localidades, nas reuniões iniciais que o secretário participava as pessoas não tinham nem idéia do que é o produtor rural, segundo ele:

“É difícil você defender uma bandeira que você não conhece. Pior que a não representação, é a representação ruim. Então as coisas no 5º e no 7º distrito, principalmente, não evoluíram exatamente por isso, as lideranças não se expressavam, pois as pessoas mais organizadas foram tendo ganhos”.

Neste contexto, o quadro é mais favorável nas localidades como São Lourenço, Santa Cruz, Baixada de Salinas, que são comunidades que começaram a acompanhar o ritmo da atuação dos programas de fortalecimento agrícola desde o início. A principal meta foi difundir a proposta associativista, sem ser paternalista ou forçar a composição de associações. Na região São Lourenço, conhecida pela intensa produção agrícola, existe uma escola agrícola de origem Belga que representa uma alternativa de educação para o trabalho, sem os vícios e os riscos de uma prática agrícola convencional. A rotina da instituição alterna as semanas: uma semana na escola e uma em casa para auxiliar na lavoura dos pais. Para o grupo de agentes de saúde entrevistadas, as mulheres são donas-de-casa, atuam como domésticas faxineiras e nas lavouras. Segundo uma agente oriunda da região de São Lourenço, que é também esposa de agricultor, o problema do agrotóxico já melhorou muito.

“Os técnicos vêm das lojas, alguns são agrônomos e visitam as lavouras para o uso adequado do agrotóxico”, pois o lucro dos agricultores era considerado pequeno. “Hoje os produtos químicos são fiscalizados”.

Esta agente assegura que as embalagens dos agrotóxicos são guardadas e não mais dispersada nos arredores. As reuniões das associações de produtores, que reúnem freqüentemente os trabalhadores rurais para discutirem diferentes assuntos, parecem ter substituído as reuniões de associações de moradores. Nessa lógica, os moradores mais antigos são considerados mais resistentes para freqüentar esta nova modalidade de reuniões. Sobre a agricultura, para uma das agentes, a agricultura orgânica não deu certo na região, pois não atende à grande produção e nem oferece “a beleza e a aparência que a agricultura convencional oferece”.

As dificuldades encontradas para a promoção da saúde são, geralmente, segundo o depoimento das agentes, o alcoolismo, incluindo o feminino, higiene precária, baixo peso e desnutrição infantil, que representam sérios problemas sociais e de saúde. No caso da deficiência alimentar, uma contradição, se considerarmos que o mesmo lugar é responsável pelo plantio de alimentos. O grupo de profissionais do posto declarou que durante o período de aleitamento materno as queixas e os casos envolvendo atendimento de crianças é mais baixo. Após o aleitamento os casos começam a aumentar principalmente as doenças respiratórias, o que corrobora toda a retórica sanitarista acerca da relevância do aleitamento materno-infantil durante a primeira infância. Muitas casas foram descritas como “úmidas e empoeiradas”. Na estrutura do posto é sentida a ausência de um profissional administrativo, pois essas tarefas ocupam parte do tempo de atendimento das profissionais do atendimento específico. Um ponto a ser destacado em relação à atuação do PSF foi a melhora na estrutura e no uso das fossas sanitárias.

O chefe do escritório local do IBAMA, destacou a rotina de trabalho do órgão de meio ambiente ligado ao atendimento para 15 municípios, com apenas sete técnicos. As principais atividades são a fiscalização e licenciamento das áreas federais, como, por exemplo, as imediações do Rio Paraíba do Sul. A fiscalização é feita nas áreas protegidas. Em 2007, completaram-se três anos sem receber recursos financeiros para o funcionamento e atuação do escritório regional. Enquanto o escritório era montado, em 1996, foram destinados dois automóveis para o trabalho. De acordo com o chefe do IBAMA, por

determinação da então Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, os trabalhos dos escritórios direcionaram seus esforços para, principalmente, as ações de licenciamento. Comparativamente, pode-se dizer que com esse perfil de trabalho não se teriam atividades acumuladas como de costume. Outra questão manifestada pelo então chefe local do IBAMA trata do desgaste por terem suas atividades confundidas com as de outros órgãos públicos relacionados ao meio ambiente, pois, “tudo ligado a meio ambiente é o IBAMA”, afirmou. Durante o trabalho de campo novamente foi feita esta constatação; o meio-ambiente é percebido na região como sendo gerido pelo IBAMA.

Na região de Lumiar, no seu entendimento, muitos problemas passam pela topografia ser acentuada, o que favoreceu muitos cultivos se fixarem em áreas de declive ou em margens de rios, algumas sendo consideradas pela legislação como áreas de proteção, acarretando com isso diversos impactos sociais e ambientais. Muitas vezes os produtores rurais realizam aterramento de córregos, com canalizações precárias, para a prática da lavoura, o que por vezes redundam em “perdas agrícolas devido às chuvas”, destacou reduzindo criticamente as causas do problema.

Nesta direção, o trabalho de Sternberg⁸⁴ se torna uma referência para se ampliar e se entender a estrutura da co-relação, por vezes distorcida, entre precipitação de chuvas e a origem de tragédias sociais e ambientais, cada vez mais comuns e, via-de-regra, tratadas pela mídia de forma fragmentada e sensacionalista. Sternberg questionou a abordagem de parte da mídia e da academia da época que trataram “da maior tragédia que se acometeu na história da Zona da Mata mineira próxima ao estado do Rio de Janeiro”, devido a intensas chuvas. De certo, se descobriu que houve um fenômeno específico para a grande quantidade de água precipitada naquelas jornadas, mas, o que o autor destacou de forma veemente, foi o “abuso de mais de um século com a terra”, e este compreendido como o principal fator para a culminância daquela situação, que contou com deslizamentos, soterramentos e afogamentos.

Em janeiro de 2009 diferentes jornais da cidade do Rio de Janeiro noticiaram, por ocasião das chuvas de verão, que um município do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, que atravessava problemas relacionados a enchentes e deslizamentos, possuía mais da metade da sua população habitando oficialmente, com pagamento de impostos, à parte mais baixa do leito do Rio Paraíba do Sul.

Regressando ao caso de Nova Friburgo, de acordo com o chefe do IBAMA, se fosse levada em consideração a legislação ambiental “ao pé da letra, a maioria dos cultivos

seria comprometida”, já que se encontram em áreas que não são apropriadas ou proibidas pela legislação ambiental de 1986, ratificada em 1988. A partir do início de 2009, ao nível do governo federal, as pastas de agricultura e de meio ambiente têm travado uma vez mais divergências que colocam esses setores governamentais em oposição. Segundo a assessoria do Ministro do Meio Ambiente, visando defesa à proposta sobre o Novo Código Florestal Brasileiro, que estipula que as propriedades rurais localizadas na Mata Atlântica devem destinar 20% de sua área para a preservação, o que o Ministério da Agricultura critica, caso a legislação ambiental fosse levada totalmente em consideração, praticamente não seria possível boa parte das lavouras agrícolas espalhadas por todo o país. Esta colocação evidencia o caráter preponderante que muitas vezes a “práxis ambiental” deseja reedificar, como se estivesse acima das demais práticas. Por outro lado, não se pode perder de vista a imensa quantidade de biodiversidade e sociodiversidade muitas vezes comprometidas pelo avanço das monoculturas e do agro-negócio em casos como o brasileiro. A compatibilização dessas áreas nesses níveis de atuação parece cada vez mais difícil.

Outro órgão público de meio ambiente, desta vez estadual, a FEEMA, através de seu agente local, considerava a virada do ano de 2007-2008 um momento ímpar para os órgãos de meio ambiente, pois se estava às vésperas da unificação com a SERLA e o IEF, para se transformar no INEA, Instituto Estadual do Ambiente. Na ocasião, o assunto era tratado com credibilidade, pois possibilitaria trazer mais recursos humanos para a atuação na região, considerada o quantitativo de pessoal pequeno para uma atuação em 14 municípios, a maioria na região serrana do estado do RJ. A principal atividade do órgão vem sendo o licenciamento ambiental, particularmente, de indústrias, mas também de outros empreendimentos menores, como postos de gasolina, lava-jatos, “atividades com alto e médio poder de degradação do ambiente”. Para tanto, são realizadas visitas e fiscalizações em empresas. Esta demanda por licenciamento é grande nas indústrias e fábricas, devido, principalmente aos resíduos e à poluição. O instrumento para o licenciamento, um cadastro, é considerado pouco objetivo e extenso. Isto faz com que o licenciamento demore mais tempo para alguns empreendimentos e dificulte o acompanhamento posterior nos já licenciados, também “por falta de pessoal”. Neste contexto, seria desejável que o licenciamento se tornasse mais objetivo, para uma fiscalização mais eficiente.

De acordo com o agente local, os principais problemas ambientais na região são o lixo e o esgoto fora do centro de Friburgo, que são atribuídos como “caóticos”. Para o

centro de Friburgo o aterro de Campo do Coelho funciona “regularmente”. Devido à precária situação nos arredores do centro, uma empresa transformou uma fazenda em aterro sanitário legalizado, que vem recolhendo os lixos dessas regiões pouco atendidas pelas prefeituras, e levando estes dejetos para Santa Maria Madalena, município próximo. A controvérsia relativa a este aterro é em relação ao lixo hospitalar: “queimar ou não”. Na perspectiva do agente local, a região vive uma imprecisão das atribuições das atividades dos poderes públicos, o que tem sobrecarregado as atividades do Governo do Estado, “município não consegue, não tem condições e o governo federal está distante”.

A orientação técnica da EMATER é destinada à assistência do produtor rural e a sua família. Esse suporte possui aspectos técnicos, sociais e assistencialistas, no sentido da saúde. A meta principal dos técnicos é viabilizar, junto ao produtor, o seu empreendimento dando as informações técnicas necessárias. Há, em pequena escala, orientação para a agricultura orgânica, mas, principalmente, para a agricultura convencional. De acordo com um dos técnicos responsáveis pelo atendimento, trabalham junto com o PRONAF, Programa Nacional de Agricultura Familiar e incentivam a diminuição do uso de agrotóxicos. Nesse sentido, acredita ter diminuído o consumo, principalmente, pelo aumento dos preços, que, na sua concepção, é o que mais “breca” o agrotóxico na lavoura.

Na visão de um técnico da EMATER, a região é um agregado de climas variados e com altitudes bem diferentes. Isto favorece a produção agrícola durante todo ano e com grande variedade. A maior região produtora, na sua visão, é a que fica próxima ao CEASA de Conquista, também próximo a Sumidouro e Teresópolis: “um dos maiores produtores do estado, do país, do mundo...”.

Durante algumas visitas realizadas na EMATER e na Coordenadoria de Defesa Vegetal e Sanitária, quase não se percebeu a instalação bem próxima do Sindicato do Trabalhador Rural, de Nova Friburgo. Isto porque, de fato, ele tem um aspecto muito mais parecido ao de uma loja de produtos agropecuários que de um sindicato. Desfeita essa dúvida, pudemos conhecer e conversar com o seu presidente. O sindicato, entre 2007-2008, realizava atendimento ambulatorial de pediatria, odontologia e clínica médica, duas vezes por semana. Para este atendimento possuem uma demanda de cerca de 500 atendimentos por mês. Devido às escassas condições financeiras, atuam apenas com prescrições e indicações para as solicitações de exames, pois não possuem a estrutura de laboratório. Uma queixa freqüente relatada pelos trabalhadores e identificada pelo presidente do sindicato é a “dor de cabeça”. No plano burocrático, a principal dificuldade que o sindicato

encontrava nessa época residia na dificuldade do trabalhador rural, em especial, à trabalhadora rural, em se aposentar, devido a não possuírem documentos comprobatórios da atividade, na sua visão “existia um receio em ser identificado como lavradora, era preferível ser dona-de-casa, depois é que as coisas mudaram”.

Em relação ao trabalhador rural, considera uma classe desunida e sem muita “instrução”, o que favorece, por exemplo, à utilização irracional de agrotóxicos. Destacou que o secretário de agricultura da época incentivou à elaboração de associações de produtores rurais, conforme relatou o próprio secretário, mas, que, na sua visão, isto enfraqueceu o papel e a representatividade do Sindicato. À época do trabalho de campo, o presidente nos garantiu que o sindicato sobrevivia com a venda de produtos agropecuários, com a exceção de agrotóxicos.

Outro órgão relevante e pesquisado, associado à gestão de rios e lagoas, foi a SERLA, Secretaria de Estado de Rios e Lagoas. Nela, obtivemos informações, à época, que nos direcionaram para a Patrulha Avançada da Região de Nova Friburgo, local onde funciona o escritório local da secretaria. O agente local prestou depoimento que apresentou a composição da equipe formada por cinco agentes, que atuam em toda a região de Friburgo, incluindo ainda o município de Petrópolis. Mais uma vez se identifica uma extensa região, atendida por reduzido número de pessoal. Em 2007 realizavam um trabalho em parceria com a CAENF, Concessionária de Água e Esgoto de Nova Friburgo, para o cadastramento dos usuários de água de fontes alternativas, isto é, aquelas que não fazem parte da distribuição da rede convencional, são nascentes de rios, riachos, poços artesianos, entre outros. Para o agente:

“O lençol freático é abundante e existe uma quantidade enorme de lojas, residências, empresas, fábricas, entre outros, que possuem poços artesianos. Com estes, a concessionária não recebe pelo seu serviço”.

Além disso, pode se acrescentar que esta situação caracteriza o não atendimento de resoluções governamentais que atribuem à oferta de água potável por empresas tecnicamente qualificadas, uma vez que a água representa relevante recurso natural correlacionado à saúde pública, através da prevenção de agravos à saúde e de possíveis acidentes, como desmoronamentos, soterramentos e contaminações ocasionados pela construção precária dos poços. Segundo o agente, estes acidentes não são tão raros como se

imagina. Na área rural não há sistema público de oferta de água o que torna permitido, em alguns casos, a perfuração de poços. Para a SERLA se pode entender esta situação enquanto “uma exceção”.

De acordo com este órgão, Nova Friburgo, tanto nos distritos rurais, quanto no centro do município, possui a qualidade da água considerada dentro dos limites da potabilidade. Entretanto, no campo, por existirem captações de águas superficiais, como através de nascentes, córregos e rios, aumentam-se os riscos de contaminação por dejetos químicos das lavouras e do esgoto domiciliar. Fato este que inclusive vem sendo apontado pela produção acadêmica da área da saúde nessa região.

A concessionária local, CAENF, após cruzar dados, emite periodicamente listagem de usuários que não estão usando o sistema de água oficial, embora habitem suas residências normalmente. Esta situação praticamente comprova que a perfuração dos poços ocorreu de forma ilegal. Estes usuários são notificados a fazerem seu cadastramento, o que, quando não acontece, ocorre intimação para comparecerem obrigatoriamente à SERLA. Embora seja uma atribuição legal a regulação e a oferta da água por parte de uma concessionária, para alguns agricultores este recurso natural não representa nenhum tipo de conflito socioambiental devido ao interesse econômico da empresa em manter a arrecadação perante o recurso natural que, na realidade, é um bem público e não particular.

Cap. 4 – Considerações finais

“O comportamento tacaño dos homens com a natureza condiciona o comportamento tacaño dos homens entre si”.

Karl Marx: Ideologia Alemã.

A presente tese representou um esforço de compreensão da interação entre as dimensões da produção agrícola e a preservação do meio ambiente. Foi possível refletir sobre possíveis estratégias a serem desenvolvidas para a atenuação de alguns problemas sociais, ambientais e de saúde, manifestados, por vezes, através de conflitos socioambientais. Estes conflitos escondem, por vezes, as desigualdades sociais e as diferentes relações de poder entre as classes sociais no campo. Com esse entendimento, os conflitos socioambientais, em nível local ou global, têm oferecido bases para a mudança da consciência ecológico-ambiental, *engessada* nas últimas décadas. Este estudo se une a outros que demonstraram a necessidade cada vez mais premente de modificar a consciência ambiental para uma ética da sobrevivência humana e não apenas ambiental.

Embora tenha sido abordado, nos últimos anos, o problema da interação entre grupos humanos e unidades de conservação, identificou-se que os interesses e a disputa dos diferentes atores sociais - algum deles tradicionais - pelos recursos naturais não estão claramente representados na agenda oficial de defesa da biodiversidade. Isto se deve em parte à prevalente compreensão atrelada a uma perspectiva biologicista clássica. Cabe dizer que tanto a defesa da agricultura quanto do meio ambiente estão vinculadas a ideologias e a diferentes interesses, que nem sempre são meramente de caráter técnico.

A preservação ambiental em áreas rurais de Nova Friburgo é fundamentalmente representada pela preservação das vegetações remanescentes da Mata Atlântica. Com a implementação das leis ambientais, se tornou um detonador de situações conflitivas entre produtores rurais e representantes de instituições públicas ligadas ao meio ambiente. As razões para a constituição dos conflitos socioambientais em áreas rurais de Nova Friburgo contrariam estudos deste tema, que atribuem à degradação ambiental a principal causa dos

conflitos, No caso de Nova Friburgo, foi a manutenção dos recursos naturais que tem propiciado desentendimentos e conflitos socioambientais.

Nesta região, recursos naturais como a água, os alimentos e o ar, próximos às lavouras, não possuem a mesma fiscalização que recursos como as matas e florestas, e não estão situados na arena dos conflitos socioambientais. Embora seja reconhecida a correlação negativa entre o trabalho na agricultura e o uso de agrotóxicos, inexistente, no setor de saúde local, um protocolo de atendimento clínico para a recepção de trabalhadores rurais com suspeita de intoxicação por agrotóxicos, favorecendo à sub-notificação dos casos e a “invisibilidade” deste problema de saúde pública e, mais precisamente, de saúde do trabalhador. A inexistência de conflitos entre os atores relacionados com o uso de agrotóxicos em lavouras foi entendida como comprometedora para a constituição e legitimação de atores sociais que buscam mudanças no processo de trabalho.

Dessa forma, insisto que o conceito de intoxicação intergeracional pode ser aplicado nas áreas rurais de Nova Friburgo, devido à identificação de casos de agricultores intoxicados por agrotóxicos cronicamente, cujos pais já praticavam o mesmo processo de trabalho que os avôs e também se intoxicavam. A ocorrência de outros agravos à saúde da população rural ainda são percebidos com o caso de crianças abaixo do peso nas áreas rurais, a suspeita de existirem jovens e adultos com dificuldade no aprendizado, o estresse, a ansiedade, a depressão, bem como agricultores, ainda em plena idade produtiva, com tipos diferentes de neoplasias (câncer), embora não exista nenhum estudo nesse sentido. Acreditamos, assim, que a promoção da saúde nas áreas rurais de Nova Friburgo está condicionada à mudança do tipo de manejo agrícola empreendido, neste caso, com intensa utilização de agrotóxicos.

Neste sentido, para a resolução dos conflitos em torno das áreas que poderão ser agricultáveis ou protegidas, acreditamos ser fundamental a inclusão e o fortalecimento das comunidades nas discussões da agenda ambiental desde o início das atividades, desenvolvendo opções possíveis de acordo, através de significativo incentivo à produção sustentável.

Do ponto de vista da atuação de instâncias públicas, se constatou a precarização de alguns órgãos públicos, como a EMATER, em relação ao incentivo e orientação à atividade agrícola, diferentemente da Secretaria Municipal de Agricultura, com notória participação no espaço governamental. Coexistem divergências entre estes dois órgãos, que culminam em ineficientes ações políticas para o setor. A ampla utilização de agrotóxicos

na região foi considerada pelas duas entidades como proporcional à magnitude da produção agrícola da região.

Até 2008, em Nova Friburgo, existiam diferentes órgãos para fiscalização do meio ambiente, como FEEMA, IEF e IBAMA, que atuavam ora de forma coordenada, ora de maneira descoordenada. O ponto comum e mais freqüente parece ter sido a natureza repressiva de algumas operações de fiscalização conjuntas com a Polícia Militar, freqüentes durante o fim da década de 1990 e início dos anos 2000. Esta situação gerou, de acordo com alguns produtores rurais, à “criminalização da agricultura”, ocasionando denominações, como: “demonização do IBAMA, da APA ou dos ambientalistas”, feita por agricultores perante os indivíduos ligados à fiscalização do meio ambiente que, por esse motivo, são considerados contrários aos interesses dos agricultores familiares.

A desarticulação das instâncias públicas nessa região é também agravada pela constante falta de pessoal suficiente para a área de fiscalização. No caso do meio ambiente, a área de abrangência compreende todos os municípios da região serrana e conta com poucos fiscais. Esse quadro denota a ineficiência para enfrentar uma situação que todos os órgãos públicos identificam: a problemática em torno dos agrotóxicos usados em todo o município. Este exemplo é o que melhor evidencia as conseqüências negativas ocasionadas por esses desencontros entre as instâncias públicas municipais e estaduais que atuam na região. Com isso, é demonstrada outra desarticulação: a preocupação ambiental vigente em Nova Friburgo ainda não está ligada à promoção da saúde. Um exemplo disso é atuação pública com vistas à preservação da vegetação, em detrimento da limitada atenção à saúde do trabalhador rural.

Cabe destacar, finalmente, no fim do mês de maio de 2009, após adiamentos motivados por diferentes razões, incluindo, situações de desastres ambientais ocorridos durante as chuvas de verão, que deixaram o município isolado por alguns dias no mês de março, tomou posse o Conselho Consultivo da APA Estadual de Macaé de Cima. O Conselho compreende instituições governamentais, representantes das associações de moradores, de produtores rurais e de ONGs que têm atuação na região. A coordenação ficou a cargo de um funcionário do INEA/RJ, entidade governamental que, desde janeiro de 2009, assumiu as atribuições das extintas FEEMA, SERLA e IEF. O que pode representar um tipo de consenso para problemática agrícola-ambiental da região entre agricultores e representantes de instâncias públicas.

Atualmente, na área de meio ambiente, Nova Friburgo está frente a uma situação típica dentro da recente agenda sobre a preservação da Mata Atlântica vinculada às populações locais: atuar eticamente na conservação do bioma, priorizando trabalhos extrativistas para as populações locais, centrados em atividades que não comprometam os seus remanescentes. Pois, não se pode deixar de mencionar que a utilização da Mata Atlântica, em pequena escala, possui relevância local e regional. Na maior parte dos casos, essa produção não consta dos dados estatísticos oficiais, embora tenha importância para a economia doméstica, seja através de artesanato, da fabricação de doces ou alimentos “do interior”, da fitoterapia e na elaboração de instrumentos de trabalho, que constituem significativa fonte de renda local.

A questão fundiária nas áreas rurais de Nova Friburgo, que permanece sem se resolver, convive com o contexto de valorização econômica da terra. Essa valorização foi ocasionada pelo turismo, pela agricultura e, mais recentemente, pelo meio ambiente, através da implantação de áreas de conservação. A preservação de algumas áreas, portanto, tem se tornado um agregador de valor econômico, com grandes aumentos no preço dos imóveis próximos a recursos naturais preservados.

Portanto, as políticas de conservação dos recursos naturais devem envolver alternativas de uso que possibilitem a sustentabilidade econômica de famílias e comunidades tradicionais vinculadas por gerações nestes ecossistemas. O contexto fundiário de Nova Friburgo possui duas situações básicas favoráveis à preservação do meio ambiente: a presença de pequenas propriedades e a existência de unidades de conservação. No entanto, mesmo após a aprovação da Lei da Mata Atlântica, em 2006, o Estado do Rio de Janeiro não possui regulamentação para o manejo sustentável de espécies típicas deste ecossistema, como possuem outros estados. Esta ausência de regulamentação pode ser entendida como um fator que ajuda a criar o “criminoso ambiental”.

Por fim, este estudo deseja ampliar o debate sobre a integração dos órgãos públicos que atuam na área rural de Nova Friburgo, uma vez que se evidencia que não tem sido possível convergir esforços para a compatibilização do desenvolvimento rural sustentável associado à promoção da saúde. Nesse sentido, identificamos a necessidade do aprimoramento do diálogo entre agricultores e membros dos órgãos públicos de Nova Friburgo, a partir do incentivo político a uma cultura de produção agrícola menos espoliativa dos recursos naturais e para a orientação de uma prática de preservação e fiscalização ambiental menos repressiva. Isto poderá ser alcançado na medida em que

técnicos e agentes de órgãos públicos, particularmente de meio ambiente, superarem a visão de natureza intocada, e ocorrer a conversão da produção agrícola convencional para uma produção agrícola sustentável, visando à manutenção da biodiversidade e à melhoria na qualidade de vida do trabalhador e da comunidade rural.

Referências

- ¹ Brasil. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. (SNUC), 2000.
- ² Diegues, A. C. O Mito da natureza intocada. EdUSP, São Paulo, 2001.
- ³ Toynbee, A. Estudos de História Contemporânea: a civilização posta à prova – O Mundo e o Ocidente. 2ªed., Ed.: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1961.
- ⁴ Marcondes, D. Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 8ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004
- ⁵ Thompson, W. I. Gaia: Uma Teoria do Conhecimento. São Paulo, Gaia, 2000.
- ⁶ Bensaid, D. Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séc. XIX-XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- ⁷ Acelrad, H. (org.). A Re-volta da Ecologia Política. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- ⁸ Pádua, J. A. Ecologia, ciência e política. Apresentação. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- ⁹ Sachs, I. Sociedade, Cultura e Meio Ambiente. Mundo & Vida, vol. 2 (1), 2000.
- ¹⁰ Morin, E. A inteligência da complexidade. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- ¹¹ Serres. M. O Contrato Natural. Ed. Piaget. São Paulo, 1994.
- ¹² Leis, H. A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes; santa Catarina: UFSC, 1999.
- ¹³ Bornheim, G. Reflexões sobre o meio ambiente. In: Ecologia: a qualidade de vida. SESC, São Paulo, 1996
- ¹⁴ Norgaard, R. O crescimento da economia global de trocas e a perda da diversidade biológica. In: Biodiversidade; Wilson, E. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

¹⁵ Santos, B. S. Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 8ª ed., São Paulo: Cortez, 2001.

¹⁶ Porto, M. F. Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(4): 000-000, 2005.

¹⁷ Leff, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2000.

¹⁸ Martinez-Alier, J. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Porto Alegre: Ed. FURB, 1998.

¹⁹ Altvater, E. *O Preço da Riqueza: a partilha e a nova (des) ordem mundial*. São Paulo. Edusp, 1995.

²⁰ Foladori, G. *Los Límites del Desarrollo Sustentable*. Montevideo, *Revista Trabajo y capital*. 1999. Cap. 5.

²¹ Brasil. *Censo Agropecuário*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006.

²² Veiga, M. M. *Agrotóxicos: eficiência econômica e injustiça socioambiental*. *Ciência e Saúde Coletiva*, jan.-mar. vol. 12, 2007.

²³ Heyman, J. M. *Conflict*. In: Birx, J. *Encyclopedia of Anthropology*. Sage Publ., 2006.

²⁴ Esteves, J. P. *A pretensão à universalidade e as problemáticas do consenso e do compromisso*. S/d., 1984

²⁵ Kalipeni, E. *Encyclopedia of Environment and Society*. University of Illinois. Dec.: 2006.

²⁶ Almeida, M. W. B. *Direitos à Floresta e Ambientalismo: Seringueiros e suas Lutas*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, junho, ano/vol. 19, nº 055. ANPOCS, pp333-52. São Paulo, SP, Brasil.

²⁷ Alonso, A. e Costa, V. Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. BIB – Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais, ANPOCS. N°53, 1ºsem. 2002, pp. 35-78, 2002.

²⁸ Cunha, I. Ambiente & Sociedade – Vol. VI n. 2, jul./dez. 2003.

²⁹ Hartl, G. Child Pesticide Poisoning: Informations for Advocacy and Action, 2004. (www.fao.org). Acessado em abril de 2009.

³⁰ Raine, G. Causes and effects of stress on farmers: a qualitative study. Health Education Journal, Vol. 58, n. 3, 159-270: 1999.

³¹ Pádua, J. A. Um Sopro de Destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

³² Prado Jr., C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo; Brasiliense, 1999.

³³ Bredariol, C.S. Conflito ambiental e negociação: para uma política local de meio ambiente – Tese de doutorado do PPE/COPPE/UFRJ: 2001.

³⁴ Cavalcanti, B. & Barros, R. Desejos da cidade-imaginários urbanos em assentamentos rurais numa área de reserva de Mata Atlântica. Horizontes Antropológicos, v. 12, n. 5, Porto Alegre, RS, junho de 2006.

³⁵ Drumond, J. A. Natureza Rica, povos pobres? – questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. Ambiente e sociedade, n. 10, Campinas, junho, 2002.

³⁶ Perobelli, K. Conflito Ambiental e Luta por Moradia – o caso do depósito de lixo tóxico do Distrito Industrial de Campo Grande, Rio de Janeiro. Mimeo, 2001.

³⁷ Arruda, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Ambiente e sociedade, n. 5, Campinas, Jul./Dez, 1999.

³⁸ Castro, J. & Confalonieri. Uso de agrotóxicos no Município de Cachoeiras de Macau, RJ. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(2): 473-482, 2005.

³⁹ Peres, F. et al. Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 12(1):7-14, 2007.

⁴⁰ Rozemberg, B. Conflito entre interesses agrícolas e ambientalistas nas localidades rurais de Nova Friburgo, RJ. *Críticas e Atuantes*, 531-548, Rio de Janeiro, 2005.

⁴¹ Rede Brasileira de Justiça Ambiental. (www.justicaambiental.org.br). Acessado em março de 2009.

⁴² Porto, M. F. Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o local na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007.

⁴³ Woster, D. Pra fazer história ambiental. FGV: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: 1991.

⁴⁴ Soares, W. L. et al. Trabalho rural e saúde: intoxicações por agrotóxicos no município de Teresópolis, RJ. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, dez. 2005. Vol. 43, n. 4, p.685-701. 2003.

⁴⁵ Ramos, H. et al. Exposição dérmica do aplicador de agrotóxicos na cultura de uva, com diferentes pulverizadores. *Rev. Bras. Eng. Agric. Amb.* Abr. 2002. Vol. 6, n. 1. P.175-179.

⁴⁶ Alves, S. M. et al. Condições de trabalho associadas ao uso de agrotóxicos na cultura de tomate de mesa em Goiás. *Cienc. Agrotec.* Dez. 2008, vol. 32. n. 6. P. 1737-1742 .

⁴⁷ Waichman, A. V. Uma proposta de avaliação integrada de risco do uso de agrotóxicos no estado do Amazonas, Brasil. *Acta Amaz.*, 2008, vol. 38, n. 1, p. 45-50.

⁴⁸ Fernandes Neto, M. L., SARCINELLI, P et al.. Agrotóxicos em água para consumo humano: uma abordagem de avaliação de risco e contribuição para o processo de atualização da legislação brasileira. *Eng. Sanit. Ambient.*, Mar., 2009, vol. 14, n. 1, p. 69-78.

⁴⁹ Bedor, C. N. et al. Vulnerabilidade e situações de riscos relacionados ao uso de agrotóxicos na fruticultura irrigada. *Rev. Bras. Epidemiol.*, Mar. 2009. Vol. 12, n. 1, p. 51-54.

⁵⁰ Meirelles, L. C. O papel da ANVISA na regulação e controle dos agrotóxicos. *Seminário Nacional de Vigilância do Câncer Ocupacional e Ambiental*. Apres. Oral. Rio de Janeiro, 2005.

⁵¹ Gibson, G. Agrotóxicos ainda na mira da ANVISA. *RADIS*, N. 77, Rio de Janeiro, Janeiro de 2009.

⁵² Little, P. E. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p.85-103, jan./jun. 2006.

⁵³ Grynspan, M. Luta pela Terra e Identidades Sociais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. V (suplemento), 255-272, julho, 1998.

⁵⁴ Weller, W. A contribuição de Karl Manheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº13, jan/jun 2005, p. 260-300.

⁵⁵ Gomes, A.& Rozemberg, B. Condições de vida e saúde mental na zona rural de Nova Friburgo. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 20(4): 16-29, 2000.

⁵⁶ Costa, R. G. A caminho do paraíso: Galdino do Valle Filho e o projeto liberal burguês na Nova Friburgo republicana. *História, Ciência e Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9(1): 79-104, jan./abr., 2002.

⁵⁷ Carneiro, M. J. Herança e identidade de gênero entre agricultores brasileiros. *Revista de Estudos Feministas*, 2006.

⁵⁸ Pereira, J. L. Ecoturismo e agricultura na vida dos jovens de Nova Friburgo, RJ. Artigo/parte tese de doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, 2002.

⁵⁹ Ferreira, L. B. A Participação da Comunidade na Estruturação da Vigilância de Agrotóxicos no Município de São Sebastião do Alto, no Estado do Rio de Janeiro. 2004. INCQS/FIOCRUZ. Dissertação: (Mestrado em Vigilância Sanitária).

⁶⁰ Prefeitura de Nova Friburgo. Dados gerais municipais. (www.pmnf.rj.gov.br/dadosgerais/index.htm). Acessado em março de 2007.

⁶¹ Macedo, A. J. A capital da agricultura familiar. CREARJ EM Revista, Rio de Janeiro: out.-nov., 2008.

⁶² Ribeiro Neto, A. Estabelecimento de Indicadores de Risco para a Eleição de Áreas de Risco de Utilização de Agrotóxicos no Estado do Rio de Janeiro. 2002. Dissertação: (Mestrado em Saúde Pública), ENSP/FIOCRUZ.

⁶³ Ferreira, M. S. A formação de Redes de Conhecimento nas Indústrias Metal-mecânica e de Confecções de Nova Friburgo, RJ, 2002. Dissertação: (Mestrado), UFRJ.

⁶⁴ Marx, K. O Capital . In: Borchardt, J. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.

⁶⁵ Mendras, H. Sociologia Rural, Zahar ed.: Rio de Janeiro, 1969.

⁶⁶ Carneiro, M. J. O ideal rurubano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Silva, F. (org.). Mundo Rural e Tempo Política; ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: campus, 1998, p. 94-118.

⁶⁷ Carvalho, M. A. et al. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. S/d.

⁶⁹ Brasil. PAM – Produção Anual dos Municípios, IBGE, 2005.

⁷⁰ PARA (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos), da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), 2006.

⁷¹ Moreira, J. et al. Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana numa comunidade agrícola de Nova Friburgo, RJ. *Ciência e Saúde Coletiva*. 7 (2): 299-311.2002.

⁷² Levygard, Y. & Rozemberg, B. A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de “nervos” no meio rural: uma aproximação ao problema de intoxicação por agrotóxicos. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(6): 1. 515-524, 2004.

⁷³ Luz, R. Membro da ONG CECNA, Centro de Conservação da Natureza, Nova Friburgo, RJ, 2009.

⁷⁴ Peres, F. et al. Percepção das condições de trabalho em uma comunidade agrícola em Boa Esperança, Nova Friburgo, RJ. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 20(4): 1059-1068, jul./ago., 2004.

⁷⁵ Fogo! Fogo! Fogo! Incêndios devastam matas nos morros friburguenses. *A Voz da Serra* on line. (www.avozdaserra.com.br/materias/materias.php?tag=1). Acessado em outubro de 2007.

⁷⁶ Forum Regional Agenda 21 COMPERJ. Agenda 21 de Nova Friburgo. (www.agenda21comperj.com.br). Acessado em fevereiro de 2009.

⁷⁷ Montanhas de Nova Friburgo não param de arder: número de focos de incêndio em vegetações este ano já é o maior da década. *A Voz da Serra* on line. (www.avozdaserra.com.br/materias/materias.php?tag=2). Acessado em outubro de 2007.

⁷⁸ Reestruturação da administração da APA Estadual de Macaé de Cima. *A voz da região* on line. (www.avozdaregiao.com/noticia). Acessado em julho de 2008.

⁷⁹ Sá Rego, R. Reflexões sobre um conflito na Área de Proteção Ambiental Estadual de Macaé de Cima (RJ). *S/d*.

⁸⁰ Posto de Saúde de São Pedro da Serra sem médicos há cinco meses. JORNAL SERRANO ON LINE. (www.jornalserraonline.com.br/noticia-nova-friburgo-236.html). Acessado em fevereiro de 2009.

⁸¹ Cissé, O. et al. Institutional and legal aspects of urban agriculture in French-speaking West Africa: from marginalization to legitimization. *Environment and Urbanization*. Vol. 17. n. 1. Dakar, Senegal, 2005.

⁸² Neumann, P. S.; Loch, C. Legislação Ambiental, Desenvolvimento Rural e Práticas Agrícolas. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 243-249, 2002.

⁸³ Martin, A. Environmental Conflict Between Refugee and Host Communities. *Journal of Peace Research*, vol. 42, n. 3, 2005, p. 329-346.

⁸⁴ IBAMA quer fechar Escritório Regional de Nova Friburgo. A VOZ DA SERRA ON LINE. (www.avozdaserra.com.br/noticias.php?noticia=2767). Acessado em dezembro de 2008.

⁸⁵ MOTA, L. M. O social e o solo: a emergência da desertificação no noroeste do estado do Rio de Janeiro-Itaperuna e região. Dissertação: (Mestrado). CPDA/UFRRJ, 2002.

Referências complementares

Ata da 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA. Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural, Agrária e Pesqueira. Realizada em 17 de outubro de 2007, ALERJ, Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Balandier, G. Etnografia, Etnologia e Antropologia. In GURVITH, G. Tratado de Sociologia, vol. 1, Martins Fontes, São Paulo, SP, 1977.

Bourdieu, P. O Poder Simbólico. 2ª. ed.: Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998.

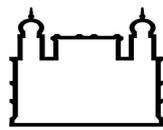
Brasil. Índice de Desenvolvimento Humano. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2000.

-
- Buttel, F. H. New Directions in Environmental Sociology. *Annual Review of Sociology*, August 1987, Vol. 13, Pages 465-488.
- Carrasco, L. *Máfia Verde: O ambientalismo a serviço do Governo Mundial*. Washington, EUA. *Executive Intelligence Review (EIR)*, 2001.
- Da Matta, R. O ofício do Etnólogo. In Nunes, E. (org.). *Aventura sociológica*. RJ: Zahar ed., 1978.
- Friend, J. K.; Hickling, A. *Planning under pressure: the strategic choice approach*. Oxford: Pergamon, 1987.
- Geertz, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.13-41.
- _____. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.
- Herrold-Menzies, M. Integrating Conservation and Development. *The Journal of Environment and Development*. Vol. 15, n. 4, dez., 2005.
- Martins, M. L. O Jequitinhonha dos viajantes, séculos XIX e XX: olhares diversos sobre as relações sociedade-natureza no nordeste mineiro. *Varia hist.*, Vol. 24, dez., 2008.
- Minayo, M. C. *O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____, M. C. *Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social*. IN: Minayo, M. C. E Deslandes, S. F. *Caminhos do Pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro. Ed. FIOCRUZ, 2002.
- Rannikko, P. Local Environmental Conflicts and the Change in Environmental Consciousness. *Acta Sociologica*, Vol. 39, n. 1, 57-72, 1996.
- Relatório de vegetação, uso e cobertura do solo. Rede Brasileira Agroflorestal. Rio de Janeiro: 2004.
- Rio de Janeiro. *Intoxicação por Agrotóxicos. Dados do SISNAN – Notificação de Agravos à Saúde do Trabalhador e Acidentes de Trabalho – Série histórica do estado do Rio de Janeiro por regiões (2001-2004)*. SES/PST/RJ.
- Schmitt, Claudia J. Mata de Araucárias: a região Norte do Rio Grande do Sul. In: Isabel Carvalho; Gabriela Scotto (org.). *Conflitos socioambientais no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: IBASE, 1995, v. 1, p. 10-85.

Schneider, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 18, n. 18, nº 51. Rio de Janeiro. Fevereiro, 2003.

Simões, L. L. et al.(org.). Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais. São Paulo, Ed. SENAC, 2002.

ANEXOS



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SÉRGIO AROUCA
ENSP

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **Produção agrícola, meio ambiente e saúde na área rural do Município de Nova Friburgo, RJ.**

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição **Fundação Oswaldo Cruz/Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana.**

Os objetivos deste estudo são contribuir para um diálogo maior entre agricultores e ambientalistas, incentivando uma prática agrícola sustentável, embasada por uma política de educação e orientação técnica eticamente aceitável.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em prestar depoimento em formato de entrevista.

Os riscos relacionados com sua participação são praticamente inexistentes, pois serão respeitados os preceitos da ética em pesquisa.

Os benefícios relacionados com a sua participação poderão se tornar contribuições para reduzir/minimizar as situações conflitivas entre a produção agrícola e a preservação ambiental.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação preservada.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEP, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Leandro De Martino Mota
FIOCRUZ/ENSP/CESTEH

Av., Brasil, 1480 – Manguinhos, RJ. Tel.: 25982682

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/ENSP

Rua Leopoldo Bulhões, 1480 sala 314 - Manguinhos Rio de Janeiro RJ
CEP: 21041-210

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sujeito da pesquisa

Obs.: Apenas serão feitas gravações de imagem e áudio quando da autorização do sujeito da pesquisa.

Roteiro orientador das entrevistas

Trabalhadores e produtores rurais

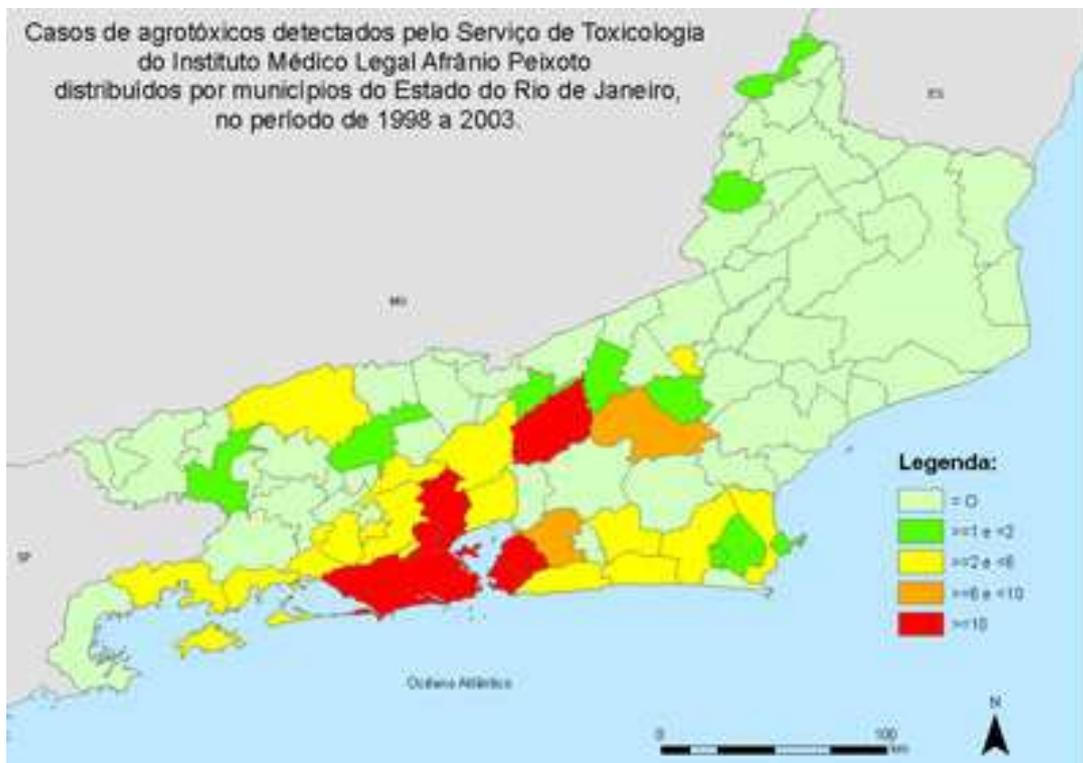
- Trajetória pessoal em relação ao trabalho agrícola
- Atividade ocupacional; processo de trabalho
- Uso e manejo da terra; caracterização da produção
- Avanços, problemas e dificuldades da produção agrícola
- Expressão dos conflitos socioambientais

Instâncias públicas de atuação na região

- Atuação específica das instituições
- Compreensões sobre a produção agrícola; antecedentes; panorama atual; tipos de manejo.
- Compreensões sobre o meio ambiente; problemas; soluções
- Problemas de saúde no meio rural
- Agrotóxicos: uso; riscos; conseqüências

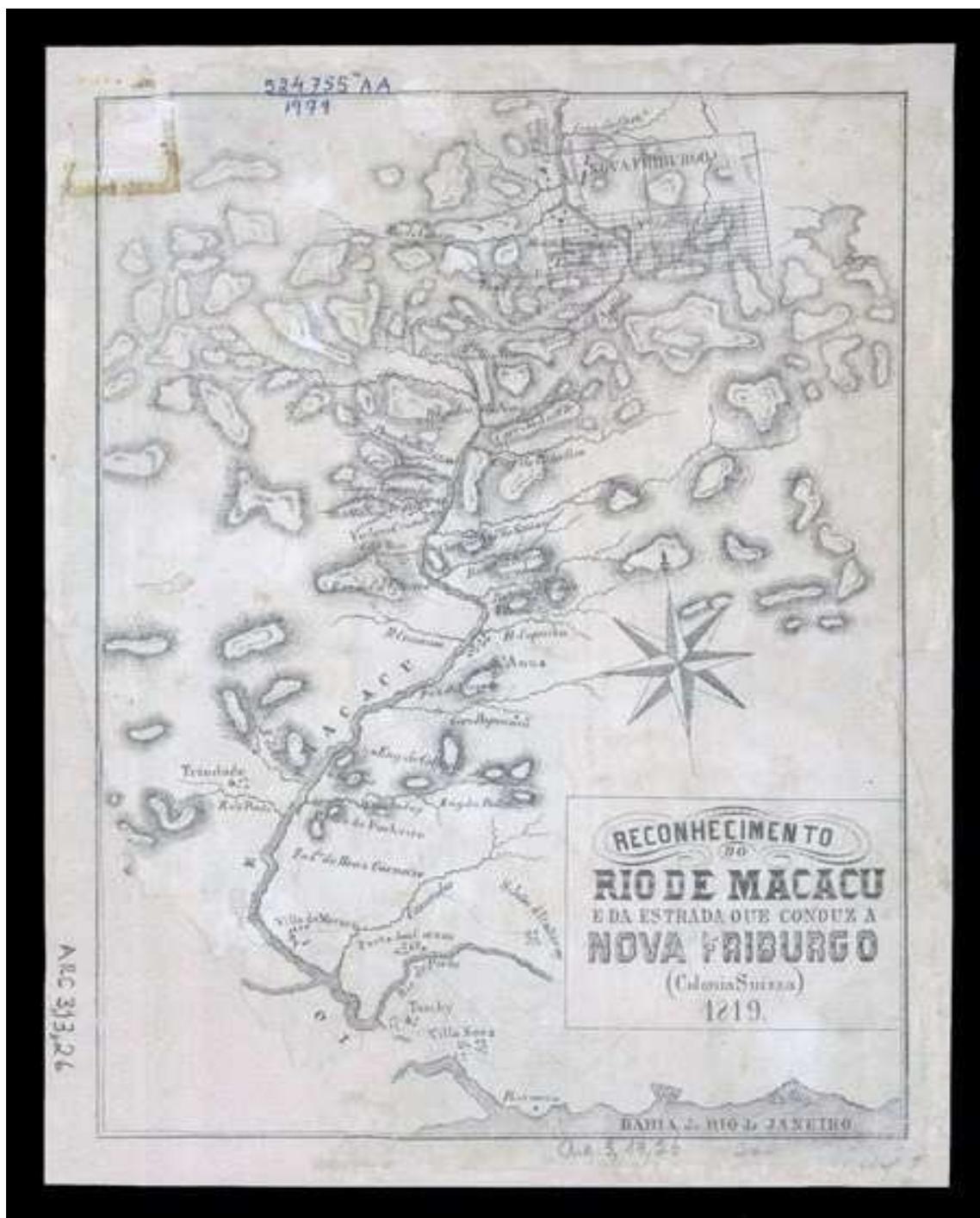


Fonte: Escritório IBAMA, Nova Friburgo/RJ.



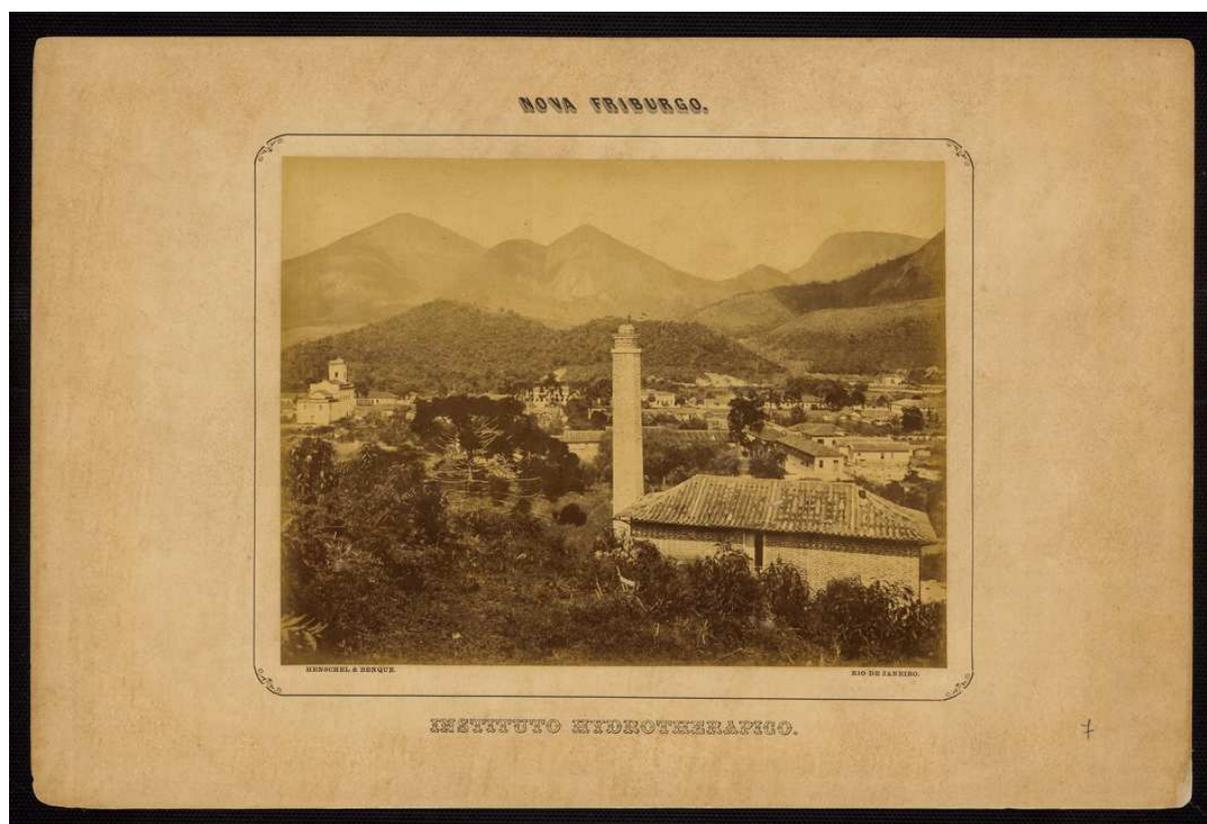
Fonte: Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto, IML/RJ.

“Reconhecimento de estrada e rio que levam a Nova Friburgo”.



Fonte: Biblioteca Nacional, RJ - cartografia: 524755.

Instituto Hidroterápico, final século 19



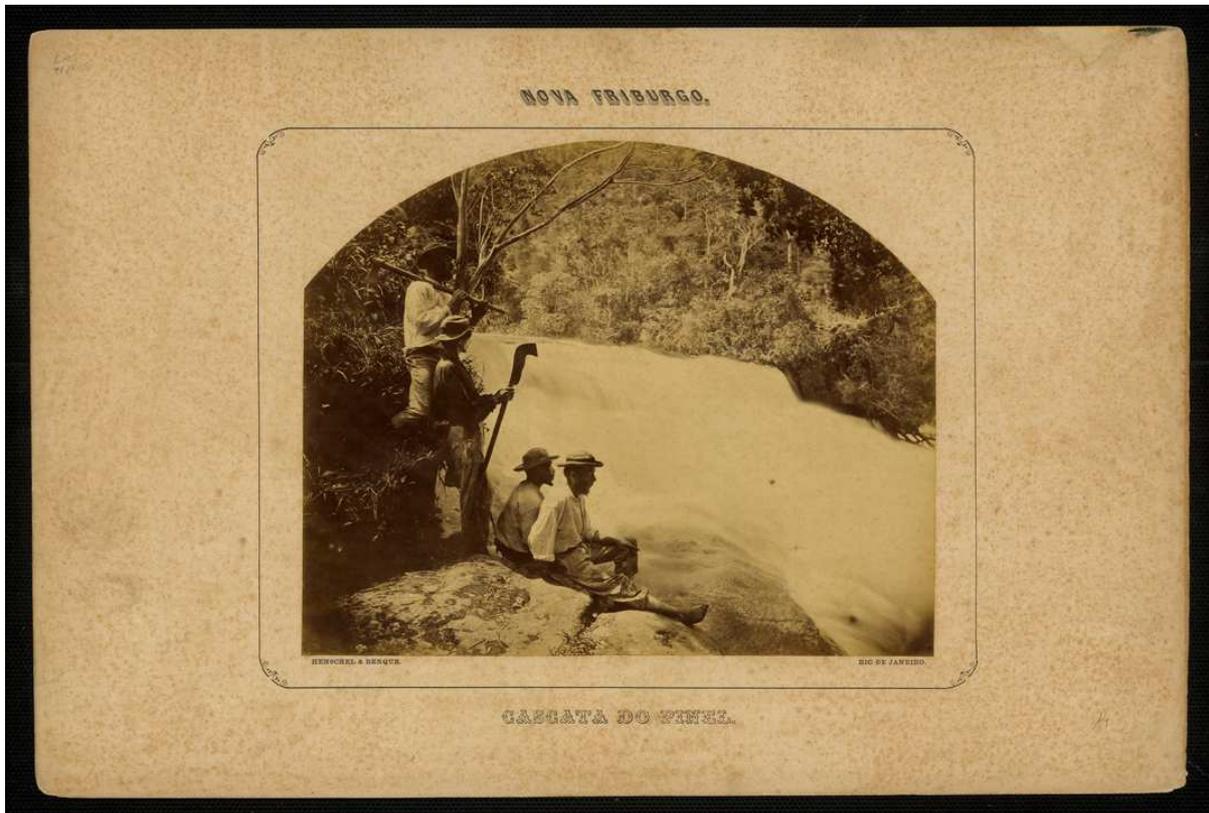
Fonte: Biblioteca Nacional, RJ – iconografia: 1056641.

Fazenda do Cônego, final século 19



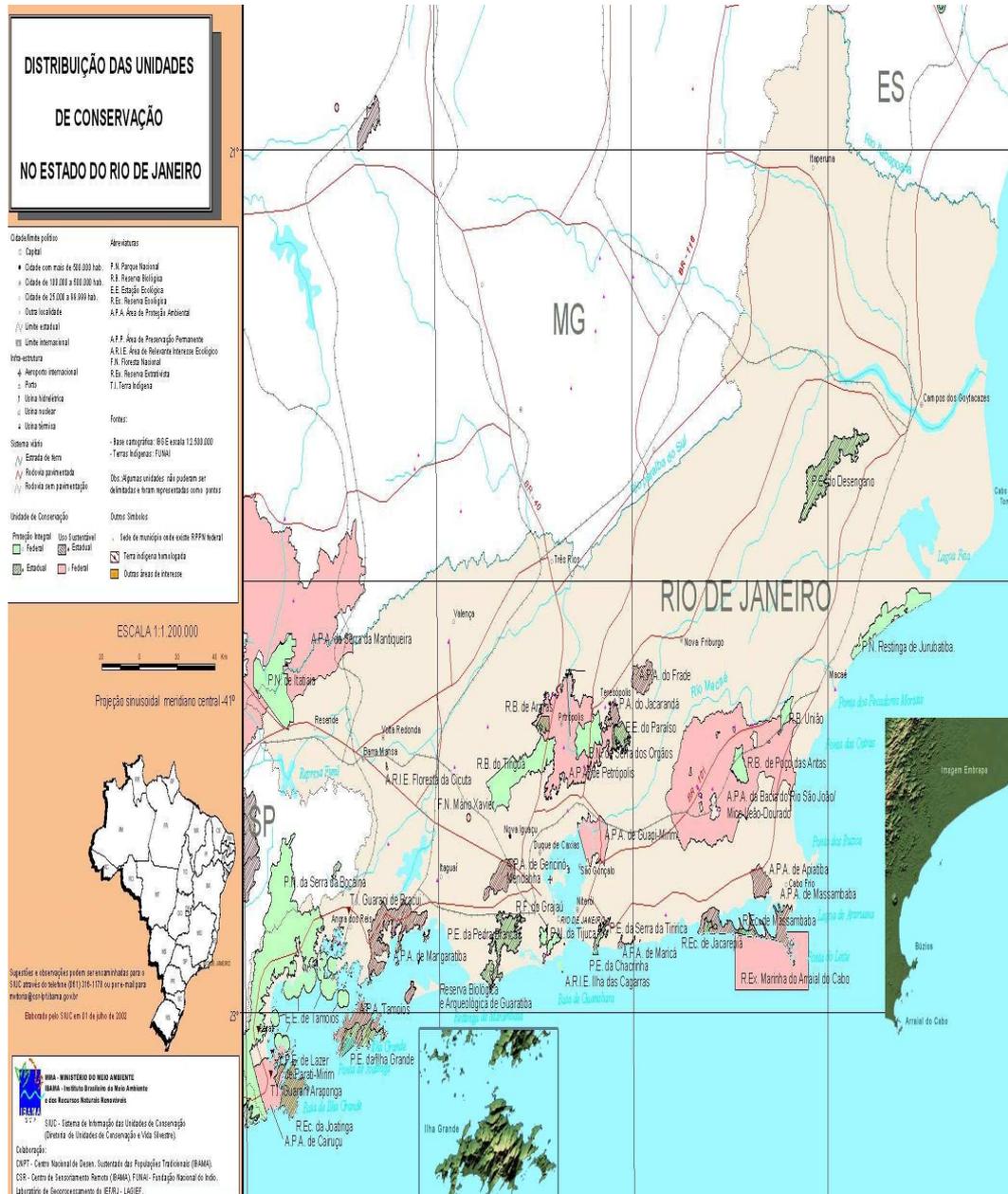
Fonte: Biblioteca Nacional, RJ – iconografia: 1056647.

Agricultores na Cascata do Pinel, final século 19



Fonte: Biblioteca Nacional, RJ – iconografia: 1056648.

Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: IBAMA, RJ.

Deslizamento ocasionado por chuva e desmatamento (2006)

Foto: Prefeitura de Friburgo



Fonte: Prefeitura de Nova Friburgo, RJ.

Incêndio florestal



Fonte: Jornal A Voz da Serra.

Pico do Caledônia, com os Três Picos ao Fundo



Fonte: Instituto Rede Brasileira Agroflorestal – REBRAAF, 2006.